UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

PAULO SOARES AUGUSTO

FOTOGRAFIA E HISTÓRIA: LEITURAS E RELEITURAS DO ESPAÇO URBANO/ UBERLÂNDIA – 1940-2008

UBERLÂNDIA
2009

PAULO SOARES AUGUSTO

FOTOGRAFIA E HISTÓRIA: LEITURAS E RELEITURAS DO ESPAÇO URBANO/ UBERLÂNDIA – 1940-2008

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Política e Imaginário

Orientador: Prof. Dr. João Marcos Alem
(afastado para pós-doutorado)

Uberlândia
2009
Paulo Soares Augusto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A923f Augusto, Paulo Soares, 1966-
Fotografia e história : leituras e releituras do espaço urbano / Uberlândia - 1940-2008/ Paulo Soares Augusto. - 2009.
147 f. : il.

Orientadora: João Marcos Alem.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1.História social - Teses. 2. Cidades e vilas - Teses. 3. Fotografia - Aspectos antropológicos - Teses. 4. Interpretação fotográfica - Teses. 5. Antropologia visual - Teses. I. Alem, João Marcos. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

Fotografia e História: leituras e releituras do espaço urbano/
Uberlândia – 1940-2008

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Política e Imaginário

Uberlândia, 05 de fevereiro de 2009.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Jacy Alves de Seixas - UFU

Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli - UFU

Profa. Dra. Regma Maria dos Santos - UFG

Aos meus pais,

Sebastião Augusto e Gasparina Custódia Augusto

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. João Marcos Alem, pela orientação e sugestões na dissertação.

À Profa. Dra. Regma Maria dos Santos, pelo convite para participar da Especialização em História na Universidade Federal de Goiás, pela orientação na escrita da monografia, pelas críticas, sugestões para o crescimento desta pesquisa e pela amizade de longa data.

Aos professores da UFG – Campus Avançado de Catalão.

Ao apoio da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais.

À Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli, pela participação na banca de qualificação e exame final, pelas críticas, sugestões preciosas de leitura para o crescimento desta pesquisa.

À profa. Dra. Jacy Alves de Seixas, pela participação na banca de exame final.

Aos professores do mestrado Antônio Almeida, Beatriz Ribeiro Soares (Geografia), Célia Rocha Calvo, Guilherme Amaral Luz, Karla Bessa e Wenceslau Gonçalves Neto.

A Rosana Ribeiro, companheira e amiga, pelas sugestões de leitura e pelos diálogos.

Ao Chico, que me acompanhou em boa parte do trabalho de campo.

Aos amigos do mestrado.

Aos funcionários do Arquivo Público de Uberlândia.

A Josefa Aparecida Alves, Gilson Goulart Carrijo, Paulo Franco, Ednan José Silva.

A Sônia Miralda, pela revisão do texto.

RESUMO

AUGUSTO, Paulo Soares. **Fotografia e História**: leituras e releituras do espaço urbano/ Uberlândia – 1940-2008. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

Espaço de produção e reprodução, a cidade é por excelência o lugar a partir do qual a modernidade é debatida e representada. Os vários discursos sobre a cidade apresentam fragmentos de uma totalidade inalcançável. Uma das possibilidades de representação, a fotografia é apenas fragmento dentro de outros fragmentos discursivos, ou ponto de partida na tentativa de entender questões deixadas por outros sujeitos. Interpretar as representações da cidade é interpretá-la juntamente com seus sujeitos produtores. Nesta pesquisa, a representação fotográfica da cidade é interpretada ligada ao ideal de beleza, como ilustração da modernidade e do progresso que se materializam, de forma imperfeita, em fotos aéreas. Nestas, o sujeito é dissolvido ou desaparece na monumentalidade da forma urbana. Mas a cidade representada em fotos deixa outros vestígios que compõem uma ruptura em sua beleza, uma outra possibilidade de cidade que pode ser interpretada a partir de vestígios colhidos de forma esparsa na imprensa, nas entrelinhas das páginas dos jornais, que combinam cotidiano e violência. Os vestígios colhidos no Jornal permitem desviar o olhar e passar do grande plano, aéreo, à particularidade da produção da fotografia de um único sujeito "perdido" no espaço urbano. Todo esse conjunto de imagens nos possibilita indagar sobre as diferentes "cidades" que compõem a totalidade do xadrez urbano e também acerca de suas características aquém da modernidade. Características que procuramos investigar nos escritos críticos sobre a cidade e a partir dos quais procuramos construir uma interpretação da atualidade, proposta esta que se vale de escritos de historiadores, mas também de antropólogos visuais e que busca atribuir à fotografia uma instrumentalidade na pesquisa que se pretende crítica.

Palavras-chave: Fotografia. História. Imaginário social. Segregação socioespacial. Antropologia visual.

ABSTRACT

AUGUSTO, Paulo Soares. **Photography and History**: readings and rereadings of the urban place / Uberlândia – 1940-2008. 2009. 146 f. Dissertation (Master's Degree in History) - Institute of History, Uberlândia Federal University, Uberlândia, 2009.

A place of production and reproduction, the city in itself is by excellence a space where modernity is debated and represented. The various speeches on the city present fragments of an unreachable total. Photography, one of the possibilities of representation, is only a fragment in other speech fragments or starting point in the tentative to understand questions left by other subjects. Interpreting city representations is to interpret them together with their producing subjects. In this study a photographical representation of the city is interpreted tied to the ideal of beauty as an illustration of modernity and of progress that materialize in an imperfect shape in aerial photos. In these photos, the subject is dissolved or disappears in the monumentality of urban form. However the city represented in photos leaves other prints that compose a rupture in its beauty, another possibility of a city that could be interpreted from the prints collected in a sparse way from the media, between the lines in the papers which go with the daily life and violence. The collected prints in the Newspaper permit the looking away of the eye to the great plain, the aerial, the particularity of photographical production of a single subject "lost" in the urban space This whole group of images makes it possible for us to question the different "cities" that put the totality of the urban chess together and the characteristics beyond modernity. Characteristics that we seek to investigate in reviews written about the city and from which we seek to build an interpretation of the current day. This proposal is availed by writings of historians, but also by visual anthropologists and which seek to atribute to photography a tool for the research which it intends to critique.

Palavras-chave: Photography. History. Social imagery. Social Spatial Segregation. Visual Anthropology.

LISTA DE FIGURAS[1]

Figura 1 – Assentamento do MST/Fazenda Tangará 23

Figura 2 – Acampamento de Sem-terra 23

Figura 3 – E. F. Mogiana, década de 1960 35

Figura 4 – Atual Praça Sérgio Pacheco 35

Figura 5 – Av. João Naves de Ávila, próximo ao Center Shopping 37

Figura 6 – Av. Afonso Pena, esquina com a Av. Olegário Maciel 41

Figura 7 – SINE (Sistema Nacional de Emprego), na Praça Tubal Vilela 42

Figura 8 – Vista aérea da área central da cidade na década de 1940 44

Figura 9 – Bairro Finotti 48

Figura 10 – Área ao lado da BR 050, no final da Av. Segismundo Pereira 49

Figura 11 – Bairro Santa Mônica, trabalho infantil 49

Figura 12 – Bairro Celebridade, trabalho infantil e lazer 50

Figura 13 – Bairro Luizote de Freitas, década de 1970 56

Figura 14 – Praça Sérgio Pacheco 58

Figura 15 – Antiga Praça da República (hoje Praça Tubal Vilela: florista 66

Figura 16 – Bairro São Francisco 78

Figura 17 – E. F. Mogiana, acidente ferroviário, década de 1950 81

Figura 18 – E. F. Mogiana, acidente ferroviário, década de 1950 81

Figura 19 – Praça da República, década de 1950, hoje Praça Tubal Vilela 88

Figura 20 – Praça Adolfo Fonseca, década de 1950 91

Figura 21 – (a, b, c, d): Crianças 93-97

Figura 22 – Bairro São Francisco 99

[1] As figuras estão divididas em duas categorias: “imagem fotográfica” – designação para as imagens fornecidas pelo Arquivo Público de Uberlândia, e “foto”, para imagens de minha autoria, que se dividem em acervo pessoal e trabalho de campo.

Figura 23 – Praça Tubal Vilela 102

Figura 24 – Bairro Morada Nova 103

Figura 25 – Bairro Prosperidade 103

Figura 26 – Recorte do Jornal Correio de Uberlândia 104

Figura 27 – Bairro Umuarama, década de 1940 106

Figura 28 – Recorte do Jornal Correio de Uberlândia 108

Figura 29 – Bairro Taiaman 115

Figura 30 – Estádio de Futebol João Havelange 116

Figura 31 – Poliesportivo do Bairro Dona Zulmira 117

Figura 32 – Bairro Celebridade 118

Figura 33 – Condomínio horizontal, região Sul 125

Figura 34 – Mapa recorte da região Leste 129

Figura 35 – Pousios na região Sul 131

Figura 36 – Autoconstrução, Bairro Celebridade, região Leste 133

Figura 37 – Transporte urbano, superlotação 134

Figura 38 – Preso 136

Figura 39 – Bairro Celebridade 137

Figura 40 – Bairro Celebridade, região Leste da cidade 137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO I – Diálogos com alguns autores 17
1.1 História e fotografia 17
1.2 Representações de Uberlândia: escritos críticos 21
1.3 Geopolítica e disciplinarização do espaço 32
1.4 A imagem ideal da cidade 43
1.5 Modernidade como pano de fundo da exploração econômica 50
1.6 Breve retorno à política: uma interpretação do Jornal 54

CAPÍTULO II – A cidade e a criança 58
2.1 Pequena história da criança brasileira: 1940-1980 59
2.2 Realismo e realidade 61
2.3 Acervos fotográficos de Uberlândia 64
2.4 Um sujeito e aspectos de sua realidade: o retrato do florista 70
2.5 Representações da infância no Jornal: para além de flores 73
2.6 Para além de flores: outras considerações sobre a criança e o adolescente 87
2.7 A criança e o adolescente: diálogos com o presente 93

CAPÍTULO III – Imagens da cidade moderna: 1980 a 2008 103
3.1 O texto fotográfico como fragmento da modernidade 104
3.2 Fotografia e pesquisa sobre a cidade 109
3.3 “A cidade sem crise” 111
3.4 Diferentes “cidades” 116
3.5 A vida privatizada 123
3.6 Fora dos muros: a questão da espoliação urbana 128

CONSIDERAÇÕES FINAIS – A vida improvisada: um pequeno “retrato” da periferia 137

REFERÊNCIAS 143

INTRODUÇÃO

Neste trabalho interpreto as transformações do espaço urbano e do imaginário social sobre as cidades, à luz de fontes que permitem a interface fotografia-história, tendo como objeto central a cidade de Uberlândia-MG. Para isso, parto de alguns registros de lugares e personagens da cidade, feitos por fotógrafos locais entre 1940 e 1980, e apresento fotografias de meu acervo pessoal, constituído ao longo de meu trabalho na imprensa local, e que chamo de imagens do presente. A pesquisa é constituída também por fotografias, feitas durante o trabalho de campo, de outros locais e personagens da cidade, situados em sua periferia, visando demonstrar a diversidade de imagens da cidade atual, começando por aí a interpretação de suas transformações. Através das novas fotografias procuro dar visibilidade a algumas "mudanças" e "permanências". A premissa fundamental do trabalho é a de que as fotografias documentam a história, fixam valores culturais e políticos e, quando tomadas em diferentes momentos, expressam o imaginário social e suas transformações. A intenção de fundo é tecer uma crítica historiográfica fundamentada em imagens fotográficas vistas e revistas. Com a produção dessa crítica, espera-se debater o valor da fotografia como documento, bem como investigar o imaginário social oriundo dos sujeitos produtores da história da cidade, incluindo os fotógrafos. Trata-se de uma investigação contextualizada no período entre 1940 e 2008, quando se observam duas tendências contraditórias na história das cidades no Brasil. A primeira apresenta as realizações materiais e simbólicas que celebram a cidade como espaço da modernidade, do progresso social e do futuro promissor para todos. A segunda apresenta as conseqüências, supostamente imprevistas, quase sempre fatalidades mal vistas, dessa mesma modernidade. Em especial, registra-se o inchamento populacional, que se desdobra em uma estratificação socioespacial que chega até à segregação em alguns bairros. A leitura fotográfica e histórica volta-se, então, para o conjunto de registros da diversidade espacial, tendo como foco não apenas as imagens dominantes, mas também as periferias da cidade, omitidas pelo imaginário visual do desenvolvimentismo. Portanto, são analisados dois conjuntos de fotografias que retratam a cidade de Uberlândia. No primeiro, as imagens celebram, acima de tudo, sua identidade moderna. No segundo, as imagens são outras, confrontantes das primeiras.

O olhar de um fotógrafo para as cidades pode não ser mais aguçado que o de outros sujeitos sensíveis e interessados na história da experiência urbana, mas a condição de migrante e trabalhador da imprensa me possibilitou distanciamentos e aproximações das

várias realidades que compõem a cidade de Uberlândia. Por isso, considero pertinente oferecer aqui alguns dados de minha biografia e identidade como fotógrafo que busca a história por meio das imagens.

Ex-morador da cidade de Araguari, situada a 35 quilômetros de Uberlândia, tornei-me um migrante pendular entre as duas cidades no período de 1986 e 2005, trabalhando por quase vinte anos como repórter cinematográfico e fotográfico em emissoras de TV e jornais impressos de Uberlândia, ora como trabalhador contratado, ora como *free-lancer*. Essa experiência me proporcionou contatos e convívios com a cidade pesquisada – seus espaços rurais, as áreas centrais e suas periferias. Ao longo desses anos nesta cidade, pude presenciar algumas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, que ocorreram de forma notável. Percebi, então, que vivia uma experiência singular, pois pouquíssimas pessoas podiam ver a cidade e gravar as imagens de suas mudanças ao tempo em que transcorriam, na condição de testemunha ocular.

O trabalho na imprensa de Uberlândia me permitiu conhecer faces distintas, e gravar imagens contrastantes da mesma cidade. Por um ângulo, pude ver a cidade de avenidas e ruas largas, bem asfaltadas, às vezes decorada por luz néon, dotada de praças e parques, de arquitetura monumental, como seu estádio de futebol, seus *shoppings*. Vi vários bairros nascerem como se fossem novas cidades, com populações e características próprias, grandes e pequenas lojas, enfim, pude ver uma composição urbana própria da modernidade.

Mas, por um ângulo inverso, aparecia outra cidade, aquela que chamo de periférica, quase toda distante da área central, onde eram evidentes as condições precárias de moradia, quase sem ruas pavimentadas, sem redes de água e esgoto, sem luzes, praças ou parques, sem prédios públicos, sem lojas, dotada apenas de biroscas improvisadas para o comércio pouco variado de gêneros.

Ainda na periferia, pude conhecer vários sujeitos que se organizavam em associações para protestar melhores condições de vida. Sujeitos que trabalhavam formal ou informalmente lutando pela sobrevivência, ao mesmo tempo que participavam de reuniões com agentes do poder público e saíam pelas ruas do centro levando seus protestos e reivindicações. Observei várias manifestações desses moradores nas periferias da cidade e não entendia o abismo que existia entre o discurso da modernidade e do progresso – dominantes na cidade e na imprensa – e a realidade precária daqueles moradores.

Em várias reportagens fui a alguns bairros para mostrar a água das chuvas inundando residências[2]. Em ruas sem pavimentação vi voçorocas se formarem, colocando casas e vidas em risco[3], entre muitos outros problemas próprios de bairros mal planejados e condições precárias de habitação. Também presenciei migrantes chegando à cidade, ocupando de forma desordenada o espaço possível dos bairros autoconstruídos[4], que surgiam da noite para o dia. Em muitos desses bairros, como ainda hoje se vê, plástico e madeira se transformavam em barracos, e depois de alguns dias, ao voltar ao mesmo local, pequenas casas os tinham substituído. Assim, assisti de perto a muitas transformações notáveis do espaço urbano, transformações aparentemente insignificantes para um funcionário da imprensa, sem muito envolvimento com a história da cidade, que pouco conhecia além do que a imprensa apresentava. E em muitas ocasiões, o que a imprensa mostrava com destaque eram aquelas pessoas como invasoras de áreas pertencentes ao poder público ou de propriedades particulares[5].

Em 1992, depois de seis anos trabalhando como funcionário técnico na área de Comunicação, nos termos de Flusser (2002, p. 77)[6], decidi ingressar no curso de graduação em Artes Plásticas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), para aprimorar meu conhecimento sobre a imagem. Embora essa graduação tenha me proporcionado uma visão considerável sobre estética, eu ainda tinha dificuldades para construir uma crítica sobre o trabalho da imprensa e sobre meu próprio trabalho como fotógrafo.

Essa deficiência me levou a procurar os domínios da História, nos quais julgava poder encontrar subsídios para reconhecer a fotografia como documento simbolizador de valores que orientam visões de mundo, especialmente visões políticas, constituindo-se, portanto, como documento fundamental do imaginário social. Assim, ingressei no Curso de Especialização em História do Brasil, oferecido pela Universidade Federal de Goiás, em março de 2004, quando dei início à pesquisa levada a cabo no presente trabalho. Naquela

---

[2] Como foi durante muitos anos o caso do bairro Morumbi.

[3] No bairro Aclimação principalmente.

[4] Por exemplo, os bairros situados na região Leste da cidade, próximos à Colônia Penal, como o Prosperidade e o Celebridade, aos quais retorno em minha pesquisa de campo para este trabalho. Esse retorno é abordado no terceiro capítulo.

[5] No caso específico dos bairros Parque São Jorge e Prosperidade, por exemplo, ainda hoje é comum encontrar moradores que não têm a posse definitiva de suas propriedades, já que celebraram com o proprietário um contrato de gaveta até que a Prefeitura regularizasse a situação.

[6] Flusser (2002, p. 77) traz em seu livro um glossário no qual define o funcionário como sendo a “pessoa que brinca com aparelho [fotográfico] e age em função dele”. Assim, entendo que o fotógrafo pode agir como sujeito de seu objeto, das imagens que registra, e construir um discurso com suas fotografias, ou pode agir como funcionário, que trabalha para outrem, que tem um discurso ou uma idéia para a realização da qual o fotógrafo atua como funcionário do proprietário da câmera ou, no caso da imprensa, da notícia.

ocasião, tomei o acervo fotográfico Oswaldo Naghettini[7] como ponto de partida para fazer uma releitura fotográfica da cidade de Uberlândia e comparar fotografias desse acervo com fotografias da atualidade, feitas por mim, para problematizar a transformação do espaço urbano enfocado[8] e suas conseqüências para alguns sujeitos que a instituição histórica chama de "personagens de baixo". Selecionei para esse trabalho algumas fotografias de Uberlândia de 1940 a 1980, por ser um período de grandes transformações urbano-espaciais – verticalização dos edifícios, pavimentação e arborização das vias públicas – e durante o qual Oswaldo Naghettini fotografou intensamente a área central da cidade.

A pesquisa se orientou, então, pela necessidade de aprimorar meu objeto de trabalho – a fotografia – e também investigar as percepções e interesses dos produtores de imagens representativas da cidade, daqueles que fazem uso da fotografia para legitimar discursos e visões de mundo.

Por outro lado, essa pesquisa permitiu entender a fotografia em seu *status* de documento que capta e registra transformações sociais, mas tinham (e têm) o inconveniente de registrar as "fachadas" dos acontecimentos, sem, no entanto, penetrar as "estruturas" imaginárias. E para este empreendimento seria necessário considerar a fotografia como vestígio de uma realidade mais complexa, nos termos expostos por Joly (1996), Burke (2004), Kossoy (2001) e Borges (2003), ou seja, empreender uma busca dos significados da fotografia para além da estética ou da "aura" do fotógrafo, por meio do que esses autores chamam de "leitura iconológica".

Assim, no mestrado, passei a trabalhar com as fotografias do Arquivo como vestígios e, de certo modo, contribuir com novas fotografias[9] para penetrar para além das "fachadas"

---

[7] Abrigado no Arquivo Público Municipal (ArPU), O acervo é composto por 4.452 fotografias feitas por Ângelo Naghettini e seu filho, Oswaldo Naghettini. Uma grande parte registra esquinas, ruas, avenidas, praças, inaugurações e eventos sociais; algumas são fotos aéreas. Do total, 40% ainda se encontravam em fase de identificação, a ser concluída ainda em 2008, segundo Josefa Aparecida Alves, funcionária do ArPU. Ângelo Naghettini nasceu na Itália, em 1889, veio para o Brasil em 1899 e se estabeleceu em Uberlândia (MG) em 1916, onde sempre trabalhou como fotógrafo. Nessa cidade, nasceu seu filho Oswaldo Naghettini, em 1921, que assumiu a profissão do pai em 1964. Oswaldo Naghettini trabalhou para o poder público municipal e para empresas da cidade. Ângelo Naghettini encerrou suas atividades de fotógrafo aos 70 anos de idade e faleceu em 1983. Oswaldo Naghettini trabalhou até 1987 e faleceu no ano seguinte.

[8] Uberlândia está situada na região do Triângulo Mineiro, numa área territorial de 4.116 km². De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2000 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE), a população residente atingiu 501.214 habitantes: 12.232 residentes na zona rural; 488.982 residentes na zona urbana. Nesse mesmo ano, a cidade contava com uma População Economicamente Ativa (PEA) de 416.381 pessoas. Em 2005, a população uberlandense alcançou 585.262 habitantes. Em 2003, seu Produto Interno Bruto (PIB) correspondeu a 5,2 % do PIB de Minas Gerais; o setor da agropecuária contribuiu com 3,97% do PIB total do município, enquanto os setores secundários e de serviços contribuíram, respectivamente, com 43,62 e 52,40%.

[9] O conjunto de fotografias autorais é composto por dois grupos: o primeiro refere-se às fotografias feitas durante meu trabalho na imprensa escrita, entre os períodos 03/05/1999 a 25/02/2000 e 20/08/2002 a 03/05/2005 de 1999; o segundo, a fotografias feitas ao longo da pesquisa de campo, no ano de 2008. A maioria das fotografias autorais são apresentadas sob a forma de fotolegendas, ou seja, são acompanhadas de um breve texto. As

que aparecem em alguns discursos dominantes sobre a cidade, sem esquecer, no entanto, que isto significa apenas construir uma interpretação sobre o espaço pesquisado.

Embora existam, como este, outros trabalhos acadêmicos sobre fotografia e história, com base no acervo do Arquivo Público de Uberlândia – dentre os quais, dialogamos com Carrijo (2001), Reducino (2003) e Alves (2004) –, em alguns a periferia aparece ora em segundo plano[10], ora fora de campo[11] – fora do enquadramento da fotografia – , não sendo tratada como objeto central. Entretanto, é inegável a relevância de um enfoque mais ampliado, sobretudo porque desviar o olhar para a periferia e seus limites pode levar a descobertas e a novas possibilidades de entender o espaço urbano – no que está posto nas fotografias do acervo Naghettini e nas atuais, bem como na representação feita pelos diversos sujeitos da cidade. Como afirma Certeau (1982, p. 86), na periferia, "a pesquisa muda de front. Apoiando-se nas totalidades formais, propostas decisoriamente, ela se volta para os desvios que as combinações lógicas das séries revelam. Joga com os limites".

Chamo de periferia, num primeiro momento, o espaço que aparece em segundo plano em algumas das fotografias que uso do acervo Naghettini. As delimitações e oposições entre centro e periferia, assim como entre erudito e popular, realidade e ficção alicerçam a observação dos registros fotográficos desse espaço, e são questionadas tendo em vista que periferia é um conceito eclético, complexo e misto, como diz Certeau. Desse modo, a esta pesquisa "importa antes de mais, identificar a maneira como, nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais" (CERTEAU, 1982, p. 56).

Num segundo momento, a periferia refere-se mais à condição social dos pobres, sujeitos como os catadores de papel e carroceiros que ainda moram na área central da cidade, geralmente em casas muito simples e/ou antigas, ou que, morando no entorno ou na periferia, freqüentam a área central apenas a trabalho.

A definição e a comparação das duas periferias – espaço físico e condição social – são aspectos investigados na análise das fotografias referentes ao recorte temporal focalizado

---

fotolegendas são muito comuns no jornal impresso e podem ser tomadas como iconotexto, nos termos de Burke (2004, p. 49).

[10] Denomina-se segundo plano a parte da cena fotografada que fica além do objeto principal. De menor importância na representação, o segundo plano aparece, geralmente, em menor tamanho e, muitas vezes, quase sem definição. Um objeto ou imagem em segundo plano pode ser aquele que não ocupa uma centralidade na representação ou que, mesmo no centro, tem uma importância menor.

[11] Aumont (1993) define como "fora de campo" a porção da cena que fica fora do enquadramento ou do recorte, o fora do quadro. Em algumas fotografias do acervo utilizado, esse espaço fora de campo coincide com a periferia. Carrijo (2001, p. 19) utiliza a expressão "fora da moldura" para designar "no registro fotográfico [...] não somente aquilo que é visível", mas o que ele chama de "o detalhe acidental".

(1940-2008), desenvolvida no terceiro capítulo.

Se algumas fotografias que compõem o acervo do Arquivo Público de Uberlândia (ArPU) são usadas em pesquisas acadêmicas – ora como ilustração, ora como vestígios –, são também utilizadas para outros fins, tais como divulgação e propaganda. Assim, na atualidade, algumas dessas fotos podem ser encontradas reproduzidas em estações de ônibus ou em estabelecimentos comerciais, como supermercados, restaurantes, farmácias e aeroporto, entre outros locais de acesso público.[12] Quando utilizadas como propaganda da cidade do passado, parecem expressar uma cidade que existiu, *isso foi*, e que resiste, pois passado e presente, o velho e o novo, o arcaico e o moderno dialogam e constroem ou reforçam o discurso da modernidade e do progresso através da afirmação/negação.[13]

Na leitura fotográfica de Uberlândia busco empregar o método proposto por Marc Bloch (2001), historiador dos Annales, e seu "método regressivo", isto é, dialogo com imagens da cidade na atualidade, a cidade do presente, já que, segundo Bloch (2001, p. 7), a compreensão histórica se faz através do "jogo entre a importância do presente para a compreensão do passado e vice-versa". Na cidade atual, vislumbro dois grupos de elementos. No primeiro, estão os elementos que ora não se encontram nas fotografias do acervo Naghettini, ora se encontram de forma discreta: verticalização, proliferação de placas de publicidade, pavimentação asfáltica das ruas, novos meios de transporte coletivo, torres e antenas de telefonia e televisão. No segundo grupo, estão elementos que foram menos fotografados por Naghettini e que considero fora de campo: a periferia, que cresce de forma diferente do centro e abriga outras possibilidades de leitura, e seus sujeitos. Trata-se de uma leitura do espaço urbano, cuja visualização pode se aclarar mais se forem postos lado a lado o passado – as fotografias do ArPU, e o presente – as fotografias da cidade nos dias atuais.

Essa abordagem torna-se relevante pelo fato de serem as fotografias polissêmicas, por constituírem um código a ser interpretado, tendo em vista que as interpretações podem ser tantas quantos forem os sujeitos que recepcionam, olham e atribuem sentidos a essas fotos. A proposta tem relevância, ainda, pelo seu ineditismo, como um trabalho que põe lado a lado, imageticamente, o passado e o presente, para produzir uma releitura fotográfica da cidade de Uberlândia; e também por desviar a atenção para o presente, para a periferia e seu "limite". Com essa abordagem, pretende-se realizar uma interpretação que toma as imagens

---

[12] Supermercado D´Ville, na Avenida Getúlio Vargas; Restaurante Don Giusepe, no Bairro Fundinho; Drogasil, na esquina da Av. Afonso Pena com Olegário Maciel.

[13] Nesta pesquisa, ampliamos nossa investigação para outros acervos que compõem o conjunto do ArPU. Além do acervo Naghettini, composto por fotografias de Ângelo e Oswaldo Naghettini, pesquisamos os acervos dos fotógrafos Osvaldo Vieira Gonçalves, Roberto Cordeiro, Jerônimo Arantes e Marinho Lozzi.

fotográficas não só como documentos objetivos, mas também como símbolos que permitem investigar o imaginário de seus sujeitos produtores[14]. O objetivo maior é compreender as relações conscientes e inconscientes dos sujeitos que atuam em torno do poder de representação do espaço urbano, bem como compreender as diversas relações entre razão, sentimentos e interesses políticos. Trata-se, enfim, de compreender os diversos elos que aproximam interesses sociais e representações mentais – conforme Burke (2004) – e as formas pelas quais os discursos dominantes constroem uma estética urbana moderna, e sua conseqüente segregação socioespacial, sem que isto apareça como contradição insuperável.

A leitura de fotografias que captam o espaço urbano da Uberlândia dos anos de 1940, comparando-as com fotografias atuais, e apoiada nos estudos aqui mencionados, permite-nos perceber que a cidade cresceu economicamente, sofreu inchamento populacional, e que muitos dos migrantes que aqui chegaram foram incluídos lentamente. Mas esta inclusão ocorreu de forma paralela à exploração econômica, presente no entrelaçamento dos interesses públicos e privados, com a criação de bairros distantes socioespacial, onde barracos, favelas, cortiços, casas autoconstruídas situam-se ao lado (e ao mesmo tempo isolados) de conjuntos habitacionais, mansões e condomínios de luxo. Um passeio pela cidade atual revela evidências da segregação, mas também da degradação do modo de vida urbana e do "esvaziamento" do espaço público: muros altos, cercas elétricas e segurança armada por toda parte compõem a estética da violência e do medo. Um olhar para a periferia revela que Uberlândia se assemelha a muitas outras cidades brasileiras aspirantes ao "progresso" e também àquelas que alcançaram esse mesmo progresso.

Em seu segundo plano ou em seu fora de campo, As fotos do espaço urbano de Uberlândia, que compõem os acervos do ArPU, bem como as fotografias da atualidade sugerem que a periferia cresce e aguarda o progresso. Com características de cidade-pólo[15], Uberlândia, como várias cidades brasileiras, guarda também características que apontam para a degradação das relações no seu espaço público. Mas a periferia é omitida somente até o momento da abertura política, década de 1980, porque talvez revele o lado não "progressista e moderno" da cidade. Aqui, é preciso olhar o passado com acuidade, a fim de conhecer a natureza das transformações urbano-espaciais, empreendidas sob o discurso de uma melhor distribuição e ocupação do espaço como significado de uma melhor distribuição de oportunidades. E a fotografia pode revelar aspectos que a cidade moderna tenta omitir.

---

[14] Os fotógrafos e o poder público municipal.
[15] Soares (1988), assim como outros pesquisadores, utiliza a expressão cidade-pólo.

CAPÍTULO I

Diálogos com alguns autores

1.1 História e fotografia

Para fundamentar as análises e interpretações do objeto deste trabalho e para melhor compreensão de seu conteúdo, apresentamos a seguir uma discussão sobre a bibliografia utilizada, que está dividida segundo referenciais teóricos específicos, que relacionam: cidades, fotografia, história, política e imaginário.

No primeiro grupo de referenciais – cidades – estabelecemos um diálogo com autores de diferentes áreas, tais como Benevolo (1997), Béguin (1991), Machado (1990), Dantas (2001) e Moreira (1991): história; Alem (1991), Kowarick (2000) e Caldeira (2003): sociologia; Soares (1988 e 1995) e Moura (2008): geografia; Brandão (1989): economia), que nos permitem pensar a cidade de Uberlândia sob diferentes perspectivas.

Benevolo (1977) e Beguin (1991) abordam o desenvolvimento da estrutura urbana como metáfora de modernidade. Machado (1990) faz o resgate de alguns personagens e fontes calados e os coloca no cerne da discussão historiográfica. Dantas (2001) discute a formação do imaginário progressista, o ufanismo e a grandiloqüência "da" cidade na primeira metade do século XX. Alem (1991) recupera e analisa as narrativas de ordem "mitológica, sedutora de nativos e imigrantes" sobre a cidade, presentes no discurso das elites locais. Soares (1988) tem como foco central a apropriação do espaço urbano pelas imobiliárias e pelo poder público municipal, num entrelaçamento ou apropriação do poder público pela iniciativa privada. Brandão (1989) aborda os aspectos econômicos da formação da região do Triângulo Mineiro e da cidade de Uberlândia, que a destacaram das demais. Esses autores ajudam a entender diversas faces e contradições das imagens verbais e iconográficas sobre a cidade, e especialmente lançam luz sobre outras imagens que compõem a história da cidade.

O segundo grupo de referenciais – fotografia – é composto por três tópicos: fotografia enquanto imagem, fotografia da cidade de Uberlândia, fotografia e história.

No primeiro tópico (fotografia enquanto imagem), dialogamos com autores que fornecem elementos conceituais para se pensar a fotografia em sua especificidade estética, e a construção e desconstrução do discurso realista. De Aumont (1993) tomo de empréstimo o conceito de "fora de campo", isto é, o espaço não captado pelo recorte fotográfico. Este

conceito permite pensar sobre a periferia da cidade representada nas fotos feitas pelos fotógrafos pesquisados, mas também permite pensar sobre a periferia na atualidade como um grande “fora de campo”, que a todo instante é omitido ou negado por alguns “dirigentes” da cidade. Barthes (1984) fornece alguns elementos para diferenciarmos verdade de realidade, e investigar o “retrato da cidade” como um “teatro”. Ele argumenta que a fotografia é apenas um “reflexo do real”, na ótica da leitura objetiva e realista. Segundo suas considerações, partimos dos reflexos da realidade para a realidade polissêmica, para além do instante congelado. Dubois (1993) aborda a fotografia segundo a “lógica do índice” e argumenta que alguns sujeitos fazem uso da fotografia para construir uma mensagem que se pretende realidade porque denota o “real”, mas que, por outro lado, ela implica de fato, ontologicamente, a questão do sujeito, já que é uma representação codificada como outra qualquer. Suas considerações nos permitem entender as fotografias dos acervos pesquisados como vestígios de sujeitos que viveram num determinado tempo e espaço e que, com suas imagens, determinaram qual memória deveria ser preservada em detrimento de várias outras. Flusser (2002) elabora a idéia de que o operador da câmera fotográfica pode ser – além de sujeito que constrói representações, conforme Dubois (1993) – um “funcionário” que trabalha para outrem e constrói, para este, representações. Essas são considerações pertinentes, na medida em que permitem pensar o produto do trabalho dos fotógrafos como encomendas. Além disso, a condição de funcionário proposta por ele se encaixa bem quando pensamos no trabalho do repórter fotográfico na imprensa. Joly (1996) fornece subsídios para pensarmos a questão da representação na construção metafórica e metonímica da realidade. Suas considerações nos ajudam a entender as fotografias do acervo pesquisado na condição de metáforas de progresso e modernidade, entre outras questões.

No segundo tópico (fotografia da cidade de Uberlândia), dialogamos com autores que, partindo da fotografia como documento, abordam especificamente a cidade de Uberlândia. Carrijo (2001) estuda as transformações físicas e sociais ocorridas em Uberlândia, evidenciando seus sujeitos e suas mentalidades. Para isso, parte da história da cidade e da literatura sobre as cidades, para entrelaçar aspectos estéticos, políticos, sociais e ideológicos. O autor se vale da leitura de fotografias produzidas por diversos fotógrafos, na condição de documentos historiográficos, considerando que a fotografia é representação elaborada cultural, estética e tecnicamente. Alves (2004) parte de fotografias que retratam um ponto específico da área central da cidade – a praça – para recuperar a “memória da praça” e contextualizar sua discussão sobre sujeitos e objetos que a compõem em momentos distintos, isto é, como vestígios nos quais se pode reconhecer a segregação social, o discurso

“desenvolvimentista” da elite dominante. Reducino (2003), por sua vez, aborda o entorno da praça e discute, entre outras características da cidade, sua configuração estética. Esses autores fornecem elementos para se pensar a cidade de Uberlândia, representada em fotografias.

No terceiro tópico (fotografia e história), o diálogo é com autores que abordam a fotografia em estudos historiográficos e nos fornecem subsídios para compreendê-la na condição de documento. Borges (2003), ao argumentar que a análise da imagem deve considerar a finalidade desta e o contexto de sua produção e exibição, nos possibilita pensar nos usos que são feitos das fotografias dos acervos pesquisados. Segundo essa autora, a análise da imagem assumirá seu lugar entre expressão e comunicação, e o significado encontrado pode ser múltiplo, pode variar de um historiador-leitor para outro, e o enfoque pode se voltar para um sujeito em detrimento de outros. Burke (2004), de certo modo, está de acordo com o pensamento de Borges (2003), quando argumenta que devemos partir do contexto para entender a imagem fotográfica, para com ela construirmos uma interpretação. Assim, suas considerações nos instigam a partir de escritos críticos sobre a história da cidade. Kossoy (2001) nos alerta para a possibilidade de haver um sujeito-coletivo na construção da representação e nos possibilita certa compreensão sobre a representação fotográfica na imprensa e sobre a apropriação da imagem para ilustrar um discurso. Leite (1993) considera, entre outros elementos, que se deve estar atento às tentações do realismo fotográfico que, segundo ela, resulta de um aprendizado cultural. Daí ser preciso procurar compreender o porquê da produção de determinada fotografia, o que pode alterar sua interpretação. Para a autora, a fotografia é um documento como outro qualquer e, por isso, o foco, os planos e enquadramentos devem ser decodificados, assim como as alusões nela presentes. Para isso, sugere possíveis metodologias, como partir do contexto ou da própria fotografia. Com suas considerações, essa autora nos instiga a estabelecer um diálogo entre a cidade representada em fotografias e a cidade representada no jornal, tomando tais imagens como vestígios do imaginário social. Por fim, Granet-Abisset (2002) afirma que a foto diz outra coisa além dela própria, que se constitui em objeto de análise. As considerações de todos esses autores nos incitam a partir em busca dessa outra coisa que não a própria fotografia, estabelecendo uma ponte com o *fora de campo*, com aquilo que não está dado na imagem.

No terceiro referencial de análise – História –, adota-se a premissa de Bloch (2001), de que devemos partir do presente e estabelecer um diálogo com o passado. De Certeau (1982) adotamos a sugestão de trabalhar com os limites, os desvios, que nesta pesquisa entendemos ser a periferia e seus sujeitos. De Rolnik (1997) são aproveitadas as considerações sobre o contexto socioeconômico brasileiro no período de transição política. De Ferrara (1993),

tomamos de empréstimo algumas sugestões metodológicas para interpretar fotografias. Esses autores fornecem alguns pressupostos específicos da historiografia para construir uma interpretação que se pretende voltada para problemas da atualidade.

Para o quarto referencial – política e imaginário – foram selecionados alguns autores por fazerem considerações pertinentes ao tema abordado. Dentre eles, Arendt (1999), em *O que é política?*, cujas considerações sobre a política tomamos como subsídio para nossas reflexões sobre a política local. Bourdieu (1989), em *O poder simbólico*, aborda o campo político como um campo de forças e de lutas, uma "forma sublimada de guerra civil" em que os cidadãos são reduzidos a consumidores. Castoriadis (1987) em *As encruzilhadas do labirinto II*, discorre sobre a instituição imaginária da sociedade e a determinação, a partir desta, do que é e o que não é "real", o que tem sentido e o que é desprovido dele – o "ruído" ou "desordem", que pode ser portador de uma nova ordem. A partir de suas reflexões podemos pensar em determinados grupos da cidade como "ruídos" na imagem da cidade moderna. Martín-Barbero (2001), em *Dos meios às mediações*, aborda as "ruidosas" culturas populares que se formam com o Estado moderno entre os séculos XVI e XIX, e a passagem da idéia de nação à de mercado, da economia doméstica à economia política. Suas considerações nos instigam a questionar a existência de alguma resistência por parte daqueles que nesta pesquisa chamamos, como o fazem diversos autores, de *menos favorecidos*. Sennet (1999), em *O declínio do homem público*, faz considerações sobre a passagem de um modo de vida público a outro privado, na modernidade, sobre o refúgio do homem em sua intimidade e o conseqüente esvaziamento, no sentido político, das relações no espaço público. E Bauman (2000), em *Em busca da política*, aborda a questão da deterioração do modo de vida resultante da crescente insegurança de uma ampla parcela da população, a passagem do cidadão a consumidor, a incapacidade de se criar uma sociedade mais justa, a incerteza e o risco, a alienação e o desencanto, a instabilidade e a desadaptação, que ele traduz com a expressão "iceberg" social.

Para o segundo capítulo, selecionamos uma bibliografia específica sobre a história da criança e do adolescente, composta pelos trabalhos de Ariès (1981), Marques (2001) e Del Priori (2007). Esses autores nos possibilitam pensar sobre a realidade de crianças e adolescentes pobres, que muito cedo passam a fazer parte do mundo adulto, do trabalho e da produção. Eles nos permitem um diálogo entre o passado, o presente e a cidade que se quer no futuro. Olhar para eles nos instiga a pensar sobre a cidade que se transforma rapidamente.

1.2 Representações de Uberlândia: escritos críticos

A cidade de Uberlândia apresenta algumas peculiaridades – políticas, sociais, econômicas e culturais – relevantes em sua história, que se tornam objetos inevitáveis nos estudos sobre o imaginário social da cidade, construído ao longo de sua existência. Algumas destas particularidades são abordadas aqui a partir da leitura de autores que recortam diferentes períodos e temas. Constata-se haver um contraste entre representações e imagens dominantes – de uma cidade moderna, progressista, pujante na economia, socialmente acolhedora, política e culturalmente importante – e representações e imagens pouco visíveis, encobertas ou dissimuladas dos mesmos dramas sociais e econômicos de todas as cidades brasileiras – pobreza, violência, desemprego e, principalmente, exclusão e segregação socioespacial – que, especialmente observados na periferia da cidade, compõem parte central do objeto deste estudo.

As primeiras representações são quase sempre produzidas por intelectuais locais, incluindo historiadores (e ou) memorialistas, cronistas, poetas, articulistas de jornais e revistas, ou se repetem no rádio e na televisão, especialmente nas ocasiões festivas e comemorativas locais. As segundas, também quase sempre, são encontradas em vários estudos acadêmicos, em alguns cronistas da imprensa escrita e, às vezes, em matérias dos diversos veículos da mídia, principalmente quando tratam de problemas sociais da cidade, em especial das muitas práticas de crimes.

Assim, percebe-se um confronto nítido entre essas representações antagônicas, decorrente da posição social e política dos diversos produtores do imaginário social sobre a cidade. Contudo, nem sempre os produtores desses dois conjuntos de representações são oponentes absolutos, pois ora uns e outros se aproximam das primeiras representações, ora delas se afastam e as criticam, às vezes de forma intencional, outras vezes de forma inadvertidamente. De qualquer forma, há um confronto de representações, que constitui o cenário em que se apresentam os sujeitos e as imagens enfocadas neste capítulo.

Alguns aspectos dessas representações podem ser entendidos atrelados ao contexto brasileiro, como demonstra Maricato (1997). Em seu estudo *Habitação e cidade*, esta autora aborda questões ligadas à formação das cidades brasileiras e afirma que “o quadro urbano brasileiro é resultante de determinadas relações sociais que excluem grande parte da

população do direito à moradia e à cidade" (MARICATO, 1997, p. 17)[16]. A apropriação da terra e a apropriação da riqueza gerada pelo trabalho são feitas de acordo com interesses envolvidos na luta pelo espaço, afirma Maricato, que expõe o modo como esses interesses "se articulam com o Estado na formulação e gestão da política de habitação e das políticas urbanas" (MARICATO, 1997, p. 3) em períodos mais recentes da história das cidades.

Se retrocedermos um pouco mais no tempo, podemos nos aprofundar na compreensão de questões ligadas à exclusão e à segregação socioespacial. Maricato (1997) lembra que, por muito tempo, a exploração da terra no Brasil se fundamentou no trabalho dos escravos e na exclusão dos homens livres pobres, que quase nunca puderam se tornar proprietários, gerando o exclusivismo e a concentração fundiária. Essa estrutura não se alterou nem mesmo com a chegada dos imigrantes, que substituíram os escravos e compuseram novas relações de trabalho na sociedade brasileira. A propriedade da terra permaneceu como condição determinante para o exercício do poder sobre o espaço, ainda que tenha havido a prática de ocupação, livre ou concedida, de pequenas glebas e lotes, pelo campesinato e moradores das fazendas. Esse modelo de apropriação exclusiva e concentrada ocorreu mediante a indefinição, inexistência ou conivência do Estado. A ocupação ocorreu de forma discriminatória desde o seu início, e esta discriminação se consolidou com o latifúndio brasileiro e a Lei de Terras de 1850. A "demarcação das terras devolutas encontrou resistência no poder (dos grandes proprietários) e um vasto patrimônio do Estado, urbano e rural, passou então para a esfera privada". (MARICATO, 1997, p. 23).

As considerações dessa autora são bastante pertinentes para se pensar as cidades brasileiras na atualidade, a condição social daqueles moradores que ainda não conseguiram uma propriedade no espaço urbano, ou de outros, situados em espaços mais afastados e que podem não ser tão visíveis aos olhos dos pesquisadores das questões urbanas. Os sem-terra representam um grupo que chega às páginas dos jornais e às cidades no decorrer da década de 1990. Eles passam a viver entre o campo e a cidade e exercem no espaço urbano pressões diversas como, por exemplo, lutam por moradia, escola e saúde.

[16] Maricato (1997, p. 17) retoma os fatores históricos decisivos na história da constituição das cidades no Brasil, tais como a Lei de Terras (1850), as disputas políticas que se estenderam por todo o Império (1822 a 1889), a Abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889).

Figura 1 - Foto: Paulo Augusto, acervo pessoal: 150 anos depois da criação da Lei de Terras, o latifúndio e a propriedade improdutiva convivem lado a lado com a luta pela terra.[17]

Figura 2 - Foto: Paulo Augusto, acervo pessoal: Acampamento de sem-terra nas proximidades da Coalbra, a aproximadamente 20 km da área central da cidade.

[17] Assentamento do MST/Fazenda Tangará, a 60 km da área central da cidade.

Com o quadro socioeconômico brasileiro que surge após a Abolição, aos brancos pobres (imigrantes ou não) somaram-se os negros libertos, constituindo um contingente "livre" enorme, que ficaria dependente dos latifúndios para produzir e viver, ou buscaria as cidades para sobreviver. Contudo, o contingente que procurou as cidades também nelas encontrou um espaço limitado pelo exclusivismo da propriedade.

No caso da cidade de Uberlândia, os primeiros sesmeiros[18], ao definir, sob a vigilância do Estado e da Igreja, quem poderia ser proprietário ou não, acabaram instituindo uma prática de apropriação das terras locais como mercadoria, mas também como um negócio de família[19] que atraiu parentes e conhecidos para a região. Isso evitou, até certo ponto, o estabelecimento do monopólio ostensivo de terras no período inicial da ocupação. Mas contribuiu para o caráter burguês da apropriação transformando a terra em mercadoria de apropriação seletiva, "tendendo a favorecer proprietários unidos por laços afetivos e de consangüinidade" (ALEM, 1991, p. 83), o que "restringiu enormemente a obtenção, por parte da maioria da população regional, de um pedaço de terra para se dedicar à subsistência" (BRANDÃO, 1989, p. 41). Essa migração inicialmente seletiva de parentes criou uma clientela e um sistema político fundado na dominação pessoal, através de doações e favores e o que poderíamos considerar as raízes de uma elite (já) remota.

A construção da cidade requeria trabalho. Para isso, seria necessário que a conotação dada ao trabalho mudasse de negativa e vil – herança escravocrata – para outra, positiva e nobre – assalariado, o que pressupunha lançar mão da construção de um imaginário positivista sobre o trabalho. Mas essa construção seria feita de forma contraditória, mediante o que Brandão (1989, p. 4) considera ser um "paradoxo regional da pujança da modernização capitalista convivendo com um arcaísmo gritante das formas de gestão do capital e do trabalho", ou seja, o conservadorismo, o reacionarismo regional e seu discurso ufano, de "tudo pelo Grande Triângulo".[20]

---

[18]Brandão (1989) e Alem (1991), quando analisam a apropriação de terras na origem de Uberlândia, destacam que a ocupação do território do município se deu sob a crise do sistema produtivo da mineração, ao final do século XIX. Nessa época, a região do Triângulo tinha sido objeto de demanda territorial entre Goiás e Minas. O governo estadual e a Igreja Católica, certamente com a anuência dos proprietários de terras, perceberam que era preciso ocupá-la com formas produtivas permanentes. Compreende-se então por que seu primeiro entrante, João Pereira da Rocha, se apropriou "de muito mais terras do que as que lhe seriam concedidas na carta de sesmarias de 1821" (ALEM, 1991, p. 30).

[19] Além de João Pereira da Rocha, o primeiro sesmeiro, Alem (1991) menciona outro "entrante", Luis Alves Carrejo, que teria convidado seus irmãos para comprar terras em torno de sua propriedade.

[20] Brandão argumenta, ainda, que a formação do imaginário ufanista é antiga e remonta aos primeiros historiadores locais – os memorialistas –, sem que as rupturas nas suas representações dominantes ganhassem percepção considerável. Assim, como afirma Alem (1991, p. 79), "a cidade parece viver, desde a sua fundação, uma infindável 'idade de ouro' do desenvolvimento, a despeito das desigualdades sociais profundas observadas desde sua origem, hoje agravadas, assim como no país inteiro".

Machado (1990) escreve sobre o trabalho na cidade de Uberlândia. Uma questão discutida pela autora é a diferenciação de classes baseada na propriedade e apoiada pela institucionalização da igualdade jurídica, o que, em seu modo de ver, escamoteia e dificulta a compreensão da origem da desigualdade social. Machado argumenta que o discurso dominante se apóia no Código Penal brasileiro, para enquadrar o pobre quando trabalhador, de um lado, e o pobre *vagabundo*, de outro. Assim, ser pobre, porém trabalhador, é aceitável. O imaginário positivista sobre o trabalho permitiu, no entendimento de Machado, "justificar as desigualdades sociais ao mesmo tempo em que distinguia aqueles que não trabalhavam como elementos alheios ao pacto constitutivo do social – ônus e ameaça à sociedade civilizada". A apropriação das concepções sobre o trabalho pela classe dirigente de Uberlândia, afirma a autora, tornou possível conceber esta cidade como a sociedade do trabalho e também "a construção de todo um ideário moralizante em que o homem só pode constatar sua honestidade e valor através do trabalho – único caminho capaz de garantir-lhe a cidadania". (MACHADO, 1990, p. 46).

O imaginário positivista sobre o trabalho em Uberlândia o coloca de forma diametralmente oposta à indolência, à preguiça, à miséria social. Este imaginário exclui os não-trabalhadores ou os trabalhadores informais e deixa à vista uma sociedade que diferente daquela proposta pela memória oficial; o progresso da cidade contrasta com a violência, o crime, o roubo, a mendicância, a prostituição, os jogos de azar e o favelamento, deixando entrever, nos conflitos sociais, a recusa à ordem.

No momento histórico inicial da mudança de um Brasil rural para o urbano[21], ainda sob o domínio do latifúndio do café, os grandes proprietários se fixaram na cidade ao mesmo tempo em que a sociedade se diversificava com "o aparecimento da classe média, formada por profissionais liberais, jornalistas, militares" e outros segmentos, e crescia também o número de trabalhadores assalariados, em diversos setores da economia. Entretanto, "a base política continuava sendo constituída pela mesma elite agrária, aliada aos intermediários urbanos, que havia séculos dominavam o país". Parte dessas elites se transformava sob os auspícios dos valores positivistas "de conhecimento técnico e racionalidade, refletidos no slogan que seria adotado pela República: Ordem e Progresso" (MARICATO, 1997, p. 26). a cidade progressista que se desenvolvia continuava sob o domínio daqueles que detinham a

[21] Maricato (1997, p. 8) argumenta que, no final do século XIX, 80% dos trabalhadores brasileiros estavam no campo, 13% no setor de serviços (a maior parte em empregos domésticos) e 7% na indústria, o que dá uma noção de como o setor rural ainda era dominante; e mais adiante nos permite comparar com o ano de 1991, ano em que, segundo ela, a população brasileira chegava a 146,9 milhões de habitantes, dos quais 75,5% estavam na zona urbana.

propriedade da terra. A cidade deveria ser o que as elites proprietárias desejavam, traduzido no *slogan* positivista da ordem e progresso e da cidade grande e rica.

Esse discurso grandiloqüente, do qual se ufanam seus mais antigos moradores, pode ser observado tanto na "voz" de vários habitantes da cidade antiga quanto da atual, através dos escritos dos memorialistas. Os memorialistas são pessoas muito próximas do poder ou indiretamente ligadas a ele, seja no trabalho da imprensa, seja nos vários documentos produzidos pelos cronistas e poetas da cidade. Eles criam uma imagem da cidade referenciada na beleza e em outros valores positivos. Os escritos dos memorialistas foram investigados por vários autores críticos que foram consultados para esta pesquisa. Soares (1988), por exemplo, considera que "muito pouco foi escrito acerca desta cidade. E quando isto ocorreu, os registros históricos foram feitos pela classe dominante, pelo seu discurso oficial, que desde os primórdios apresentam Uberlândia como 'a cidade jardim', a 'cidade sem mendigos', a 'cidade sem crise'." (SOARES, 1988, p. 4). Esta geógrafa também fornece dados que reafirmam a cidade como "um dos mais importantes centros regionais do estado de Minas Gerais". Essa representação propagandeada da cidade, comum a várias camadas de sua população, tem sua parcela de realidade e atrai grande leva de novos moradores.

Dantas (2001) faz um inventário do imaginário social dominante na cidade e destaca o ufanismo presente nesse imaginário que, de acordo com a autora, ecoa na imprensa, nos discursos dos memorialistas e de sua classe dominante – políticos e empresários[22]. Em *Veredas do progresso em tons altissonantes – Uberlândia, 1900-1950*, de certo modo, ela concorda com Soares quando defende que esse discurso foi construído sob o jargão da ordem e do progresso, e, além disso, como se fossem princípios compartilhados por todos os seus habitantes desde a fundação da cidade.[23] Por outro lado, Dantas defende também que parte de seus habitantes é renegada no imaginário social e na história contada pelos memorialistas.

A negação de parte dos habitantes pelo imaginário social nos permite um diálogo com Castoriadis (1987) em *As encruzilhadas do labirinto II*. O imaginário, segundo o autor, seria o "sistema de interpretação, esse mundo que a sociedade cria" ou ainda a "criação de seu

---

[22] Ainda de acordo com esta historiadora, o imaginário de "se fazer 'grande' e radiosa nasceu com Uberlândia [...] notadamente nos elementos dos grupos sociais dominantes", fundamentados no ideal positivista de cientificismo, ordem e progresso", e teve como modelo de urbanismo o traçado em xadrez (DANTAS, 2001, p. 29).

[23] Assim, esta historiadora também fornece os seguintes dados que podem ser tomados como ufanos: pelo Censo 2000 do IBGE, a população ultrapassa os 500.000 habitantes, com níveis econômicos consideráveis. Consideremo-la centro regional, num limiar entre cidades médias e cidades de grande porte, visto polarizar mais de 200 cidades envolvendo o Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba e o Sudoeste Goiano (DANTAS, 2001, passim).

próprio mundo. Sua própria identidade nada mais é que 'esse sistema e interpretação'". Castoriadis (1987, p. 232) afirma, ainda, que a sociedade "percebe como um perigo mortal qualquer ataque a esse sistema de interpretação, ela o percebe como um ataque contra sua identidade, contra ela mesma". A partir de suas considerações, podemos dizer que o ufanismo faz com que vários produtores de representação sobre a cidade forneçam dados *oficiais* quantitativos, que podem ser utilizados para re-afirmar o imaginário positivista; e Castoriadis argumenta que a quantificação é "a expressão de uma das significações imaginárias dominantes dessa sociedade, considerando que através delas não se leva em conta o que não se pode ser contado". (CASTORIADIS, 1987, p. 234).

Já para Le Goff (1994), em *O imaginário medieval,* "o imaginário seria "muito freqüentemente confundido com aquilo que designamos por meio de termos vizinhos cujos âmbitos se interpenetram parcialmente, mas que devem, todavia, ser cuidadosamente distinguidos", como é o caso da representação, que, sendo de "grande generalidade", englobaria "todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida" e estaria "ligada a um processo de abstração". O autor complementa: "o imaginário pertence ao campo da representação mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra". (LE GOFF, 1994, p. 11)

A cidade "real" se institui mediante uma contextura de vários fatores que se desenvolvem sob o imaginário social dominante de determinados grupos, aos quais Soares (1988) chama de "elites empresariais e políticas", que tecem a cidade capitalista. E pensando de acordo com Castoriadis, esta cidade seleciona determinados valores ou sentidos e o que é desprovido dele – o "ruído" ou "desordem" que deverá ser afastado.

Soares (1988) tece considerações que nos possibilitam entender as conseqüências da formação da cidade capitalista, como a segregação socioespacial, feita mediante a negação de determinados "ruídos" ou "desordens". Destaca as reformas e embelezamento do espaço urbano, empreendidos em nome da modernização e observados em vários momentos da história da cidade. Por exemplo, quando em 1916 "Uberabinha recebe vários serviços e equipamentos urbanos [...] estabelecendo-se ali um outro padrão de habitações". (SOARES, 1988, p. 26).[24]

A proposta capitalista de cidade, feita mediante a estratificação do espaço urbano, a expulsão de parte de sua população para áreas mais afastadas, destruindo sua "estrutura social

[24] Soares (1988, p. 26) menciona os seguintes serviços: escola pública, estação telegráfica, praça pública, abastecimento de água potável, calçamento da avenida comercial, cadeia, além de dois jornais.

e sua cultura, expressa em suas moradias, sua religião, suas festas, suas relações vicinais, etc. [...] aniquilando qualquer possibilidade de, fora dali, dar continuidade a interação social necessária à manutenção da identidade daquela comunidade" (SOARES, 1988, p. 28)[25], pode ser observada também na cidade do presente.

Seguindo o exemplo dado pelo Rio de Janeiro em 1902, Uberlândia ampliou "o sistema viário destinado à circulação de mercadorias, dificultada pelas estreitas e congestionadas ruas", trazendo como conseqüência para as famílias pobres o despejo, numa "política higienista saneadora" (MARICATO, 1997, p. 28). Assim se conjugava "embelezamento e segregação territorial", que resultou no afastamento dos "pobres, mendigos e negros" das áreas centrais, deixando de lado "a solução do problema de moradia da massa trabalhadora" (MARICATO, 1997, p. 29). Processava-se uma modernização excludente, que criava uma cidade cenográfica para alguns e precária para outros, com "diferenciação acentuada na ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos urbanos" (MARICATO, 1997, p. 30).

Mas, à destruição de um modo de vida, seguia-se o surgimento de outros modos, em outros espaços[26], onde os trabalhadores se reorganizavam. A expansão da área urbana em direção à ferrovia Mogiana fez surgir em suas imediações novas vilas: a Vila dos Operários e a Vila das Tabocas (hoje bairro Bom Jesus), separadas da área central da cidade pelos trilhos daquela companhia[27]. Estas vilas surgiram de um agrupamento de 50 casas, "rudimentares e em fileiras iguais", que foram construídas pelas empresas estabelecidas no entorno da Mogiana, para alugar a seus operários. Em 1930, essas vilas ainda não contavam com abastecimento de "água, esgoto e luz elétrica e, juntamente com o Patrimônio", compunham "o" subúrbio da cidade.

---

[25] Nessas considerações, Soares (1988) se baseia no trabalho de LOURENÇO, Luiz Augusto Bustamante. *Bairro do Patrimônio*: salvadores e moçambiqueiros. Uberlândia: Secretaria de Cultura/P.M.U., 1986.

[26] Soares (1988, p. 15) explica que Uberabinha não pode usufruir, nos primeiros anos, das benesses trazidas pela estrada. Entretanto, com o decorrer do tempo, a instalação da Mogiana foi considerada um dos fatores mais importantes para o processo de organização do espaço da cidade e para o desenvolvimento econômico do município e da região.

[27] Segundo Brandão (1989, p. 37), foi a expansão do capital de São Paulo que permitiu que, em 1888, a ferrovia chegasse à cidade, dando início à expansão comercial. A articulação comercial entre São Paulo e Goiás transforma a região em entreposto, que abastecia parte das necessidades de alimentos do complexo cafeeiro paulista, ao mesmo tempo que distribuía produtos como sal, ferramentas, etc. para o Centro-Oeste. A condição de entreposto beneficiou o acúmulo de capital na região, condição que pode ser observada, também, em outros momentos ao longo da história da cidade. A transformação da região em entreposto comercial é feita mediante desequilíbrios inter-regionais e tem o Estado como sujeito do processo, num momento em que a região se inseria na mercantilização regional de forma precária, ou, nas palavras de Brandão, num momento de capitalismo tardio. São Paulo se impunha como núcleo hegemônico de acumulação do capital e desenhava uma divisão inter-regional do trabalho. Nas primeiras décadas do século XX tem início a especialização das cidades, momento em que se pode perceber, de acordo com Brandão, a substituição de uma *economia natural* por outra, *de mercado*.

A construção de casas para operários, de forma contraditória, enriquecia os empresários empregadores. Esta questão permite perceber, de acordo com Soares (1988) e Maricato (1997), uma mudança de função da casa, que deixa de ter valor de uso e passa a ter valor de troca, como mercadoria, constituindo um patrimônio imobiliário, num momento em que a ferrovia atraía empresas para o seu entorno e influenciava a expansão do espaço urbano, transformando zona rural em bairros. Assim surgiram a Vila Martins, 1925; Vila Osvaldo; 1936, vilas Santa Terezinha e Brasil; 1938, Vila Carneiro.

A construção de casas para operários nas mediações da Mogiana possibilita perceber a instituição e profissionalização do negócio imobiliário. Nesse contexto, a empresa imobiliária uberlandense, segundo interpretação de Soares (1988), passa a eleger áreas específicas para loteamento, geralmente distantes da área urbana, criando grandes espaços vazios – os pousios – que iriam influenciar diretamente o modo de vida das classes trabalhadora e média, além de constituir uma reserva à espera de valorização[28]ao longo de toda a história da cidade. Com o crescimento da cidade, a localização no espaço urbano passa a ser determinante na luta pela sobrevivência, uma luta também simbólica: morar em determinados espaços, como na Vila Operária ou na Vila das Tabocas[29], além de caracterizar exclusão dos serviços e equipamentos urbanos, passa a ser motivo de *estigmatização* de seus moradores, redundando numa exclusão social, além da espacial[30].

Soares (1988, p. 15) argumenta que a instalação da Mogiana foi considerada um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento econômico da região, uma vez que promoveu a valorização das terras e o desenvolvimento da arquitetura das cidades por onde passava a ferrovia. Em Uberlândia, foi, além disso, fator de organização do espaço urbano, mas não destacou esta cidade com relação a Araguari e Uberaba, *pontas de linha* (por volta de 1905) por onde entravam e saíam mercadorias provenientes de São Paulo e Goiás. Conclui-se que havia duas áreas distintas: uma chamada de "centro" e outra, chamada de vila, palavra que, de certo modo, remete ao preconceito.

---

[28] Soares (1988, p. 39) informa que a primeira imobiliária, "Empresa Uberlandense de Imóveis", era de propriedade do empresário Tubal Vilela da Silva, que posteriormente, em 1950, se elegeu prefeito da cidade. Em 16 anos, a partir de 1936, essa imobiliária vendeu mais de 30.000 lotes e construiu aproximadamente 1000 casas residenciais, aumentando consideravelmente a área suburbana da cidade.

[29] As vilas Operária e Tabocas eram separadas pela ferrovia. Hoje, em seu lugar, fica a avenida Monsenhor Eduardo, também objeto de polêmicas à época de sua construção, já que os moradores foram excluídos das discussões sobre sua construção. A proposta "vencedora" foi a do prefeito Virgílio Galassi, que optou por implantar uma avenida larga, priorizando o tráfego de veículos e cargas.

[30] As várias lutas travadas no entorno da Estação de Ferro Mogiana, os aspectos culturais, econômicos e políticos são abordados por Silva Júnior (2008) a partir de entrevistas com antigos moradores daquela região.

Mas é a partir do "rodoviarismo" que, segundo Brandão, Uberlândia começa a se destacar em relação às cidades vizinhas e mesmo estados como Goiás e Mato Grosso, quando estende seus tentáculos comerciais a outras praças. Por volta de 1912 estava sendo construída, com capital de empresários locais, uma extensa rede rodoviária que, "unindo mais de 50 localidades [...] uma miríade de pequenas estradas [...] assegurava o escoamento da produção até os centros comercializadores". Essas estradas, abertas "com picaretas, enxadões, arados e grades de madeira guarnecidas de ferro, arrastados por juntas de bois" (SOARES, 1988, p. 18)[31], comporiam o transporte rodoviário e destacariam a cidade, segundo Brandão (1989, p. 106), com relação à região, um divisor de águas que viria complementar a Estrada de Ferro Mogiana[32] e confirmar a hegemonia econômica de Uberlândia.

O "rodoviarismo" contribuiu para o desenvolvimento de uma estrutura comercial que possibilitou a distribuição de mercadorias com maior continuidade no espaço, atingindo um maior número de comerciantes e consumidores para além de sua região de influência. Permitiu também o acúmulo de dinheiro, a fundação de um banco e a imposição de um ritmo mercantil a toda a região do Brasil Central, fazendo de Uberlândia um empório comercial[33], explorando a complementaridade entre rodovia e ferrovia. Além disso, seguindo o exemplo do sucesso comercial empreendido pelo rodoviarismo, a moradia, a energia e a comunicação foram também estruturadas com o capital mercantil regional[34].

De acordo com Brandão (1989), "quanto mais avançarmos na 'era rodoviária' mais sentiremos o predomínio de Uberlândia como grande pólo de redistribuição de mercadorias", coroado na década de 1950 com a proposta de Juscelino Kubtschek de desenvolvimento da indústria nacional a partir do automóvel. O "capital comercial consolidou as bases para o 'grande salto' de diversificação" que ocorreria nas seis primeiras décadas do século XX (BRANDÃO, 1989, p. 102). E é sob o signo da roda e da especulação imobiliária que "foi encomendado ao Departamento Geográfico de Minas Gerais um novo plano de urbanização (SOARES, 1995, p. 143). Este plano "postulava a construção de uma paisagem

---

[31] Estrada esta que, segundo Soares (1988, p.14), contou com a colaboração de diversos sujeitos esquecidos. Na história dos memorialistas, o nome destacado foi o de um personagem "de cima" da história local, Fernando Vilela.

[32] A respeito da Estrada de Ferro Mogiana, Brandão (1989, p. 74) oferece as seguintes informações: inaugurada em São Paulo em 1872 ela ultrapassou o Rio Grande e se estendeu até Uberaba, onde foi inaugurada em 1899; em 1895, é inaugurada em Uberlândia, e em 1896, em Araguari.

[33] Segundo Brandão (1989, p. 98), também são criadas nessa época a Empresa de Autoviação do Cel. Quirino Costa, em Uberaba, em 1912; a Empresa Autoviação Sacramento-Araxá, em 1914; a Empresa Autoviação Uberaba-Barretos, em 1920.

[34] Em 1905 foi construída, em Uberaba, a empresa Força e Luz; em 1907 é construída em Sacramento e Conquista a hidrelétrica Cajuru, em 1910, em Uberlândia, uma empresa de Sociedade Anônima. Em 1920 estavam instaladas diversas companhias de telefonia: de Prata, de Uberaba, de Araguari, Uberlândia.

completamente nova para a cidade" com a criação de "uma nova área central, com um conjunto de largas e extensas avenidas arborizadas e ruas transversais, que formavam um tabuleiro de xadrez" (SOARES, 1995, p. 103), e que beneficiou sua expansão territorial de acordo com interesses e atuação de agentes modeladores do espaço urbano (SOARES, 1995, p. 211). Esta proposta, de certo modo, predominou na área central, alterada para o retângulo em certas áreas, mas não prevaleceu para as periferias, que cresceram segundo a "ordem dos proprietários de terra e dos incorporadores imobiliários". (SOARES, 1995, p. 240).

Além da influência do planejamento racional do xadrez urbano[35], Uberlândia herdaria algumas contradições próprias das cidades capitalistas.[36] Aqui, as reformas técnicas, higiênicas e estéticas são implementadas não para conter o crescimento desordenado, mas para criar o que Dantas (2001, p. 25) chama "o mundo elegante da burguesia", um modelo de planejamento que propõe a disciplina e a ordem, necessários à circulação de mercadorias. Um imaginário social baseado no positivismo cientificista da ordem e progresso.

Mas o progresso se daria de forma diferente para seus habitantes, de acordo com a condição herdada (ou imposta) de ser proprietário ou não. Nos discursos produzidos pelas classes dirigentes, "a política seria", de acordo com Alem (1991, p. 80), "apenas a esfera da organização da ordem social que viabilizaria o progresso material, sem se constituir, jamais, como esfera da dominação e da reprodução das desigualdades e dos conflitos". Imaginário produzido com base na afirmação do progresso técnico e linear, com um concomitante desprezo pelo passado que não o idealizado por esses mesmos sujeitos.

Dantas fundamenta-se no historiador italiano Paolo Rossi para resgatar ou historicizar "a idéia de progresso que, segundo este, veio à luz na Europa, entre os séculos XVI e XVIII". (DANTAS, 2001, p. 9). Segundo essa "idéia", uma geração seria superior às que a precederam. Dantas (2001, p. 15) considera que esse imaginário, em Uberlândia, é hegemônico, "garante a dominação e não permite que outros projetos de cidade possam ser viabilizados", e que "alija do progresso, outros projetos de cidade, outros sujeitos" .

Assim, podemos dizer que, de acordo com os autores aqui listados, existe um discurso hegemônico que instituiu a identidade da cidade de Uberlândia desde seus primórdios e que ainda hoje determina as práticas sociais e políticas no espaço urbano. As cidades não são harmônicas ou homogêneas, mas podem ser hegemônicas, como os discursos, e escamotear a multiplicidade (DANTAS, 2001, p. 17) de sujeitos, de espaços e de divergências, forjando um

---

[35] Sobre o planejamento urbano em xadrez, ver também Carrijo (2001) e Soares (1988).

[36] A cidade de Porto Alegre da última década do XIX; Belo Horizonte, a capital planejada e executada sob o signo da modernidade e em substituição ao arcaísmo e provincianismo de Ouro Preto, dentre outras, como Manaus, Belém, Curitiba, Santos, São Paulo.

imaginário único. “O imaginário é uma das estratégias de exercício do poder que, ao se apropriar dos símbolos e representações coletivas, garantem a dominação” (DANTAS, 2001, p. 19) através da produção de discursos e práticas.

1.3 Geopolítica e disciplinarização do espaço

O imaginário hegemônico é composto também pela “localização geográfica privilegiada”, que teria favorecido a logística comercial por meio da malha rodo-ferroviária e aérea, a comunicação, o beneficiamento e armazenamento de produtos, o comércio por atacado, entre outras atividades que foram pensadas pelas elites como “vocação” da cidade. Esse imaginário, que pode ser entendido pelo que os geógrafos chamam de “redes urbanas”[37], coloca a cidade como núcleo de entrecruzamento dessas redes nos contatos entre as regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. Sobre isto, vale lembrar Bloch (2001), para quem esse imaginário poderia ser tomado como “pseudodeterminismo geográfico” na história[38], o que nos permite pensar no privilégio da localização geográfica como um discurso tecido a partir da confiança da elite local nas barganhas estabelecidas nessas redes urdidas com o Estado e que privilegiavam Uberlândia em detrimento de outras cidades, tão bem localizadas quanto ela. Não é difícil perceber que todo o Triângulo Mineiro poderia ser considerado ponto de passagem entre as regiões mencionadas acima. Esse “pseudodeterminismo geográfico” nos permite pensar sobre as estratégias geopolíticas implementadas pelo governo federal de ocupação do espaço e seu entrelaçamento com as “elites locais” ainda nos anos 1940.

Uma questão abordada pelos escritores críticos é a ocupação do espaço através da migração[39]. Soares (1988) e Machado (1990) concordam que, a partir de 1950, a chegada de migrantes à cidade, de forma desordenada e intensa, se tornou um problema. Desde as vésperas de 1940, de acordo com Soares (1988), o Estado Novo criara condições para o desenvolvimento da indústria capitalista, o que aprofundou a divisão social do trabalho e se materializou no espaço urbano das grandes cidades, através de uma maior estratificação das

---

[37] A formação desse conjunto de redes é discutida também por Brandão (1989), mas de acordo com a geografia, as redes urbanas seriam todos aqueles equipamentos que permitem a circulação de bens materiais e ou simbólicos, por exemplo, rodovia, infovia, aerovia, telefonia; redes compostas por empresas – hotelaria, turismo, esporte, atacadistas; por órgãos de governo – federal, estadual etc.

[38] Em Soares (1988, p.16), por exemplo, encontramos uma citação de um memorialista que escreve para uma revista local e nos possibilita desconstruir essa discurso. Em seu entendimento, “a penetração do ramal da alta Mogiana (Ribeirão Preto / Araguari) pelos sertões do Triângulo Mineiro seria uma aventura, de vez que as zonas eram despovoadas e pouco produziam para garantir lucro compensador à companhia [...].” (ARANTES, Jerônimo. A alta Mogiana. *Uberlândia Ilustrada*, Uberlândia, n. 14, p. 12, 1947.).

[39] Voltamos a esta questão no capítulo 3.

classes sociais. No entendimento da autora, a região do Triângulo Mineiro foi incluída na economia nacional por estar situada em um ponto estratégico que ligava diversas regiões. Nessa época, Uberlândia se encontrava aparelhada para intermediar a acumulação e a reprodução do capital e, por isso, começou a se desenvolver. O processo de expansão foi rápido e sua população acentuadamente aumentada pela migração (SOARES, 1988).

E para ser grande, rica e progressista, seria necessário implementar o que Machado (1990) chama de *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês*. Esta autora defende que em Uberlândia essa disciplinarização foi feita mediante o desenvolvimento de laços entre as classes dirigentes locais e o governo, o que teve conseqüências excludentes para um grupo que ela denomina "menos favorecidos economicamente". Sua pesquisa nos permite pensar que esses laços tiveram influência na produção da desigualdade de distribuição de riqueza e renda já na década de 1940. Nesse momento, Uberlândia já se destacava das demais cidades da região graças, entre outras questões, às estratégias geopolíticas do governo Vargas[40], que selecionou a cidade para ser base da Expedição Roncador-Xingu. Esta expedição abriu estradas na região, possibilitando a ligação da região do Triângulo Mineiro aos estados de Goiás e Mato Grosso. A expedição tinha o propósito de povoar o interior, em um projeto que ficou conhecido como Marcha para o Oeste[41]. Para isso, estabeleceu-se na cidade um posto avançado da Fundação Brasil Central, que instalou uma estrutura urbana que alavancou o comércio e atraiu mais migrantes. Essas questões nos permitem pensar que o ufanismo local está ligado à estratégia geopolítica que privilegiou a cidade em detrimento de outras

Melhor aparelhada, a cidade, apoiada por uma "coalizão de forças extremamente abrangente e heterogênea, arbitrada na maior parte do tempo pelo poder militar" (FIORI, 2001, p. 273), torna-se alvo de atenção por parte do governo federal, que passa a considerá-la "ponto de passagem ou porto avançado de trabalho para a construção da nova capital" (MACHADO, 1990, p. 25), e para a consolidação de um "projeto conservador e autoritário" que teve início em 1930 e que, de acordo com Fiori (2001), ficou conhecido como desenvolvimentismo.

> Ao todo, contando a partir de 1930, foram 29 anos de regime autoritário e, durante essas décadas a desigualdade na distribuição da riqueza e da renda cresceu quase continuamente, apesar da melhoria inconteste da infra-estrutura, da educação e dos demais serviços públicos. No mesmo período constituiu-se, no Brasil, uma economia industrial pela ação de capitais

[40] Nesse período já trabalhava ligado ao Governo o político Rondon Pacheco, sobre quem o Jornal argumenta que era "um dos principais líderes civis da Revolução de 1964 e ocupou o importante cargo de chefe da Casa Civil do Governo Costa e Silva, tendo sido, como ministro, um dos signatários do AI-5" (**JCU**, 08011989, p.1)

[41] Sobre a Marcha para o Oeste, ver também Brandão (1989, p. 117-120).

> estatais, associada aos capitais privados nacionais e estrangeiros. No cumprimento de seu papel dentro de uma economia industrial, o Estado criou ampla e complexa institucionalidade, que se expandiu e se especializou de forma contínua. Como produtor e coordenador dos grandes blocos de investimento e principal agente interno de financiamento, o Estado brasileiro acabou montando extensas burocracias econômicas, em geral, competentes em sua gestão setorial. A história dessa industrialização começou nos anos 20 e se acelerou na década de 30, mas foi sobretudo nos anos 50 que a indústria se consolidou como eixo dinâmico da economia brasileira (FIORI, 2001, p. 273).

Segundo Fiori (2001), o desenvolvimentismo vai de 1930 a 1959; Maricato ressalta que, mais ou menos nesse período,

> pela primeira vez se reconhecia oficialmente (com a ajuda das lideranças empresariais industriais) que o mercado privado não tinha condições de resolver o problema da moradia e que o Estado tinha a responsabilidade de fazê-lo. Os empresários queriam eliminar a pressão que o aumento dos aluguéis fazia no sentido de forçar o aumento dos salários [...], o governo propõe, praticamente pela primeira vez, uma política social de habitação [...] que em 27 anos (de 1937 a 1964) iriam financiar a construção de 140 mil moradias, a maior parte das quais destinada ao aluguel (MARICATO, 1997, p. 36).

Ao desenvolvimento econômico não se seguia uma distribuição de renda igualitária. Os programas desenvolvidos pelo Governo Federal tinham caráter populista e beneficiaram as classes médias, que se valiam do dinheiro do FGTS para financiar suas moradias, deixando os trabalhadores de baixa renda e informais desamparados. Desse modo, a classe trabalhadora ficou nas mãos da "lei de congelamento dos aluguéis e do desestímulo à oferta de novas moradias" (SOARES, 1988, p. 142), uma vez que com esta lei deixava de ser vantajoso ter imóvel como fonte de renda. Em Uberlândia, o entrelaçamento entre política e economia pode ser bem percebido no estudo de casos emblemáticos, como a formação dos bairros Luizote I e Luizote II, detalhada por Soares (1988).

A condição de ser "predestinada ao progresso" se concretizaria na "ordem". E para se instalar a ordem, os conflitos sociais foram negados ou "escamoteados", e os "detentores do capital e 'despossuídos' realizariam, através do trabalho, a projeção da cidade no cenário nacional de forma muito aquém do paraíso" (MACHADO, 1990, p. 47)[42] para outros de seus habitantes.

Ordem e disciplinarização são necessárias à cidade que se desenvolve, mas, de acordo com Machado, criaram também um modelo excludente de sociedade, através da batalha moral

[42] Machado (1990) estuda a cidade no período que vai de 1965 a 1980.

contra os costumes e a cultura popular, que pode ser vista nos documentos oficiais[43] listados por ela ou no Jornal, e que envolve desde "intervenções no saneamento e higiene pública até a instituição de órgãos assistenciais [...] ou especiais do governo para afastar a mendicância das ruas, coibir o processo migratório, regulamentar o trabalho, prevenir o desemprego, a ociosidade e a vagabundagem". Conjunto de leis que podem explicar a quase ausência de pobres na "cidade" do presente.

Figura 3 - Imagem fotográfica do Acervo Naghettini: E. F. Mogiana e a área central, década de 1960.

Figura 4 - Foto: Paulo Augusto, trabalho de campo: Atual Praça Sérgio Pacheco

[43] Machado (1990, p. 46) cita como exemplos as medidas policiais, os códigos de postura do município, a planta cadastral da cidade e a lei de uso do solo urbano.

As duas fotografias acima recortam parte da mesma área central: a antiga Estação de Ferro Mogiana e a atual Praça Sérgio Pacheco. Esta área, que pode ser considerada como o limite ou uma das periferias da cidade até meados da década de 1970, é um exemplo de como o saneamento e o embelezamento serviram para relegar a áreas mais distantes as populações que habitavam naquele local[44], agravando a já difícil realidade daqueles moradores. Mas a ociosidade e a vagabundagem atribuídas aos moradores daquela região são ainda reprimidas: supostos vagabundos quase não trafegam pelas ruas da área central nos dias de hoje. Outra questão é que os trabalhadores informais, como os ambulantes, são controlados através de cadastramento pela prefeitura e, em algumas administrações, reprimidos e agredidos, têm seu material de trabalho confiscado, conforme relatos que eles mesmos fazem ao Jornal pesquisado[45]. Assim, é possível transitar pelas ruas da cidade, desde que na condição ou aparência de trabalhador, como aqueles que podem ser vistos adentrando um shopping, na fotografia adiante (Figura 5).

A disciplinarização do espaço discutida por Machado (1990) nos permite, assim, tecer considerações sobre a Estação da Mogiana – o passado – e a estação de embarque de ônibus em frente ao shopping, na avenida João Naves de Ávila – o presente –, ponto de partida para se pensar também nas condições de trabalho de alguns cidadãos.

---

[44] As fotografias que aparecem na página 84, capítulo 2, também nos possibilitam, de certo modo, visualizar alguns moradores dessa região.

[45] Os ambulantes a que se refere o Jornal trabalham na praça Tubal Vilela. A questão específica dos ambulantes não será abordada nesta pesquisa, apesar de vários deles morarem em áreas “periféricas”. Ver, por exemplo, Jornal Correio de Uberlândia, 21/02/1995, p. 7.

Figura 5 - Foto: Paulo Augusto, trabalho de campo: Indisciplina na avenida João Naves de Ávila, próximo a um shopping, na área central.

A fotografia mostra – assim como a Praça Sérgio Pacheco – um espaço limpo, arborizado, sinalizado, delimitado etc. As pessoas presentes na foto parecem ser trabalhadores ou consumidores que se dirigem ao shopping, do outro lado da rua. As áreas centrais são espaços de representação logo, não podemos saber ao certo as classes das pessoas representadas na foto acima, mas podemos inferir que estão vestidas ou representadas para freqüentar aquele espaço ao qual se dirigem. Esta foto, que bem poderia ser tomada como vestígio da modernidade, suscita outras questões.

Por exemplo, os passageiros deveriam desembarcar dentro da "estação" e sair em sentido oposto, numa faixa de pedestres reservada à travessia. Mas não é o que acontece. Pelo menos no momento desta fotografia, os pedestres descem do ônibus e ignoram o trajeto que deveria ser feito, ou seja, não adentram a estação. Eles atravessam a rua fora da faixa de pedestres, em meio ao trânsito, para ganhar tempo. Assim, a fotografia pode ser tomada para argumentar que a cidade é também palco da indisciplina e da desordem, que estão por toda parte e são praticadas por pessoas de todos os níveis sociais, desde o cidadão mais comum às mais diversas autoridades, da área mais central ao mais distante bairro. Essa indisciplina pode suscitar questões tais como a de que a cidade é palco também de outros tipos de violências, que redundam em agressões físicas, psicológicas, constrangimentos, assombro, morte. Outro

exemplo corriqueiro de indisciplina é o mau uso da água, para lavar calçadas e até mesmo ruas, cena muito comum em Uberlândia. Nesse caso, a cidade se ufana de ter a maior parte da população abastecida por água, mas parece não se dar conta das grandes campanhas publicitárias que abordam a proximidade de sua escassez. O exemplo do mau uso da água é suficiente para que a disciplinarização seja defendida veementemente como uma necessidade. Mas a disciplinarização suscita outras questões.

Ao abordar este tema, Machado (1990) trata especificamente da disciplinarização dos pobres habitantes da área central e do (novo) espaço reservado a eles nas periferias distantes, questão que pode ser tomada como central também para análise da fotografia comentada. Machado (1990, p.66) observa que a política era feita de acordo com o mercado político, por alguns, ao sabor da conveniência, em que um político pode se posicionar de um modo frente a problemas referentes aos seus moradores e, em outro momento, o mesmo político pode tomar outra posição, de acordo com interesses próprios ou de seu grupo, deixando questão como a exclusão social em segundo plano. Nesse sentido, a mendicância e a pobreza – "o problema que mais afligia e molestava a imagem de cidade-progresso" (MACHADO, 1990, p. 8) – perdem sua força enquanto ameaça social, mediante a identificação, a institucionalização, repressão e submissão à autoridade policial, da qual, segundo esta historiadora, é partícipe a Câmara Municipal, de forma a impelir os capacitados ao mundo do trabalho formal burguês. É apenas na condição de trabalhadores que se permite a permanência de alguns cidadãos nas áreas centrais.

Alguns "capacitados impelidos ao mundo do trabalho" podem ser vistos também trabalhando no interior da estação da foto acima, vendendo passagem. Segundo um deles, uma das dificuldades enfrentadas ali é a falta de água e de banheiro, além do perigo de serem assaltados. Se comparadas com a estrutura de transporte dos bairros, as estações são, de certo modo, bastante confortáveis para o usuário, já que contam com telefone, luz, assentos e são protegidas contra a chuva e o vento. Em seu interior estão afixadas algumas fotografias que remetem a outra cidade, que se parece com algumas periferias da cidade do presente. Nessas fotografias aparecem carroças, ruas sem calçamento, pessoas "mal vestidas" (caipiras), e, inclusive, poderíamos dizer que alguns são mendigos. Por outro lado, essas "estações" são monumentos que requerem muito dinheiro para sua manutenção, são reservadas a uma pequena parcela da população que trafega por esse pequeno corredor (se comparado com a malha urbana percorrida pelos ônibus), e contribuem para embelezar esta área "nobre", o novo centro, ou um outro centro da cidade dos dias atuais.

Estes corredores de estações de ônibus podem ser pensados como um produto político, de acordo com Bourdieu (1989). Em *O poder simbólico*, este autor define o campo político como um campo de forças e de lutas – uma "forma sublimada de guerra civil" – no qual são produzidos produtos e problemas políticos, e no qual os cidadãos comuns são reduzidos a consumidores ou profanos que "devem escolher [seus candidatos?] com probabilidades de mal- entendidos tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção", e de acordo com seu desapossamento econômico e "cultural". Nesse sentido, Bourdieu permite estabelecer um diálogo com as considerações de Machado (1990), mas também de Arendt (1999), sobre a política, que abordam a realidade de um grupo de *consumidores ou menos favorecidos* e seu modo de vida, determinados, de certo modo, na relação entre os interesses que exprimem a classe política. Bourdieu (1989) ainda argumenta que os interesses particulares dos políticos estariam submetidos a uma lógica política ou a um mercado político que investe naqueles que nele investem, numa lógica de acumulação de clientela interna e externa. Essa obra de Bourdieu (1989) nos permite pensar nas relações travadas no espaço urbano como relações de profanos que, não participando ou não sendo incluídos no jogo político, não vêem nele interesse. Assim, a suposição de haver por parte desse grupo um "apolitismo de consumidores" suscita indagações no sentido de haver aí, também, ausência de interesses pela política e ausência de uma política social voltada para problemas reais, concretos e cotidianos, que não podem ser resolvidos através da simples retórica, que se volta para uma determinada classe em detrimento das demais. Dessa forma, entendemos que o corredor das estações serve ao propósito de um discurso sobre a cidade monumental, e que a monumentalidade[46] contribui para o ufanismo de grande parcela de seus moradores.

Se partirmos das considerações de Arendt (1999) sobre política, é possível contestar facilmente tais discursos "políticos". Esta filósofa argumenta que "a política é rasa", quando se aborda a realidade de forma superficial, o que "indica que chegamos a uma situação na qual não sabemos [...] nos mover politicamente." (ARENDT, 1999, p.25). Mas, o que fazer diante de uma sociedade composta por consumidores que não sabem se mover politicamente, ou ainda, que ocupam o espaço público ou praticam sua sociabilidade nesta condição? É na condição de consumidores que vamos ao espaço público. Este, deixa de ser na modernidade espaço de lutas e passa a ser espaço de encontros esvaziados de sentido político. A política e a luta são diluídos em preconceitos, que mantêm cidadãos e subcidadãos na superfície da realidade. Mas a política pode não ser esvaziada de sentido como parece. Pelo contrário, pelo

[46] Sobre a cidade monumental, consultamos os escritos de Munford (1986), que não serão aqui discutidos.

menos para alguns, é feita de sentidos bem definidos, com cada personagem – consumidor – desempenhando um papel específico que só ele parece não ter consciência que lhe foi relegado.

Parte desses consumidores poderiam ser chamados, de acordo com Martín-Barbero (2001), em *Dos meios às mediações*, de "ruidosas" culturas populares. Este autor argumenta que com o Estado moderno passa-se da idéia de nação à de mercado, da economia doméstica à economia política, numa sociedade polissegmentada, com multiplicidade de grupos e subgrupos. Barbero destaca a inversão de sentido que tornará invisível a cultura chamada popular no século XIX, através de um processo que ele chama de enculturação, e a existência de uma cultura política de resistência popular ainda na sociedade pré-industrial, de 1750 a 1850.

Na pesquisa realizada para este capítulo, sobre a Uberlândia dos 1940 a 1980, pudemos perceber que no final da década de 1980 há na cidade uma "ruidosa" cultura popular, que se organiza e luta por seus direitos à modernização. Essas lutas vão, ao longo da década, sendo diluídas conforme o governo e propostas políticas apresentadas[47]. O espaço público vai aos poucos perder seu sentido de espaço de luta e de organização e passa a ser espaço de uma cultura de massa, nos termos de Martín-Barbero (2001). Essa massa urbana é composta por uma diversidade de grupos e subgrupos, que passam a viver de acordo com a realidade de um mercado político voltado para a produção política e que, de acordo com Martín-Barbero (2001), desvaloriza socialmente os tempos dos sujeitos e institui um tempo único e homogêneo, o dos produtos políticos (e econômicos).

As considerações deste autor também nos permitem algumas reflexões sobre uma possível desvalorização e menosprezo da cultura popular e o paralelo desenvolvimento de uma sociedade de consumo que tem, nos dias atuais, o telefone celular (e outras bugigangas) como objeto de distinção social. Mas se a reação da cultura popular entre os séculos XVI e XIX era uma luta contra as novas formas de exploração – tais como jornada de 16 horas, trabalhos em *cadeia*, salários ínfimos etc. – , nas culturas populares da atualidade podemos encontrar formas de resistência, tais como a sobrevivência com parcos recursos, a indisposição para o trabalho e para a escola, que podem ser traduzidas, nas palavras de Martín-Barbero (2001, p. 151) como "escassa possibilidade que os pobres têm de planejar o futuro". Esta (im)possibilidade leva a pensar numa possível indisposição para o trabalho e

---

[47] No terceiro capítulo apresentamos duas propostas políticas e as lutas de um grupo que, de acordo com considerações de Martin-Barbero (2001), podem ser chamados de populares.

para a escola, mas também na formação de um exército de reserva, vindo de condições de vidas diferentes e complexas, parte dele migrantes que aqui chegaram pelos mais diversos motivos, o que dificulta uma organização racional, já que estão submetidos aos mais diversos tipos de necessidades, que podem ir da simples sobrevivência a questões de moradia, distância do trabalho, renda insuficiente etc.

Figura 6 - Foto: Paulo Augusto, acervo pessoal: Avenida Afonso Pena, esquina com a Av. Olegário Maciel. Sociedade de consumo.

A escola poderia ser o ponto de equilíbrio onde esses sujeitos buscariam um aprendizado efetivo (afetivo) de suas vidas. Na escola também poderiam aprender a planejar suas vidas e relações, mas a escola é o espaço da autoridade (autoritarismo herdado) e da submissão, do aprendizado mecânico de conteúdos muitas vezes distantes da realidade. Além disso, a escola não é pensada dentro de uma política social ampla e no longo prazo, e como produto político, pode mudar ao sabor dos discursos.

Figura 7 - Foto: Paulo Augusto, acervo pessoal: SINE (Sistema Nacional de Emprego) na Praça Tubal Vilela. Desempregados.

Parte da população que chega à cidade em busca de emprego e oportunidade, pode ser vista em diversos espaços da cidade. Entre eles, a praça Tubal Vilela e o Terminal Central de ônibus possibilitam perceber a grande quantidade de consumidores existente na cidade. Assim também, um passeio de ônibus pela cidade, passando por suas várias estações de embarque e desembarque até chegar às periferias, evidencia essa multiplicidade de grupos e subgrupos (de consumidores), além de fazer notar como a modernidade ainda é relegada a uma pequena área central e como a especulação imobiliária deixa grandes vazios no espaço urbano e ainda remete a população pobre para as periferias. Isso suscita uma indagação: apesar de ser o terceiro PIB do estado de Minas Gerais, com excelentes índices de desenvolvimento humano, esses índices não se referem a uma significativa parcela da população. Para abordar a questão da distribuição de renda e da pobreza, tomamos um dos indicadores mais empregados na literatura econômica, o Índice de Gini, discutido por Jannuzzi (2003, p. 97): “A medida assume valor mínimo de 0 (zero), situação de igualdade perfeita da distribuição de rendimentos de uma sociedade, e valor máximo de 1(um), situação extrema de desigualdade, em que apenas um indivíduo ou família se apropriam de toda renda disponível”. A partir deste índice podemos perceber, através de uma consulta ao Atlas do Desenvolvimento Humano do

Brasil, do ano 2000[48], que o Índice Gini de Uberlândia é 0,56 e que quase 13% de sua população era pobre em 2000[49]. Ainda de acordo com este autor,

> Segundo esta perspectiva, indigência e pobreza retratam situações de carência de rendimentos suficientes para compra, respectivamente, de uma cesta básica de alimentos e de uma cesta básica de produtos e serviços imprescindíveis à reprodução social. Assim, famílias com rendimento familiar *per capita* inferior ao valor de custo da cesta básica de alimentos – cujo valor define a chamada linha de indigência – são consideradas famílias indigentes. Ou seja, famílias indigentes são aquelas que não dispõem de rendimentos suficientes sequer para alimentar minimamente de forma adequada seus membros. Famílias com renda familiar *per capita* inferior ao custo de uma cesta básica que inclui não apenas alimentos mas outros produtos e serviços imprescindíveis à sobrevivência no meio urbano ou rural – que define a linha de pobreza – integram o contingente de pobres (JANNUZZI, 2003, p.101).

Se para muitos dos migrantes a vida em uma cidade moderna, misturada à multidão, provoca frenesi, não pode também representar enfado e descabimento para outros? O espaço da beleza da arquitetura do vidro associado ao concreto pode ser também o espaço da diminuição da importância do sujeito e de seu isolamento.

1.4 A imagem ideal da cidade

Uma imagem dotada de grande poder simbólico em favor das representações dominantes sobre a cidade é a fotografia a seguir, do acervo Oswaldo Naghettini, feita na década de 1940. Sem dúvida, foi intenção do fotógrafo expressar a grandiosidade e a amplidão do sítio urbano, alcançadas em menos de meio século de existência, permitindo, por isso, seu uso como imagem que projetava um destino também grandioso. Essa imagem é quase sempre acompanhada do discurso de que poucas cidades da fronteira econômica no interior do Brasil tinham alcançado tais proporções até aquela década.

---

[48] Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. 2000. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 5 out. 2008.

[49] Outros números para comparação, ainda de acordo com este Mapa, são: proporção de pobres no Brasil: 32,75%; proporção de pobres em Minas Gerais: 29,77 %; proporção de pobres em Juiz de Fora: 14,2 %. Índice Gini do Brasil: 0,65; de Uberlândia: 0,56; de Minas Gerais: 0,65; de Juiz de Fora: 0,58.

Figura 8 - Imagem fotográfica do Acervo Oswaldo Naghettini: Vista aérea da área central da cidade na década de 1940.

Em destaque, a fotografia mostra a área central da cidade na década de 1940, quando se configurava com clareza o traçado urbano gradeado ou em xadrez[50], próprio de cidades em que prevaleceram discursos referenciados na racionalidade, em favor do progresso e do equilíbrio no sítio urbano[51] ; assim, o recorte urbano apresentado através da fotografia parece uniforme e homogêneo. Diante do que a imagem tenciona destacar, pouco se vê da periferia ou do espaço *fora de campo*. A imagem do espaço rural, situado na parte superior da fotografia, não concorre com o espaço cosmopolita e moderno, que é a expressão forte da cidade no plano geral da fotografia. Entretanto, a imagem de modernidade sofre de alguns problemas, segundo alguns escritos críticos sobre a história da cidade naquela década. Por exemplo, Soares (1988, p. 49) argumenta que nessa época ainda não haviam sido instalados plenamente em toda a cidade os bens de uso coletivo, tais como luz elétrica, esgoto e "pena d´água", entre outros componentes que deveriam configurar a cidade moderna. A ausência de

[50] O traçado urbano em xadrez é formado por ruas que se cruzam em ângulos retos, comuns em cidades americanas e brasileiras modernas. Em Uberlândia, foi proposto no início do século XX. É considerado por urbanistas um traçado monótono.

[51] O traçado urbano gradeado e as concepções sobre progresso em Uberlândia são discutidos de forma mais detalhada por Soares (1988), Dantas (2001) e Carrijo (2001).

prédios demonstra a prevalência de edificações com pouco uso de concreto e aço.[52] Observando-se a disposição das construções, percebe-se que as casas, em sua maioria, têm as janelas voltadas para a rua, sugerindo não haver inquietações dos moradores em relação aos passantes, o que permite admitir certa interação entre espaço público e privado. Por esta época, os automóveis ainda não dominavam a cidade como nos dias atuais.

Representar algo é, de certo modo, fazer coincidir o objeto com sua imagem[53], através de uma mudança de código ou não. Mas, de acordo com Joly (1996, p. 48), em *Introdução à análise da imagem,* a imagem é uma "linguagem específica e heterogênea, que se distingue do mundo real e que, por meio dos signos particulares dele, propõe uma representação escolhida e necessariamente orientada". Assim, a representação proposta pela foto exposta acima sugere uma cidade que não necessariamente coincide com a realidade de muitos de seus moradores. Alguns destes necessitariam apenas identificar a rua onde moram, ou a sua casa, para terem certeza de se tratar de sua cidade dos anos 1940. Outros – migrantes, por exemplo – necessitariam reconhecer algum monumento ou marco a partir do qual identificassem a cidade. Desse modo, a Catedral, situada na atual Praça Tubal Vilela, e o Palácio dos Leões, na atual Praça Clarimundo Carneiro, ex-sede da Prefeitura, permitiriam dizer que, de fato, trata-se da cidade de Uberlândia, de sua área central; e que, pelos tipos de construção, a maioria com no máximo três pavimentos, estaríamos aproximadamente na década de 1940, dado confirmado por Soares (1988) e Carrijo (2001).

Esse tipo de leitura inicial, chamada por Burke (2004, p. 45) de pré-iconográfica, pode ser corroborada por vários moradores da cidade; e esta força de evidência, propiciada pelos ícones – Catedral, Palácio dos Leões etc. – se limitaria a dizer apenas que "isto foi" (BARTHES, 1984, p. 142), ou, na atualidade, isto é, sem no entanto poder dizer mais nada além disso. Cabe, então, indagar: para que e para quem foi tirada esta fotografia, quem se apropriou dela, para qual finalidade e por que se recortou somente a área central da cidade. Se "o traçado retilíneo das ruas extrapola os limites do enquadramento das fotos, reclamando o ilimitado e a grandiosidade" (CARRIJO, 2001, p. 53), tratar-se-ia de uma imagem publicitária e/ou política? Não poderia o fotógrafo ter incluído a área rural, recortada nas laterais e na parte inferior da fotografia? A cidade não se limita a sua área urbana.

---

[52] De acordo com Soares (1988) e Carrijo (2001), a verticalização da cidade, isto é, a construção de edifícios tem início no final da década de 1950.

[53] Nesse sentido, as décadas pesquisadas no Jornal, entre 1940 e 2000, possibilitou-nos perceber que um tipo de representação da cidade se repete ao longo dos anos: trata-se de fotografias que recortam a área central da cidade em que há alguns prédios. Uma delas, uma foto publicitária da década de 1980, nos permite um diálogo com Barthes – "isto foi" e "isto é" – ao afirmar "Uberlândia é isto".

Carrijo (2001, p. 25) argumenta que a fotografia é um artefato produzido pelo desejo humano. Roncayolo (1986, p. 397) defende o mesmo para as cidades, quando cita Francastel para dizer que “os homens, as sociedades não criam o seu ambiente apenas para satisfazer certas necessidades físicas ou sociais, mas também para projetar num espaço real de vida algumas das suas ambições, das suas esperanças, das suas utopias”, seu imaginário. Assim, entendemos que a época em que foi tirada esta fotografia configura um momento de afirmação do urbano em detrimento do rural; todavia, pensar o limite, a área suburbana e o entorno da cidade, pode possibilitar novas descobertas. Como afirma Roncayolo (1986, p. 397), a cidade “está em relação mais ou menos estreita com o espaço que a circunda, com outras cidades e, eventualmente, com outros espaços mais distantes [...]”. Desse modo, torna-se relevante investigar a cidade que, na fotografia da década de 1940, está colocada no *fora de campo* e que, nos dias atuais, é apresenta quando por lá acontece algum tipo de crime ou catástrofe, como chuvas torrenciais, por exemplo.

Joly (1996, p. 14) afirma que uma imagem é “um objeto segundo com relação a um outro, que ela representa de acordo com certas leis particulares”. As imagens fotográficas nos parecem “naturais”, mas guardam intenções, pois representam um espaço que julgamos conhecer por identificação. Elas comunicam mensagens que, embasadas em uma suposta naturalidade, passam despercebidas para seus leitores/consumidores.

De acordo com Joly (1996), a fotografia é uma imagem que pode ser utilizada para comunicar – denotar e conotar –, expressar idéias e sentimentos subjetiva e objetivamente. Assim, entendemos que a fotografia pode nos dar a conhecer algo ausente de nossa experiência e enriquecer nossa compreensão de determinado objeto e de suas particularidades. Para além dessa intenção inicial, outros sujeitos podem se apropriar da mesma imagem para utilizá-la como parte de sua retórica de convencimento, como se a imagem fotográfica em questão fosse um retrato fiel da realidade. Mas ela pode esconder outras questões ou outras histórias no que Burke chamou de iconologia, ou seja, o contexto de sua produção e circulação, as intenções de seus produtores e daqueles que dela se apropriam para fins particulares, com intenções de convencimento.

Para além dessa aparência de realidade ou “naturalidade”, outras questões se fazem pertinentes para entender a apropriação da fotografia por diversos outros sujeitos. Soares (1988), em sua pesquisa sobre *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*, argumenta que o negócio imobiliário, a exploração econômica do espaço urbano urberlandense, se inicia no final da década de 1930 e começo da década de 1940. E apesar de alguns pesquisadores

apontarem o empresário Tubal Vilela[54] como emblemático nesse tipo de exploração, observa-se que vários comerciantes de imóveis estão presentes nos anúncios do Jornal pesquisado. Além deste tipo de empreendimento, havia uma miríade de capitalistas que despontavam nos mais diversos negócios. Muitos deles aprimoraram a forma de exploração do espaço urbano quando entrelaçaram as esferas pública e privada, algumas décadas adiante.[55]

Soares (1988) parte do passado para se posicionar no presente e toma um indicador econômico reconhecido como relevante para avaliar a pujança das cidades, e lembra que, em 1987, Uberlândia era a quarta cidade em arrecadação de ICMS no Estado e a décima segunda em arrecadação de tributos federais. Mas há outras questões a pensar sobre uma cidade que se destaca frente a 66[56] outras de sua região, quando o que parece óbvio para todo o país são as notícias, estampadas nos jornais impressos e televisivos, de migrações desordenadas, fome, desemprego, mortes causadas por motivos aparentemente banais, renda insuficiente para a sobrevivência com dignidade, falta de moradia ou moradias distantes, lotação no transporte urbano, professores insatisfeitos, desemprego e medo de perder o emprego precário. Além desses problemas, que atingem grande parcela da população brasileira, de outro lado, as classes médias e altas também encontram problemas na cidade, pois vivem fechadas em seus condomínios, com guardas armados e cercas elétricas, e transitam de forma restrita.

De forma crítica, esta geógrafa investiga como por várias décadas alguns empresários, ao ocuparem cargos públicos, passam a produzir o espaço urbano em proveito próprio. Esta prática contribui para a produção de um espaço segregado, colocando aqueles que Machado (1990) chama de "menos favorecidos" nas periferias distantes, através da venda de lotes em *suaves* prestações. Com esta "inclusão", entre os bairros distantes e a área central vão se constituindo áreas de reserva à espera de valorização, os pousios, que são depois vendidos a preços que geram lucros exorbitantes; além de deixar a parcela mais pobre da população relegada a áreas distantes e, em muitos casos, sem infra-estrutura.

Durantes os anos que vão de 1940 a 1980 – período pesquisado para o primeiro e o segundo capítulos deste trabalho –, a periferia cresce de forma desordenada, sujeita a intensa

---

[54] A expansão urbana da cidade de Uberlândia é marcada pela imagem do senhor Tubal Vilela da Silva que, de acordo com Soares (1988, p. 39), a partir de 1936, vendeu mais de 30 mil lotes e construiu aproximadamente 1.000 casas residenciais, aumentando consideravelmente a área suburbana da cidade. Sua empresa, Empresa Uberlandense de Imóveis, comercializava principalmente com a classe trabalhadora de baixa renda, financiando seus lotes e casas a preços baixos. Em 1950, ele é eleito prefeito. Já para o historiador Silva Júnior (2008, p. 301), os benefícios que o empresariado obtinha com relação às redes de poder criavam várias dificuldades para os compradores, entre as quais está, inclusive, a perda do imóvel.

[55] Pude perceber este aspecto de lutas na pesquisa de Silva Júnior (2008), *Viveres urbanos em Uberlândia*, em que trata da chegada de migrantes à cidade e sua luta de classes contra empresários e outros trabalhadores, numa área específica da cidade – o entorno da Estrada de Ferro Mogiana, na década de 1960.

[56] Ainda de acordo com o site <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2007.

ocupação, seja por migrações externas, seja por moradores que deixam as áreas centrais da cidade. Mas, por outro lado, esta desordem é aparente, já que o espaço urbano é loteado e administrado "racionalmente" pelos promotores imobiliários, que – com a falta de regulamentação, controle e fiscalização do uso, parcelamento e apropriação do solo urbano por parte do poder público – lançam loteamentos distantes e desprovidos de equipamentos urbanos, deixando "por conta dos futuros moradores a reivindicação" por melhorias, como é o caso, nos dias atuais, dos bairros da região Leste[57].

Assim como outros pesquisadores, Soares (1988) também faz uso desta imagem fotográfica para identificar a cidade de Uberlândia da década de 1940. É em diálogo com suas considerações que afirmamos que esta fotografia aérea possibilitou outros usos, para além do discurso sobre a modernidade, que não levam em consideração sua área "rural" e o modo de vida característico desse espaço. Além disso, esta imagem possibilitou ao fotógrafo e àqueles a quem ele servia uma investigação do espaço urbano com fins privados, como é o caso, hoje em dia, das investigações feitas pelas imobiliárias. Esses vazios urbanos não são característicos apenas da história passada da cidade, eles podem ser observados também nos dias atuais, nas suas mais diferentes áreas e compõem a cidade moderna.

Figura 9 - Foto: Paulo Augusto, trabalho de campo: Pousios no Bairro Finotti, próximo ao Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia.

[57]Sobre esta região, relato uma visita para pesquisa de campo no capítulo 3.

Figura 10 - Foto: Paulo Augusto, trabalho de campo: Pousio localizado ao lado da BR 050, entre os bairros Alvorada e Segismundo Pereira, na região Leste da cidade.[58]

Figura 11 - Foto: Paulo Augusto, trabalho de campo: Bairro Santa Mônica, trabalho infantil.

[58]Os vazios urbanos dificultam a vida dos moradores de bairros distantes, já que os submetem a perigos durante sua travessia a pé ou de bicicleta.

Figura 12 - Foto: Paulo Augusto, trabalho de campo: Trabalho infantil e lazer no bairro Celebridade.[59]

1.5 Modernidade como pano de fundo da exploração econômica

O ufanismo pode aflorar quando nos deparamos com os números do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade do presente, bastante consideráveis com relação a outras cidades da região e do país, conforme argumentamos algumas linhas atrás. Esse índice também pode ser fator determinante quando se procura uma cidade para migrar. Outra questão que pode ser decisiva na escolha do local para migrar é o acesso à casa e a estrutura urbana, que deve acompanhar sua aquisição. A casa, juntamente com a água tratada, esgoto, luz e asfalto compõem um conjunto que podemos chamar de modernidade, uma vez que possibilitam o prolongamento da existência e a melhoria da qualidade de vida, seja pela melhoria nas condições de higiene, seja pelo conforto ambiental que esse conjunto proporciona aos habitantes da cidade. Esse conjunto de benefícios é objeto de luta das classes menos favorecidas[60], além de objeto de estudo de Beguin (1991). Através de seu texto *As*

[59]Outra questão sobre este bairro é que a irregularidade na posse da propriedade dificulta a chegada de melhorias urbanas, tais como asfalto, água e luz. Fator que contribui para a marginalidade do bairro e a estigmatização de seus moradores.
[60]Essas lutas são abordadas no capítulo 3, através de uma interpretação do Jornal.

maquinarias inglesas do conforto, este autor nos possibilita um diálogo com as periferias do passado[61] e do presente, e nos permite abordar as redes urbanas de saneamento como monumentos[62] subterrâneos que escapam aos nossos olhos, motivo pelo qual "ignoramos por que meio nossa saúde se conserva, como o ar que nos cerca é respirável" (BEGUIN, 1991, p. 41). Os monumentos subterrâneos seriam "mais úteis" do que as obras haussmannianas[63], que deslocam a atenção para o espetáculo.

O urbanismo moderno "nasce com as técnicas que permitem compreender e quantificar certos fenômenos urbanos, fabricar novas imagens da cidade, captar e distribuir água, organizar a drenagem, mas também iluminar as ruas, vigiar os habitantes, etc." (BEGUIN, 1991, p. 44). À medida que se modernizam, a cidade e a casa são reduzidas a dados "puramente técnicos, a números". O trabalho do arquiteto e do médico passam a ocupar o segundo plano, e a importância maior recai sobre o trabalho do engenheiro.

Na cidade do presente, o trabalho do engenheiro é, de certo modo, submetido ou entrelaçado ao trabalho do político, uma vez que "o desenvolvimento do aparelho de saneamento somente se opera se um número importante de serviços tradicionalmente assegurados por pequenos ofícios ou pelos próprios habitantes for assumido por novos atores O desenvolvimento de redes de saneamento "assume um aspecto técnico, econômico e político" (BEGUIN, 1991, p. 44) administrado por este último numa "gigantesca empreitada" que reduz o ambiente a dados técnicos cuja incidência sobre o comportamento e a doença" é "estabelecida estatisticamente, calculada em seus efeitos e comparada sempre a este outro modo de funcionamento do ambiente possibilitado pelos mais recentes progressos tecnológicos e pela redistribuição dos poderes no seio do empreendimento urbano" (BEGUIN, 1991, p. 39).

As considerações deste autor nos possibilitam pensar também nas possíveis "relações entre a pobreza, a falta de higiene e a doença, entre o desconforto e as formas diversas de ilegalidade e de imoralidade", e num possível "caráter vicioso de certos ambientes".

---

[61]Sua pesquisa aborda a Grã-Bretanha dos anos que vão de 1840 a 1845. Em nossa pesquisa citamos especificamente a periferia dos anos 1960, do entorno da Mogiana, e a periferia que compõe nosso trabalho de campo, da cidade atual.

[62] Voltamos aos monumentos urbanos no terceiro capítulo.

[63] Benevolo (1997, p. 595) argumenta que Haussmann procura enobrecer o novo ambiente com os instrumentos urbanísticos tradicionais: a busca da regularidade. Em suas propostas, os vários espaços perdem sua individualidade, o fluxo dos pedestres e dos veículos, que muda continuamente, transforma a cidade num espetáculo sempre mutável, um mecanismo indiferente, que desempenha centenas de milhares de ambientes particulares, onde podem desenrolar-se um sem-número de experiências individuais [e onde] os ambientes privados e públicos – até agora sempre ligados e misturados – na cidade burguesa se tornam contrapostos entre si.

Considerações que levam a pensar na ausência dessas redes e no "custo econômico e social do desconforto", conforme sugere o autor quando argumenta que

> Os ambientes físicos insalubres deterioram a saúde e o estado físico da população, que por isso mesmo eles agem como obstáculos à educação e ao desenvolvimento moral, que diminuindo a esperança de vida da população operária adulta, eles interrompem o crescimento das capacidades produtivas e diminuem o capital social e moral da comunidade (BEGUIN, 1991, p. 40).

Assim, o conforto seria "uma disciplina suave", que favoreceria "gestos e hábitos" e serviria a funções outras, tais como o "controle da circulação das pessoas". Nessa modernidade, a nova política investe sempre mais no interior dos dispositivos técnicos, as casas, e o controle e o funcionamento dos serviços necessários à existência dos habitantes tende a tornar-se uma só e mesma coisa". (BEGUIN, 1991, p. 45).

O conforto "é uma arma poderosa" que fixa as populações no interior de suas casas, ao mesmo tempo que colabora para o esvaziamento do espaço público. O esvaziamento se agrava com a sociedade de consumo e o sem-número de aparelhos eletromésticos e eletrônicos vendidos a suaves prestações. Se pensarmos por aí, talvez consigamos entender em parte a razão do esvaziamento do espaço público.

De forma complementar, poderíamos voltar ao IDH da cidade e argumentar que a maioria da população é atendida pelo serviço básico e que isso seria indício de que a modernidade teria chegado a (quase) todos os moradores. Mas o conforto pode ter outra função, conforme sugere o autor:

> O que visa o conforto que se deseja instalar na vida do pobre, melhorando suas condições de moradia [é] fazer com que a procura por estas satisfações passe por objetos que oferecem um domínio sobre sua vida, de modo que torna-se possível controlá-la por meio deles. O conforto é destinado a reformar a economia do bem-estar, não proibindo, nem reprimindo, mas substituindo um modo de satisfação corporal cujos instrumentos e efeitos eram incontroláveis, por um bem-estar cujos meios de produção e os efeitos possam ser controlados e utilizados (BEGUIN, 1991, p. 47).

Esse conforto – gerado pelas redes urbanas –, somado ao entorpecimento produzido pelos eletrodomésticos e pela sociedade de consumo, são próprios da modernidade, e seu controle, seja através da política, seja através de "suaves" prestações, leva à fixação do homem em sua casa e, em parte, ao esvaziamento do espaço público.

Benevolo (1997) também escreve sobre o nascimento da modernidade pós-Revolução Industrial e nos permite algumas comparações. A partir de sua *História da cidade*, podemos

argumentar que a cidade de Uberlândia assiste ao aumento de sua população tanto pela expectativa da melhoria das condições de vida quanto pela diminuição da mortalidade, proporcionados, sobretudo, pelas novas técnicas de higiene e engenharia aplicadas ao espaço urbano. O progresso tecnológico deposita nas cidades novos bens e serviços. cresce a demanda por parte dos habitantes da cidade que buscam por esses confortos e, em troca deles, se submetem ao trabalho assalariado.

A cidade se torna cada vez mais complexa e a localização nela, a luta por espaço, um fator de sobrevivência. Com o desenvolvimento do mercado imobiliário, a iniciativa privada tem como se aproveitar da desordem urbana sem sofrer suas conseqüências, deixando-as às classes subalternas. A casa passa a ser um produto construído por especuladores, visando ao lucro máximo através de sua subprodução, superfaturamento e/ou locação para operários, num modelo de cidade que Benevolo (1997) chama de "burguês", resultado de superposição de muitas iniciativas públicas e particulares reguladas por empresários e proprietários, que têm como característica o estabelecimento de um acordo entre a administração pública e a propriedade imobiliária, ou seja, "é reconhecido o espaço de pertinência de uma e de outra, e é fixado com exatidão o limite entre estes dois espaços". Nesse acordo, a administração gere um espaço mínimo necessário para as redes (de recurso: ruas, praças, estradas; de instalações: aqueduto, esgoto, gás, eletricidade, telefone, etc.) e cabe aos proprietários a valorização auferida com o desenvolvimento da cidade (a renda imobiliária urbana). A cidade "pós-liberal" submete aspectos técnicos e artísticos a um papel secundário e privilegia a combinação entre burocracia e propriedade. A cidade se torna um grande aparato discriminante que confirma o domínio das classes proprietárias (BENEVOLO, 1997, p. 589).

Sennet (1999), em *O declínio do homem público*, aborda a passagem de um modo de vida público a outro, privado. Nesse novo modo de vida, moderno, o homem se transforma em "espectador" ao eleger um representante que lhe "ofereça suas intenções, seus sentimentos mais do que seus atos". (SENNET, 1999, p. 318). Ao refúgio na casa "aparelhada" segue-se o esvaziamento do espaço público, esvaziamento agravado pela mídia que, de acordo com Sennet, produz uma incapacidade para julgar, compondo uma certa *tirania da intimidade.*

A passagem de cidadão a espectador, nos moldes de Sennet, ou à condição de consumidor de produtos políticos, nos moldes de Martín-Barbero, é atravessada por contradições que, de acordo com Maricato (1997, p. 33), são visíveis no interior da casa do trabalhador, onde o arcaico e o moderno se misturam. Esta autora se refere às condições estruturais da casa do trabalhador, mas, com a modernidade e o esvaziamento do espaço público, poderíamos argumentar que o moderno e o arcaico têm muito a ver com as condições

sociológicas do homem transformado em consumidor,mas sempre às voltas com questões que exigem sua atuação no espaço público.

Por outro lado, para serem incluídos na modernidade, alguns moradores são explorados das mais diversas formas. Isso justifica, em parte, o esvaziamento do espaço público e a perda de interesse pela política. Estas várias formas de exploração estão presentes na mídia, como por exemplo, a construção das moradias populares feitas, em alguns casos, mediante a apropriação do público pelo privado, assunto abordado mais adiante e que, antes, requer um breve retorno às considerações de Rémond (1996) sobre a política.

1.6 Breve retorno à política: uma interpretação do Jornal

Rémond (1996), em *Por uma história política*, compara a antiga e a nova história política. A antiga história política teve seu apogeu no século XIX e entrou em declínio nos anos 1950, momento em que as histórias econômica e social se desenvolviam, com o advento da Escola dos Annales. Aquela história tinha como objeto o prestígio, os humores e os problemas ligados ao monarca, contemplava o particular, o nacional, e era privada de comparações no espaço e no tempo. De acordo com Rémond (1996), a antiga história política era narrativa, linear, descritiva e privilegiava o biográfico: personagens em detrimento das multidões laboriosas, uma história elitista, aristocrática, idealista, factual e ultrapassada.

De certo modo, podemos chamar a "história" que se desenvolve no jornal uberlandense sob a censura, no primeiro recorte que fazemos – de 1940 a 1980 –, de história política à moda antiga, já que privilegiava em grande parte as "idas e vindas" de políticos e outras "autoridades", de forma factual e linear. Já no segundo recorte – de 1980 a 2000 –, embora esse tipo de história ainda seja predominante no Jornal, apresenta-se mesclado por críticas. O Jornal passa a ter um caráter um pouco mais social após a abertura política[64].

Abordar a passagem da antiga história política à nova nos parece relevante, já que este tipo de história é ressignificado ao ressignificar seu objeto – a formação do Estado-nação e seus dirigentes, suas obras, lutas por unidade e emancipação – numa tentativa de se voltar para outro grupo, composto pelas massas laboriosas e deserdadas. Essa renovação se dá também por intermédio da Escola dos Annales, que propõe a virada de perspectiva para o

[64] A censura exercida nos meios de comunicação não é o ponto central de nossa pesquisa e por isso não nos detemos em sua abordagem. Assim, não podemos fazer alusões às várias direções do Jornal e seus projetos pessoais.

coletivo, a longa duração, a realidade do trabalho, da produção, das técnicas, das relações sociais.

Os Annales propunham novas orientações ideológicas e novos objetos: o advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário e a difusão do socialismo dirigiam o olhar para os esquecidos da história. Esta escola baseava-se no ideal de luta de classes de Marx e nas noções de indivíduo, inconsciente, libido, pulsões sexuais, propostas por Freud.

No entendimento de Rémond, a "passagem" não se trata de renovação historiográfica apenas, já que o Estado amplia suas atribuições (se apodera de toda sorte de problemas que não lhe diziam respeito inicialmente: construção de moradia, assistência social, saúde pública, difusão da cultura) e é re-conceituado pela história nova: passa de árbitro soberano (do direito romano) a não-soberano e parcial, sem existência própria, sem independência efetiva, porque instrumento e representante de uma classe. Ao alargamento das atribuições do Estado, segue-se o desenvolvimento da opinião pública, de um jornalismo político e do livro político. Passa-se da impressão de que "o político está em toda parte" à noção de que "tudo é político"; que a política "detém a solução de todos os problemas" e é responsável por eles (RÉMOND, 1996, ou 1996, p. 25).

Nesse sentido, afirma Kowarick (2000, p. 100), "o Estado 'politiza-se' ao tornar-se alvo de acirradas pressões e reivindicações: por causa desse tipo de oposição (de classes) ele se torna o núcleo dos conflitos." Assim, a política pode afetar todo o funcionamento da sociedade, porque cria laços entre os vários aspectos da vida coletiva e porque a nova história política, assim como as propostas dos Annales, elege as massas como objeto central, a longa duração e a valorização dos sujeitos. O "político" passa a ser visto como apenas um dos possíveis articuladores do todo social e, de acordo com Kowarick, promotor de espoliação urbana[65].

[65] De acordo com Kowarick (2000), são exemplos de espoliação urbana: longas horas passadas no transporte coletivo, a autoconstrução e precariedade da casa do trabalhador, a inexistência de áreas verdes nos bairros, a falta de equipamentos culturais e de lazer, a poluição ambiental, a erosão, a falta de iluminação. Estas espoliações seriam mediatizadas pela ação do Estado e variariam de acordo "com as conjunturas políticas e poderiam ou não estar associadas às conquistas que o movimento operário e sindical obtenha na esfera das relações de trabalho". No entendimento do autor, "o poder público procura, através da propaganda e do 'marketing' político, tirar o crédito das conquistas dos movimentos populares e [...] transferi-lo para si". (KOWARIC, 2000, p).

Figura 13 - Imagem fotográfica, acervo Naghettini: bairro Luizote de Freitas, década de 1970.

A espoliação urbana pode ser observada no caso específico da instituição dos bairros Luizote I e II, situados na região Oeste da cidade. Uma fotografia produzida por um memorialista nos possibilita ampliar esta questão, bem como pensar no papel dos engenheiros e na atuação do poder público (capitalista?). A fotografia representa os bairros planejados e construídos em área imprópria, na zona rural, localizada a sete quilômetros da área central. A construção desses bairros "aumentou os custos de sua produção, onerando a sociedade como um todo, e particularmente a classe trabalhadora de baixa renda" (SOARES, 1988, p. 157). Além disso, possibilitou a valorização dos terrenos situados entre eles e a área central. Soares destaca a "polêmica acerca da comercialização da área, envolvendo imobiliária de propriedade do prefeito daquele período, a construtora do conjunto e a COHAB", e lembra como as "relações de poder estabelecidas entre o Estado e a classe dominante em Uberlândia" foram determinantes na definição do espaço do conjunto habitacional (SOARES, 1988, p. 38).

Dessa forma, a especulação imobiliária foi muito evidente na construção dos bairros, e a instituição das periferias distantes é a própria realização ampliada do capitalismo imobiliário

na cidade. A aparente ordenação racional de conjunto habitacional desses bairros esconde a falta de compromisso com a qualidade de vida dos moradores, afastados dos bens de uso coletivo instalados no centro da cidade (além da má qualidade do material empregado na construção). Separados por grandes vazios urbanos, seu ir-e-vir se torna difícil. Isolados na paisagem urbana, além do desconforto e da demora que sofrem no transporte de ônibus, com baldeações de "estação em estação", ficam submetidos aos riscos das várias formas de violência contra a pessoa e o patrimônio, como assaltos, roubos, arrombamentos das residências e até assassinatos. Na esteira dos bairros Luizote I e Luizote II, vários outros foram criados nos grandes vazios urbanos. Outros, ainda, sem a devida infra-estrutura, como é o caso do bairro Shopping Park na cidade do presente, e do bairro Aclimação, no passado.[66] O que nos leva a argumentar que os moradores desses bairros pagam um preço extra pela modernidade que compõe a espoliação urbana, assunto abordado no terceiro capítulo.

[66] Soares (1988, p. 103) cita o exemplo do bairro Aclimação, loteado pela imobiliária Tubal Vilela em 1977 e comercializado sem a infra-estrutura elementar. Suas ruas em declive facilitam a erosão, que representa ameaça séria aos moradores. Além disso, a autora relata que os moradores usavam velas e lamparinas, no momento em que ela faz sua pesquisa.

CAPÍTULO 2

A cidade e a criança

Figura 14 (a, b, c, d, e) - Fotos: Paulo Augusto, arquivo pessoal: "Estudo de perspectiva": garoto dorme na Praça Sérgio Pacheco.

2.1 Pequena história da criança brasileira: 1940-1980[67]

Neste capítulo dialogo com alguns estudos que utilizam fotografias em suas interpretações da história de Uberlândia. De forma especial, os trabalhos de Carrijo (2001), Reducino (2003), Alves (2004) fornecem subsídios relevantes para compreender vários aspectos da história da cidade. Aspectos que investiguei também em algumas edições do Jornal Correio de Uberlândia, publicadas entre os anos que vão de 1940 a 1980. Além de estabelecer vínculos com as reflexões do primeiro capítulo, procuro construir referências para as análises realizadas no terceiro capítulo, em que são abordados aspectos da cidade na atualidade, valendo-me de algumas fotografias que compõem os acervos do Arquivo Público de Uberlândia. Neste capítulo, procuro entrelaçar aspectos da história da criança e do adolescente na cidade, grupo a partir do qual faço uma interpretação da história da cidade, partindo de fotografias e reportagens publicadas no referido jornal[68].

Nesta pequena história, a fotografia de um garoto trabalhador é utilizada como vestígio a partir do qual se constrói uma interpretação do contexto em que ele está inserido. Além de aspectos ligados ao trabalho infantil, são abordadas também a luta das crianças pobres pela sobrevivência no espaço urbano e sua exclusão socioespacial, de modo a estender a interpretação, também, a suas famílias, ora vistas como "menos favorecidas" (MACHADO, 1990), ora como "excluídas da memória oficial" (ALVES, 2004).

O período analisado é fortemente marcado pela transição do Brasil de um país rural para urbano, pelo processo que desalojou um grande contingente de famílias pobres do campo, a maioria delas oriunda do chamado campesinato brasileiro. Essas famílias se deslocavam em busca de trabalho, mas também de outras oportunidades propagandeadas pelas cidades, sendo mais ou menos incorporadas à vida urbana, na medida em que estas se desenvolviam e aumentava a necessidade de mão-de-obra. Nesse contexto, o trabalho da

---

[67] Como sugere Novaes (2005, p.110), não se pode abrir mão da subjetividade na construção da ciência. Assim, a escrita do segundo capítulo é, de certo modo, uma auto-representação em espelho da infância (do menino de rua e ou trabalhador) e da (quase) maturidade (o fotógrafo). Já a escrita do terceiro capítulo é composta por questões que conduzem à periferia e à degradação do modo de vida na cidade moderna. As fotografias são representações dentro de uma interpretação, diálogo entre passado e presente, entre memória e história.

[68] A escolha do Jornal Correio de Uberlândia como fonte se deve ao fato de ser este um veículo de comunicação que cobre o maior período da história da cidade. Fundado na segunda metade da década de 1930, este jornal é bastante pesquisado pelos autores com os quais dialogo. Além de que, através desses autores pude perceber que este Jornal compactua com o imaginário social da cidade e representa vários sujeitos, ora criticando-os, ora aclamado-os, alguns dos quais são abordados na pesquisa, como é o caso do empresário e ex-prefeito Tubal Vilela e dos políticos Rondon Pacheco e Virgílio Galassi, dentre outros. Por outro lado, meu interesse pessoal se deve à minha condição de ex-repórter fotográfico deste jornal. Conhecê-lo melhor é condição para me firmar enquanto sujeito que constrói representações fotográficas. O Jornal é utilizado de forma mais efetiva no terceiro capítulo, para a investigação de diferentes discursos políticos.

criança e do adolescente, antes incluído na divisão social do trabalho familiar, uma tradição que no campo era referenciada no sexo e na idade dos sujeitos, passou a ser incorporado de forma indiscriminada às atividades produtivas impostas pelas demandas da vida social urbana. Assim, no período considerado, crianças e adolescentes oriundos de famílias pobres cresceram numa sociedade desenvolvimentista, que privilegia o desenvolvimento econômico e deixa sua formação como cidadãos em segundo plano. Este modelo de desenvolvimento se agravou ao longo do século XX, tanto nos períodos das ditaduras como durante os governos liberais-democráticos, pela ausência de políticas públicas efetivas para a criança e o adolescente.

Em Uberlândia, o aumento da população urbana, seja pelo crescimento vegetativo ou através de imigrações, torna as crianças e os adolescentes dessas famílias mais perceptíveis no espaço urbano. Entre os anos 1930 e 1964, eles estão submetidos a correção e repressão. E até 1988, submetidos ao assistencialismo e à repressão. Eles aparecem na literatura e no Jornal como o *problema do menor*[69], e na década de 1940 submetidos a instituições que visavam "educá-los", tais como a Cidade de Menores, em São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo, e em Uberlândia, os patronatos, instituições filantrópicas ligadas ao Rotary Club, que pretendiam "reeducar menores infratores". Mas o abandono das crianças e adolescentes nas cidades remonta ao início do século, quando médicos e legisladores criaram instituições de confinamento para "transformá-los", e nas quais, "em vez de encontrar mecanismos de integração, a criança não-ideal achou os estigmas definitivos de sua exclusão", como escreve Del Priore (2007, p. 15). Essa preocupação com a situação da criança e do adolescente parece apontar, também, para um grande vazio deixado pela escola e a ausência de políticas públicas voltadas para as famílias.

[69] Listamos a seguir alguns órgãos que se propunham "cuidar" de crianças e adolescentes ao longo da história brasileira: o Código de Menores (1927) previa proteção aos abandonados e delinqüentes, usando denominações como expostos, abandonados, vadios, mendigos, libertinos. O Serviço de Assistência ao Menor (1941), um decreto que previa "prisões" subordinadas ao Ministério da Justiça. A Legião Brasileira de Assistência (Federal), um órgão com atuação social para reajustamento de menores infratores. Política Nacional de Bem-Estar do Menor e FUNABEM (1964) que cuidava para que os menores abandonados não se tornassem presa fácil do comunismo e das drogas. A Constituição de 1988 cria direitos sociais e individuais da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990, a partir da Doutrina de Proteção Integral. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (1991). LDBEN (1996) privilegia o atendimento educacional ao adolescente infrator.

2.2 Realismo e realidade

Antes de abordar o problema central que é objeto de análise neste capítulo, apresento algumas reflexões teóricas concernentes ao trabalho com a fotografia.

Certeau (1979, p. 18) afirma que toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se organizam os dossiês e as indagações relativas aos documentos. Por isso, como sujeito que tenta dar sentido a suas próprias imagens fotográficas, retorno à cidade de Uberlândia e a sua história, para conhecê-la como território em que transito e para ampliar o conhecimento sobre meus objetos de pesquisa – a fotografia e a cidade, lida e relida através de fotografias. E se na atualidade a política perde o seu sentido ou é esvaziada deste, segundo filósofos como Arendt (1999) e Castoriadis (1987), referidos neste trabalho, sociólogos e historiadores, entre outros estudiosos, podem utilizar a fotografia como uma outra forma de política que se pretende crítica. Ou seja, tento empreender aqui uma passagem do realismo ingênuo a um outro, crítico, segundo os pressupostos da antropologia visual.

Lemos em Argan (1992) que, no século XIX, o fotógrafo Nadar sobrevoou Paris a bordo de um balão.[70] Ele levou consigo uma câmera fotográfica e com ela fez várias imagens daquela cidade, até então só vista por terra. Apresentadas ao mundo, suas fotografias aéreas permitiram aos artistas, pintores principalmente, estender seus olhares para realidades ainda não sondadas, e ampliar sua capacidade de visão. A extensão da capacidade de visão através de um instrumento técnico redundou, em parte, segundo Dubois (1993), no advento da abstração nas Artes. Em outras palavras, esse novo tipo de visão "à distância" e topográfica[71] contribuiu para que o artista passasse da representação frontal e terrestre dos objetos a outra, em que o objeto, visto de cima, adquire outro aspecto[72]. A representação topográfica provocou rupturas profundas no modo de olhar o mundo e permitiu ao homem, anos mais tarde, investigar o território inimigo e empreender contra este uma guerra de forma mais efetiva, já que conhecia seu território. Essa lógica de análise do espaço, ou seja, com objetivos geopolíticos, também permitiu, no contexto de Uberlândia, que homens dotados de asas e olho mecânicos investigassem o espaço e o loteassem, gerando lucros através do acúmulo de

---

[70] Sobre Nadar e a fotografia, ver Argan (1992, p. 75, 76, 79, 81, 94, 106, 167); sobre a abstração na arte a partir da fotografia, ver Dubois (1993, cap. 6).

[71] Por acaso, algumas fotografias de crianças, de minha autoria, têm esse aspecto topográfico.

[72] Relevos, saliências e depressões na superfície da terra, bem como os telhados das casas, são deformados e passamos a interpretá-los como desenhos geométricos (casas, prédios e praças, por exemplo), linhas (rios, ruas, alamedas, por exemplo).

propriedade e, conseqüentemente, poder para si, e um determinado tipo de exclusão para outros.

Mas a apropriação de uma nova forma de conhecimento não deve ser tomada como um bem ou um mal. Como afirma Lévy (1993), as técnicas não são boas ou más em si mesmas, mas dependem do uso que os homens delas fazem, o que suscitaria uma discussão sobre a ética em sua utilização.[73] Assim, entendemos que a fotografia pode ser utilizada para ampliar a visão do homem sobre o território inimigo e atacá-lo, ou, de forma diferente, pode ser utilizada, por exemplo, pela geografia, para planejar o espaço urbano, seus recursos hídricos etc. e evitar, por exemplo, que se construam bairros em áreas de risco para a população. A utilização de cada nova técnica, de acordo com Lévy, dependeria, então, de uma questão ética.

Munidos de câmera fotográfica, geógrafos, historiadores, antropólogos e jornalistas, dentre outros profissionais, vão a campo para colher aspectos da realidade e compartilhar o resultado de suas pesquisas. O jornalista, munido de uma câmera fotográfica pode atuar no sentido de dar a ver aspectos da realidade até então inacessíveis àqueles que não estiveram *in loco*[74]. Também pode atuar, de acordo com Flusser (2002), como "funcionário"[75] e construir discursos imagéticos que comporão um "iconotexto" (BURKE, 2004, p. 49)[76] que será utilizado por outro – o proprietário do meio de comunicação – que tem interesses privados (políticos e/ou econômicos) ou não.

O ponto de partida e chegada desta análise é, então, a questão do realismo fotográfico, que considero ser utilizado, num primeiro momento, como discurso de dominação e convencimento por parte dos governantes da cidade de Uberlândia e sua elite administrativa, quando se apropriam de tais fotografias para fazer um discurso no qual a fotografia está a serviço do ideal de beleza; e num segundo momento – especialmente no terceiro capítulo –, utilizado como ferramenta de pesquisa para mostrar alguns aspectos da cidade, negados ou omitidos pelo discurso difundido através do imaginário da cidade.

---

[73] Assunto que, por não ser tema central na pesquisa, não será desenvolvido.

[74] Entendo que o trabalho *in loco* é muitas vezes utilizado pelo jornalista para reforçar o realismo fotográfico. Cabe aqui, mais uma vez, uma discussão ética.

[75] Nesse sentido, Alves (2004) argumenta que o fotógrafo Marinho Lozi fotografava para o fotógrafo-professor Jerônimo Arantes. Este, por sua vez, poderia ter "suas" fotografia utilizadas, ainda, por outros, para convencimento de um discurso.

[76] Burke (2004, p. 49) se refere especificamente a pinturas do século XVI, à obra Ticiano, *Sacred and Profane Love*, 1514, Óleo sobre tela.Galeria Borghese, Roma. Nesta, aparecem textos "na forma de rótulos ou inscrições, transformando a imagem no que o historiador de arte Peter Wagner chama de 'iconotexto'". Assim, utilizo aqui esta expressão para designar a imagem (texto e fotografia) do Jornal.

Joly (1996, p. 11) fornece alguns conceitos a partir dos quais podemos entender a especificidade da imagem fotográfica e suas funções[77]. Para ela, a imagem pode "dar prazer ao analista, aumentar seus conhecimentos, ensinar, permitir ler ou conceber com maior eficácia mensagens visuais". Além disso, também defende que "é possível fazer perguntas sobre o 'imaginário' do analista". De acordo com essa autora, pode-se dizer, ainda, que a análise aqui empreendida tem por pretensão, de certo modo, "desmontar o brinquedo" – a fotografia e a história da cidade de Uberlândia – com uma *função pedagógica* de entendê-lo, ou seja, de construir uma interpretação. De forma um pouco diferente do método utilizado por Barthes[78], utilizo significantes e significados de forma circular, ou seja, ora parto dos significantes – por exemplo, os edifícios e os automóveis na cidade –, ora dos significados que lhes são atribuídos – o desenvolvimento e o progresso. Joly (1996, p. 51) adverte, no entanto, que "a interpretação proposta deverá ser relativizada pelo contexto de emissão e de recepção da mensagem e que ela ganhará em pausibilidade se for efetuada em grupo". Nesse sentido é que optei, neste capítulo, por trabalhar com imagens que se repetem nas pesquisas referidas nesse momento, já que, de acordo com Joly (1996, p. 51), "os pontos comuns de uma análise coletiva vão construir "limites" mais razoáveis e mais verificáveis de interpretação que os das pretensas "intenções" do autor da fotografia.

Sob o princípio da permutação proposto por Joly (1996), ou seja, o princípio da presença/ausência, é possível indagar acerca dos vários objetos ou signos que compõem o espaço urbano representado nas fotografias. Ainda de acordo com a autora, deve-se levar em consideração para quem a fotografia foi produzida e quais funções[79] se identifica nela. E se quem diz, diz algo a alguém, passamos à interpretação[80]. Assim, entendemos que as imagens analisadas são, primeiramente, denotativas, cognitivas e referenciais e que, por isso, nos fornecem aspectos da realidade que se pretendeu – em sua construção – ser a realidade. Dito de outra forma, as fotografias foram feitas com pretensões de ser um retrato fiel da realidade,

---

[77] Joly (1996), apoiando-se nos trabalhos dos semiólogos Charles Sanders Peirce e Ferdinand de Saussure, apresenta as funções da imagem: denotativa ou cognitiva ou referencial; expressiva ou emotiva; conotativa; fática; metalingüística. E explica que "haverá uma função predominante que determinará sua realização, mas nem por isso eliminará a participação secundária das outras funções, que também deverão ser observadas com atenção".

[78] Joly (1996, p. 50) argumenta que o semiólogo Barthes empreende uma pesquisa em que parte dos "significados para encontrar significantes e, portanto, os signos que compõem a imagem".

[79] Joly (1996) elenca as seguintes funções para a imagem: expressiva ou emotiva (poética); denotativa ou cognitiva ou referencial; fática; metalingüística. Ver nota 8.

[80] Interpretação que coloque em questão o sujeito que diz (os fotógrafos e os seus contratantes), o discurso que fazem (os elementos iconográficos utilizados na construção das imagens, e se estes elementos estariam ou não no lugar de outra coisa que não eles mesmos), quem são os destinatários dos discursos, além do contexto, o que pode levar-nos a entrecruzar as várias funções da imagem aqui mencionadas.

construídas ou forjadas[81] de forma objetiva ou "tátil". Nos trabalhos que escolhi para um "diálogo" neste capítulo, encontrei algumas pistas sobre a função referencial[82] da fotografia, ou seja, pistas que permitem acreditar que, se os fotógrafos não sabiam o que é realismo fotográfico, tal como hoje o sabemos através de vários autores[83], pelo menos se utilizavam dele para construir suas representações.

2.3 Acervos fotográficos de Uberlândia

A partir deste ponto, empreendo um diálogo com alguns pesquisadores que abordaram a cidade de Uberlândia representada em fotografias. Entre eles, Alves (2004), Carrijo (2001) e Reducino (2003) possibilitam pensar nas formas de utilização da imagem fotográfica como vestígio e como ilustração.

Em *Sociabilidades urbanas: o olhar, a voz e a memória da praça Tubal Vilela*, Alves (2004) estuda a história da praça Tubal Vilela – situada na área central da cidade – , no período de 1930 a 1962, abordando seus aspectos e suas mudanças físicas e sociais, de modo que procura "entender os acontecimentos ocorridos no seu interior, deixando a cidade como pano de fundo". (ALVES, 2004, p. 65). A autora, assim como Carrijo (2001) e Reducino (2003), recorre a fotografias feitas por fotógrafos (Roberto Cordeiro, Napoleão Carneiro, Osvaldo Naghettini, Jerônimo Arantes, Osvaldo Vieira Gonçalves, Marinho Lozzi) que julgo serem memorialistas[84] – por terem residido por longo tempo na cidade, por terem trabalhado em sintonia com o poder público[85] local, pela relação de proximidade com os poderes instituídos[86] e pela forma como eles trabalhavam[87] e se incorporavam à rotina da cidade. Com base nas leituras feitas para a elaboração do capítulo primeiro, interpretamos que os memorialistas têm como característica comum uma crença de que estão narrando a mais completa verdade, com todos os detalhes possíveis, sem se dar conta de que constroem

---

[81] Expressão utilizada por Carrijo (2001) para falar da representação fotográfica.
[82] A função referencial da fotografia é discutida também por Dubois (1993). Para ele, o objeto, ao ser impresso na chapa fotográfica deixa um rastro ou vestígio do objeto fotografado, deixando transparecer sempre o eu referencial.
[83] Discussões sobre o realismo fotográfico e sua desconstrução podem ser encontradas em vários autores, em especial, nos trabalhos de Borges (2003), Joly (1996) e Kossoy (2001).
[84] Sobre a condição de memorialista, Alves (2004, p. 44) argumenta, inclusive, que Oswaldo Naghettini era reconhecido pela população como o fotógrafo oficial da cidade.
[85] Encontrei com o senhor Roberto Cordeiro no mês de agosto de 2008, quando a Prefeitura Municipal de Uberlândia lançou o selo comemorativo sobre os 120 anos da cidade e prestou homenagens a alguns dos fotógrafos que trabalham na cidade, entre fotógrafos antigos e atuais.
[86] Vide Alves, 2004, cap. 1.
[87] Vide Alves, 2004, cap. 1.

representações que, de um lado, servem para exaltar a cidade e os feitos de seus governantes e uns poucos governados, e de outro, os incluem na história local.

Alves (2004, p. 30) procura "entender a fotografia como fonte de pesquisa" para, de acordo com Joly (1996), criticar seu uso como "mera ilustração" de um discurso, de forma a produzir a dominação. Um de seus empreendimentos é a busca daqueles que ela considera serem os menos favorecidos da história da cidade – "mendigos, desempregados, vendedores ambulantes, que sempre ocupam o interior desse espaço" (ALVES, 2004, p. 16) – seu objeto de investigação. Sua pesquisa possibilita também pensar sobre o caráter político por trás das transformações estéticas ocorridas nesse espaço, além de considerar ser a praça o lugar "para onde as pessoas convergiam a fim de namorar, divertir, ou seja, o local do lazer e da sociabilidade." (ALVES, 2004, p. 80). Uma dessas formas de sociabilidade, o *footing*[88] deixa de ser feito nas avenidas centrais e passa a ser feito, na década de 1950, na praça Tubal Vilela. Sobre aquela ocasião, a autora conta que alguns "freqüentadores indesejáveis da praça [...] homens, mulheres e crianças sujos e maltrapilhos" acabavam por gerar reclamações através da imprensa. Uma dessas reclamações, recortada por Alves (2004, p. 83), se refere a "um desses impertinentes garotos [...] atrevidos e pedinchões".

Os garotos, "pedinchões" ou trabalhadores, eram freqüentadores da praça. Eles aparecem em algumas fotografias utilizadas por Alves. Nessas representações[89] podemos perceber diferentes grupos de garotos e diferentes usos da praça feitos por eles – lazer, trabalho, mendicância, roubo[90] etc. Uma fotografia utilizada por esta historiadora e também por Carrijo (2001) chama a atenção. Trata-se da fotografia de um "negrinho"[91] que circulava na praça Tubal Vilela com uma cesta de flores, na década de 1950. A fotografia chama a atenção quando Alves (2004, p. 37) argumenta que "mediante o relato de várias pessoas quanto à presença de vendedores de flores no interior da praça, elas foram unânimes em dizer que esta não era uma prática comum naquele local".

---

[88] Podemos dizer de forma comparativa que o *footing* corresponde às caminhadas hoje realizadas na praça Sérgio Pacheco e no Parque do Sabiá. Nas décadas de 1940 e 1950, segundo Alves (2004, p. 89), o *footing* ocorria entre as ruas Goiás e ia até à rua Olegário Maciel. A diferença é que naquelas décadas a função do *footing* era ver e ser visto, e hoje a caminhada tem como função o cuidado com a saúde.

[89] De forma mais visível em sua dissertação nas páginas 36, 66, 75, 81, 89, 98, 111,121,136 e 150.

[90] Segundo o Jornal Correio, os roubos feitos também por menores eram comuns, conforme abordaremos adiante.

[91] Expressão usada pelo autor da foto, senhor Roberto Cordeiro, quando indagado se lembrava da ocasião. O sr. Cordeiro titubeou ao dizer que achava que a foto tinha sido feita para algum concurso, o que nos possibilita pensar no ideal do belo discutido por Reducino (2003) e Carrijo (2001).

Figura 15 - Imagem fotográfica, acervo Roberto Cordeiro: florista, Praça da República (hoje Praça Tubal Vilela), década de 1950.

O retrato do florista é meu “punctum”, a “ferida” a partir da qual escrevo este capítulo. O trabalho no acervo em que está incluída esta fotografia[92] possibilitou analisá-la dentro de uma série e interpretá-la como um dos “desvios que as combinações lógicas das séries revelam”, conforme Certeau (1982, p. 86). Trata-se, antes, da fotografia de um garoto trabalhador e não de um “pedinchão” ou “mendigo”[93] (estes, freqüentes nos discursos do Jornal e também presentes nas fotografias dos acervos analisados), e foi feita de modo a registrar todo o seu corpo. O garoto ocupa toda a área da representação, sendo a única foto desse acervo com esta característica. Nas outras fotografias em que as crianças aparecem, o espaço urbano parece ser o motivo principal, as crianças aparecem dissolvidas na representação e para melhor observá-las seria necessário uma lupa.

Na foto do florista, os objetos que compõem o seu segundo plano, isto é, que estão dispostos ao fundo, aparecem de forma menos perceptível – seja pelo recorte que interrompe a representação de cada objeto, por exemplo, a igreja, seja pelo desfoque –, ou seja, aparecem como “ruído” de acordo com estudos de Gomes Filho (2004, p. 37) sobre as teorias da Gestalt, e são percebidos melhor apenas com o auxílio de uma lupa, como fazem alguns pesquisadores. O florista, diferentemente dos outros garotos presentes no segundo plano, está trabalhando. Ele foi incluído, talvez por isso, na memória da cidade, através de uma representação, e “contrasta” com os outros garotos que circulam pela praça.

Carrijo (2001) também escreve sobre a cidade representada em fotografias, desde o seu espaço mais “central” – a praça Tubal Vilela – ao seu espaço mais periférico, os bairros distantes e a área rural. Escreve sobre a “profusão enorme de imagens flutuantes da e na cidade, sobre a segregação dos espaços físicos, sociais e estéticos e sobre a atomização dos indivíduos e suas identidades mutantes”. (CARRIJO, 2001, p. 16). Assim, questiona se “as imagens forjadas pelas lentes dos fotógrafos pesquisados [Oswaldo Naghettini, Roberto Cordeiro e Jerônimo Arantes] estariam ligadas exclusivamente a seus desejos” ou comporiam “com o ideário local do progresso e do desenvolvimento”. (CARRIJO, 2001, p. 19). O autor procura investigar os usos que são feitos dessas imagens e implementa uma interpretação dos fatos de acordo com ele, para além do “detalhe acidental [...] não observado pelo autor da foto ou pelos subseqüentes editores e expositores”. (CARRIJO, 2001, p. 19). Através da investigação sobre a produção desse espaço e sua estética, uma das questões abordadas em

[92] Segundo Alves (2004), o acervo Roberto Cordeiro é composto por 1003 fotos. Seus temas são: carnaval, desfiles de escolas, edificações, ruas e avenidas, eventos e inaugurações e tipos populares – estes são adultos, também destacados através do recorte, como bonecos. No jargão do fotojornalismo, boneco é uma fotografia na proporção 3 x 4 (busto), em que o retratado aparece, geralmente, um pouco de perfil. São fotos feitas em estúdio ou não, com uma “boa” iluminação.

[93] Expressões utilizadas pelo jornal.

sua pesquisa é a da sublimidade e da beleza como sendo categorias ligadas ao espírito humano, que podem ser expressas de forma a produzir dor ou prazer, pesar ou alegria[94].

> Aquilo que incita as idéias de dor, perigo e assombro, a idéia de morte, por exemplo, seria, para o autor [Edmund Burke], capaz de gerar na alma humana o sublime. Por outro lado, o deleite é o prazer advindo do relaxamento da dor. Portanto, o sublime é despertado pelo assombro, terror, reverência, magnificência, medo; ao passo que o belo está relacionado ao amor, prazer, simpatia (CARRIJO, 2001, p. 41).

Assim, como foi visto no primeiro capítulo deste estudo, ao abordar a monumentalidade da verticalização, do espaço fotografado na década de 1970, Carrijo (2001) argumenta que lhe é atribuído um sentido de sublimidade pelo assombro. E além de questões ligadas à estética e à política[95] na produção do espaço urbano, o autor adentra as imagens, ou seja, recorta detalhes para interpretar as particularidades de cada signo e falar da dissolução do sujeito na representação como metáfora da diminuição da importância destes com relação ao "progresso" e o "desenvolvimento" na modernidade, já que a importância maior nessas fotografias parece estar voltada para o conjunto de fachadas de edifícios e as praças.

Mas Carrijo (2001, p. 87) também utiliza um conjunto de fotografias (de festas e inaugurações públicas) nas quais os sujeitos são vistos mais de perto. Muitos deles, recortados e ampliados por este autor, como no filme *blow up*[96], deixam transparecer suas fisionomias e expressões, suas tensões e sentimentos de aceitação e recusa dentro dos acontecimentos. Desse modo, Carrijo leva a indagar acerca dos agentes causadores da produção de tais sentimentos. Uma das questões destacadas por ele é o fascínio e a sedução gerados pela máquina (do automóvel à máquina de moer carne), sua rápida obsolescência, substituição ou destruição do homem e do seu meio, através do que ele chama de "metamorfose".

Ao discutir a noção de progresso, este é contraposto ao ser humano. Carrijo (2001, p. 158) volta sua análise para representações de "greves, quebra-quebras, saques, acidentes e crimes", e destaca algumas fisionomias na aglomeração. Entre estas, as de um grupo que

---

[94] Carrijo (2001) utiliza o trabalho de Edmund Burke e suas concepções sobre beleza e sublimidade, que pretendemos apenas registrar.

[95] Carrijo (2001, p. 38) discute, por exemplo, os modelos culturalista e progressista de cidade e explica que no modelo culturalista a cidade seria feita pensando o homem e o seu bem-estar como ponto de partida, enquanto que no modelo progressista, do traçado em xadrez e linha reta, que seria o caso da cidade de Uberlândia, a funcionalidade, a economia e a racionalidade seriam preponderantes. Neste modelo de urbanização, o homem estaria relegado a segundo plano.

[96] *Blow up* (explodir), no jargão fotográfico é o momento em que os flashs antigos feitos a base de produtos químicos explodiam e iluminavam a cena a ser fotografada. Blow up parece ser também, de acordo com o filme do mesmo nome, "explodir" a imagem no sentido de adentrar em um único detalhe e nele descobrir características até então não percebidas. BLOW UP: Depois daquele beijo. Michelangelo Antonioi. Itália: Carlo Ponti, 1966. Herbie Hancock, color. DVD.

parece bastante vulnerável: crianças e adolescentes participam dos acontecimentos e são analisados por este autor. Da dor em face/diante do corpo assassinado e ou dilacerado sob rodas (de caminhões e trens), ele passa à sublimidade e ao assombro, categorias utilizadas para discutir questões ligadas à estética e, nesse tipo de fotografia, para discutir sentimentos despertados nesses pequenos observadores. Além dos garotos que aparecem em "segundo plano" de algumas representações, outros são ainda submetidos à violência, seja como vítimas, seja como autores, como veremos adiante.

Carrijo (2001), assim com Alves (2004), destaca o retrato do florista que utilizo como ponto de partida na discussão sobre os "menos favorecidos" ou segregados no espaço urbano em Uberlândia, por entender que as crianças e adolescentes compõem um grupo de indivíduos que estabelecem um diálogo com a cidade, já que, possivelmente, poderíamos nos deparar com elas pelas ruas da cidade ainda hoje. Além disso, essas crianças de outrora remetem a um perfil social de família que abordo mais adiante.

Carrijo (2001) utiliza um acervo que contempla várias partes do espaço urbano e seus sujeitos, e Alves (2004) investiga o espaço interior da Praça, sua memória e sujeitos. Reducino (2003) também escreve sobre a cidade representada em fotografias que contemplam a estética da arquitetura do entorno da Praça. Ela aborda as relações entre a mídia e o poder da elite local, "num exercício de exclusão da fala da população". E para tal empreendimento utiliza fotografias como "ilustrações" ou "recurso visual permitindo a leitura da imagem na compreensão do espaço urbanístico a ser estudado" (REDUCINO, 2003, p. 53). O grupo de imagens utilizadas pela autora é composto por fotografias de fachadas de edifícios do entorno da praça e fotos aéreas ou tiradas do chão – editadas[97] (por ela?) ou não – , nas quais o fotógrafo se afasta para enquadrar o seu objeto principal – as edificações (ou "monumentos") – e nas quais o sujeito é dissolvido na representação[98]. Uma das características de sua pesquisa é a análise sobre a estética urbana, observada a partir da diferença de concepções de beleza, de Hegel, Kant e Burke[99], pertinentes para nossa investigação na medida em que a autora defende que tais concepções permitem olhar para o discurso das classes dirigentes da cidade, e que tais discursos tinham a mídia como um porta-voz. Reducino (2003, p. 91) argumenta que "o belo e o sublime possuem características opostas marcantes, sendo que [tais autores] concordam que o sublime é tenebroso, negativo, ligado à dor, à noite, ao assombro,

[97] Além de editar (recortar algumas fotografias), Reducino (2003) também fotografa alguns espaços para além do entorno da Praça, para discutir as mudanças ocorridas no local. Fotografa, por exemplo, as proximidades dos dois shopping centers da cidade.
[98] Carrijo (2001) também discute essa dissolução ou diminuição do sujeito nas representações do espaço urbano.
[99] Não é nosso propósito discutir as noções de beleza desses autores, o que Reducino (2003) faz longamente no capítulo 2 de seu trabalho.

ao terror, à grandiosidade", entre outros elementos, e conclui: "É o belo, muito mais do que o sublime que é, a todo momento, associado à qualidade de cidade moderna e progressista".

Considerações sobre o embelezamento da área central da cidade de Uberlândia, em detrimento de um grupo que vai sendo deslocado para a periferia ou expulso de sua área central, é assunto que foi abordado por Soares (1988) e que pudemos perceber na pesquisa que desenvolvemos junto ao jornal.[100] Este assunto também está presente na investigação de Reducino (2003). Esta, de certo modo, parece concordar com Soares quando afirma que a classe trabalhadora dos anos 1940 e 1950 faz parte de um grupo de "excluídos da memória da cidade", e que,

> apesar de explorada economicamente, de excluída dos discursos do poder e da elite, a classe trabalhadora, após reivindicações e lutas, atesta sua concordância com os atos políticos e o ideal de beleza disseminados no ideal citadino, através da confirmação do voto naqueles políticos que efetivam este processo de **construção e re-construção** do espaço citadino. Assim, apesar de omitida pelo poder, de reivindicar contra este, esta população reitera também o exercício efêmero presente na cidade de Uberlândia (REDUCINO, 2003, p. 147, grifo da autora).

Nas imagens utilizadas por Reducino (2003), também podem ser vistos crianças e adolescentes, mesmo que discretamente. Aplica-se a tais fotografias a mesma observação feita anteriormente sobre as fotografias utilizadas por Alves (2004) e Carrijo (2001): seria necessário utilizar uma lupa para visualizar essas pessoas, já que o espaço urbano denota uma importância maior que os sujeitos.

2.4 Um sujeito e aspectos de sua realidade: o retrato do florista

Sobre o retrato – gênero de representação que tem início ainda antes da invenção da fotografia –, é interessante fazer um breve retorno às considerações do semiólogo Roland Barthes, referência para vários estudiosos da fotografia e também para a nossa pesquisa.

Barthes, para quem o retrato seria a máscara da fotografia, era um defensor do realismo fotográfico. Em *A câmara clara* (1984), ele procura diferenciar a especificidade ou

---

[100] A pesquisa no jornal permitiu acompanhar a pesquisa feita por Reducino (2003). Nesse sentido, as informações destacadas por ela a partir do jornal O Repórter podem ser também percebidas no Jornal Correio de Uberlândia. Ela relata, por exemplo, que em 1944 o Serviço de Obras da Prefeitura divulga, através da imprensa, um *aviso* assinado pelo então chefe do setor, Sr. Geraldo Narcizo Brasil, no qual lêem-se algumas instruções dirigidas à construção de novas edificações e à conservação das antigas. Para isto, divide a cidade em duas zonas comerciais diferenciadas, as quais são reconhecidas como zonas A e B. Observa-se, no tratamento dispensado a essas duas áreas, a prioridade dada à zona A (central) em detrimento da B, e ao mesmo tempo percebe-se que estas exigências possuem um certo caráter utópico (REDUCINO, 2003, p.144).

gênio próprio da fotografia com relação a outros tipos de imagens. Afirma que a fotografia é inclassificável e critica o fato de ser submetida a divisões que não têm relação com sua essência "empíricas (Profissionais/ Amadoras), ou retóricas (Paisagens / Objetos / Retratos/ Nus), ou estéticas (Realismo/ Pictorialismo)", classificações que considera aplicáveis "a outras formas, antigas, de representação" (BARTHES, 1984, p. 13). Para Barthes, a especificidade da fotografia estaria na sua irrepetibilidade: "o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente [...] o Real". (BARTHES, 1984, p. 13).

O "real", segundo ele, não diz nada além de "isso é isso", ou seja, é apenas o "envoltório transparente e leve" que nos remete apenas aos ícones presentes na foto: "esse é meu irmão; aqui sou eu criança", e adverte que esta condição de coincidência entre objeto e fotografia ou entre referente e representação pode causar confusão porque o objeto pode ter vários significados dependendo do sujeito que olha a foto e, salientamos, do sujeito que fotografa[101].

Barthes (1984, p. 24) define o momento em que ele posa para o fotógrafo e argumenta que o gesto deste de apontar a câmera em sua direção pode induzi-lo à *pose*, um dos artifícios utilizados pelo sujeito para esconder seu *eu*. Em seu entendimento, a pose, juntamente com a pretensa "objetividade", diferencia a fotografia do "retrato, pintado, desenhado ou miniaturizado" e também provoca no fotografado um "mal-estar".

Barthes (1984, p. 34) afirma que a fotografia se tornou onipresente e banal, já que está em toda parte de forma indiscriminada. Quanto a isto, ele se diz pouco seguro com relação aos estilos dos artistas fotógrafos e se define com relação a estes trabalhos com as expressões "gosto/não gosto". Gosto que ele toma como guia de sua análise: "ela me anima e eu a animo" (BARTHES, 1984, p. 37) e propõe, através de uma "fenomenologia vaga [...] nomear uma essência da fotografia" comprometida com o afeto, com o sentimento, "como uma ferida". (BARTHES, 1984, p. 38, 39), já que as fotografias podem comportar dualidade ou perturbações ou, mesmo sendo belas, podem não comportar a seus olhos qualquer marca. Para classificá-las, ele propõe seus próprios códigos: o *Studium* – que entendemos ser, de acordo com Burke (2004), a leitura pré-iconográfica, que desperta nele um interesse geral, vago, que pode ou não agradar-lhe – e o *Punctum* – uma particularidade da fotografia, um ponto que o incomoda:

> Reconhecer o *studium* é fatalmente encontrar as intenções do fotógrafo, entrar em harmonia com elas, aprová-las, desaprová-las, mas sempre

[101] Barthes diferencia sua prática de olhar fotos e ser olhado pelo fotógrafo, de outra prática, a de *Spectator*, do fotógrafo, o *Operator*.

> compreendê-las, discuti-las em mim mesmo, pois a cultura (com que tem a ver o *studium)* é um contrato feito entre os criadores e os consumidores. O *studium* é uma espécie de educação [...] (BARTHES, 1984, p. 48).

Essa educação que Barthes chama de "contrato feito entre os criadores e os consumidores" tem, desde a invenção da fotografia, uma herança positivista que atribui a ela um caráter de realismo, que complementa ou confirma sua suposta objetividade. Isso parece contribuir para o mal-estar de Barthes com relação à fotografia. Mal-estar que pode ter sua origem a partir das várias funções atribuídas por ele à fotografia: informar, representar, surpreender, fazer significar, dar vontade, etc. – e que ele considera, fornecem de imediato esses 'detalhes' que constituem o próprio material do saber etnológico". (BARTHES, 1984, p. 48-49).

Barthes (1984, p. 52) considera que a fotografia é "ainda atormentada pelo fantasma da Pintura [...] como se tivesse nascido do quadro", mas para ele, não é pela pintura que a fotografia teria a ver com a arte e, sim, pelo teatro. Ela oscila entre ser um reflexo do real e uma representação subjetiva e ou "impressionista". É pelo retrato – a máscara – que a fotografia pode significar:

> a máscara é o sentido, já que é absolutamente puro [...] A máscara é, no entanto, a região difícil da Fotografia. A sociedade, assim parece, desconfia do sentido puro: ela quer sentido, mas ao mesmo tempo quer que esse sentido seja cercado de um ruído (como se diz em cibernética) que o faça menos agudo. Assim, a foto cujo sentido (não digo o efeito) causa muita impressão é logo desviada; é consumida esteticamente, não politicamente. A fotografia da máscara é suficientemente crítica para inquietar (BARTHES, 1984, p. 58).

Para Barthes, ou as fotografias falam demais, sugerem um sentido, fazem refletir e, por isso, são subversivas – como no caso da máscara (ou retrato); ou despertam apenas um interesse banal ou vago, mesmo sendo belas.

Assim, considero o retrato do florista como uma máscara, um teatro proposto pelo fotógrafo e aceito pelo florista, já que o primeiro se aproxima do seu retratado e consegue dele uma pose, talvez usando de invasão ou de coação, o que nos remeteria a uma certa violência do ato fotográfico ou do fotógrafo, já que este poderia ser bem-vindo – quando construía ou forjava poses desejadas (como as poses dominicais da praça) – , ou mal-vindo, quando as poses eram exigidas.

Por outro lado, a representação é composta também pelo segundo plano ou fundo, considerado por Barthes como ruído ou um "negativo fotográfico". O segundo plano é

interpretado, aqui, como um conjunto que remete ao ideal urbano uberlandense: a estética do belo – a praça, a igreja, a infância feliz (representada pelo lazer das crianças em segundo plano), enquanto que, no primeiro plano, o garoto representa o ideal da sociedade uberlandense, ou seja, o trabalho.

2.5 Representações da infância no Jornal: para além de flores

Para este capítulo foram pesquisados 90 volumes do Jornal Correio de Uberlândia, entre os anos que vão de 1940 a 1980. Procuramos observar as representações deste jornal sobre a criança e a infância. Apesar de existirem outros jornais com publicações descontínuas, optamos por trabalhar com um único jornal na sua longa duração, por considerar que ele cobre todo o período pesquisado, além de ser o único diário.

A pesquisa no jornal permitiu perceber algumas questões referentes à criança e ao adolescente[102], tais como o trabalho, o abandono, a violência e a segregação. O levantamento das notícias sobre violência e segregação foi feito nas edições de número 1503, de 09/09/1944 a 11237, de 13/04/1971. São informações que consideramos relevantes devido à característica impactante da notícia sobre a violência, mas a pesquisa se estende para antes e depois, ou seja, abarca o período entre 1940 e 1980. Em alguns períodos, as notícias sobre crime/morte desaparecem do Jornal ou são substituídas por notícias sobre esporte, ou, ainda, a violência é noticiada em tom jocoso.

Crianças e adolescentes participam do cotidiano do espaço público e têm suas histórias construídas aí, entrelaçada à história dos adultos:

> Menores[103] roubam ferramentas contratados por um maior que lhes recomendava as peças a pequenas quantias. Foram encontradas na oficina de desmanche 50 engates de vagões da Mogyana. (**JCU**, 29/08/1940, p. 2 grifo meu)[104]

> Há dias, um distinto cavalheiro envergando um nível terno (120) sentiu-se preso pela jaqueta por um desses impertinentes garotos e ao se livrar,

[102] Menor é a definição que mais aparece no Jornal. Ariès (1981, p. 39), que será discutido mais adiante, aponta que as "idades da vida" são classificadas de acordo com os "tratados pseudocientíficos da Idade Média" – infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade – , conceitos, segundo ele, positivistas e herdados por nós através da repetibilidade de forma familiar e retirada de escritos que remontam à Jônia do século VI ou outra forma de classificação, a de Phillippe de Novare, de aproximadamente 1265, que dividia a vida do homem em etapas de 20 anos. Classificações, segundo Ariès, outrora científicas e populares de uma época em que viver todas as etapas era um privilégio dada a grande mortalidade e que, segundo ele, parecem ocas hoje em dia já que "não possuímos mais esse sentimento da vida: consideramos a vida como um fenômeno biológico". Mas, por outro lado, "ainda procuramos nas notícias corriqueiras dos jornais..."

[103] De acordo com Marques (2001, p. 19), a terminologia "menor" é oriunda do *Código de Menores de 1927*.

[104] Nas citações textuais do Jornal Correio de Uberlândia, o periódico será referido como **JCU**.

> verificou que o mesmo deixara, na peça do vestuário, a impressão digital da mão inteiramente suja. Além desse inconveniente, existe ainda o espetáculo pouco recomendável para a beleza do meio. (**JCU**, 06/09/1940, p. 2)

> As autoridades precisam voltar suas vistas para os menores abandonados em nossa cidade. É um espetáculo tremendamente triste. (**JCU**, 21/09/1940, p. 4)

"Menores", "impertinentes", "abandonados", "batedores de carteiras", "endiabrados", "vadios", "desocupados", "mendicantes", "malandros" etc. são palavras utilizadas pelo Jornal para descrever um grupo que impedia o "bom desenvolvimento da cidade". Eles compunham o que o Jornal chama de o *problema do menor*. Essas crianças e adolescentes foram, por isto, percebidos e precisariam ser, de acordo com Machado (1990), disciplinarizados.

Mas, o *problema do menor* era composto também por um grupo de crianças e adolescentes que o jornal chama de *playboys*, e que, em alguns casos, pertenciam a "conhecidas e boas famílias". Estes, de certo modo, recebiam tratamento diferenciado.

> Despidos nadavam no lago da Praça da República vários moços de boas famílias da cidade. Estavam embriagados [...] alcançando um deles [...] foi fácil verificar que se tratava de filhos de boas famílias da cidade [...] Seriamente advertido, foi encaminhado o único detido à sua residência e só não lavrou a polícia o flagrante dada a fuga do maior número e porque havia alguns menores de 18 anos. Já vinham dentro de uma caminhonete, em alarido e com expressões impróprias [...]. (**JCU**, 04/12/1951, p.1)

> Descoberta em Uberlândia [...] uma grande quadrilha composta de menores [...] iniciantes [...] desocupados, inimigos capitais do trabalho e do estudo. (**JCU**, 13/05/1961, p. 6)

> Marginais curram moça estudante [...] menores quatro marginais *playboys* [...] membros de conhecidas famílias da terra. (**JCU**, 04/11/1961, p. 6)

Crianças e adolescentes foram sentidos, ou, utilizando uma expressão de Áries (1981conferir), foram percebidos como problema, já que sentir algo é percebê-lo através de um dos sentidos. Neste caso, a visão. Se, de acordo com Ariès (1981 conferir), na Idade Média os eclesiásticos e moralistas fundaram a escola para educar as crianças, na cidade de Uberlândia dos primeiros anos da década de 1940 serão criadas instituições como os patronatos de menores[105] Buriti e Rio das Pedras, além do Dispensário dos Pobres. Instituições fundadas ou mantidas com a colaboração dos governos municipal e estadual, dos comerciantes, clubes que congregavam pessoas com maior poder econômico, como o Rotary Clube, além de contar com o aval da imprensa.

---

[105] O Jornal Correio de Uberlândia, de 14/02/1943, noticia em primeira página: "Uberlândia terá o seu patronato de menores".

A criação de instituições para "cuidar" de crianças em Uberlândia remete ao problema da migração para as cidades, marcada pela preferência dada aos imigrantes brancos provindos da Europa, assim como pelas políticas eugênicas e medidas higienistas, embelezadoras da cidade, assimiladas das experiências urbanísticas promovidas das capitais, como visto no capítulo anterior.

Nas décadas de 1940 e 1950, de acordo com Soares (1988) e Machado (1990), grande quantidade de pessoas que chega à cidade é percebida e renegada e parte dessas pessoas é composta por crianças e adolescentes. Segundo Áries (1981, p. 54), "a demografia, de época para época, pode aumentar ou diminuir a visibilidade destas [pessoas] no espaço".

Corrêa (1997), p. 84) argumenta que na Conferência Internacional de Genebra de 1921 se estabeleceram várias diretrizes políticas para tratar desta questão, que culminaram com a aprovação dos direitos da criança, enquanto no Brasil pós-Estado Novo "as políticas propostas para o cuidado da criança abandonada estão quase sempre ausentes". Prosseguindo, a autora afirma:

> o que se decretou foi um Código dos Menores, do qual constava a proibição do trabalho de crianças de até 12 anos e sua impunidade até os 14 anos. Dos 14 aos 18 anos, as crianças poderiam ser internadas em "estabelecimentos especiais", e dos 18 anos em diante seriam puníveis pelos crimes cometidos. As crianças da categoria dos 14 aos 18 anos, desde então numa espécie de limbo legal, serão transformadas em menores e os estabelecimentos especiais destinados a elas, bem como os agentes sociais que delas deveriam se encarregar, passam a ser objeto da atenção dos médicos e juristas, de psicólogos e pedagogos [...] (CORRÊA, 2001, p. 84).

Esses cientistas e sua política higienista, segundo Corrêa, pareciam concordar que "a questão do menor abandonado era também de institucionalização". A autora ressalta que nesses discursos, as categorias *menor* e *mulher* são dissociadas e o "menor passa a ser quase sinônimo de menor abandonado e de delinqüente em potencial". Além disso, mães e professoras são chamadas a observar os desvios de personalidade de seus filhos e de seus alunos "problema" (CORRÊA, 1997, p. 84-85).[106]

O discurso higienista propunha, segundo Corrêa (1997, p. 91), um "estudo das causas biológicas da delinqüência infantil" e colocava o médico como aquele que tinha "a função cada vez mais decisiva [...] na campanha pela prevenção do crime". É a partir dessas propostas que serão criadas as cidades de menores, como "parte do projeto de construção de

[106] Corrêa (1997, p. 85) ainda salienta que as mulheres estavam à frente das instituições que pretendiam disciplinar o menor e vão se profissionalizar através da instituição do Serviço Social, profissão que se formava na época, no bojo de uma série de atividades filantrópicas lideradas por mulheres.

uma nova penitenciária". Esse projeto propunha "proteger os direitos individuais da criança" ao mesmo tempo que defendia "os interesses da sociedade, transformando essas pobres crianças, fadadas ao crime e à miséria, em valores humanos e sociais", numa visão totalizante do que seria a vida dos que deveriam habitar a cidade dos menores.

Na visão da autora, trata-se de um modelo utópico, por "despertar na consciência da criança a idéia de um mundo melhor"[107], onde tudo funcionaria, diferentemente da "vida real cá fora". (CORREA, 1997, p. 94). Um simulacro do lar cheio de falhas, uma vez que no discurso não se fazia menção ao treinamento daqueles que seriam os funcionários que iriam servir à administração e sem o qual o cuidado "redundaria na continuidade do nosso regime carcerário". Assim, esse modelo representaria a vitória da idéia de que "o menor (já sinônimo de menor abandonado) é um delinqüente em potencial", e esse fato pode ser averiguado todos os dias, em nossos meios de comunicação de massas (CORRÊA, 1997, p. 84).

Retornando à foto, o florista parece não representar perigo à cidade – a proximidade entre ele e o fotógrafo pode denotar isto – ou parece representar um ideal: o do trabalhador dócil e frágil. Na cidade que se desenvolve, o propalado progresso coloca garotos *pedinchões* e trabalhadores em lados opostos, como o "bem" e o "mal". O florista foi fotografado e dado à percepção por um fotógrafo memorialista. Como o florista é um trabalhador, talvez possamos supor que ele era um morador mais antigo da cidade (que já tivesse assimilado seus códigos) e não um recém-chegado, pois parecia ter sido incorporado (cooptado pelo) ao ideal de trabalho.

Além das particularidades sobre a experiência do florista no espaço urbano, outras questões compõem sua realidade e luta pela sobrevivência, por isso devem ser levadas em consideração.

Ariès (1981) pesquisa o desenvolvimento do "sentimento da infância e da família" na Idade Média e possibilita pensar sobre as particularidades desse sentimento, dos adultos, que vai da rabugisse à paparicação da criança e do adolescente. A partir de suas considerações, podemos perceber que a escola desempenhou, desde a sua fundação, um papel importante para o prolongamento e diferenciação das particularidades da infância e da adolescência, assim como teve papel determinante na diferenciação entre as classes sociais.

Conforme expõe Áries, a instituição da escola provocou uma mudança no comportamento da família, que passa a ver a particularidade da infância e suas necessidades próprias, redundando no desenvolvimento da percepção e especialização do espaço privado –

---

[107] Boa cama, roupa limpa, alimentação farta, mostrar-lhe claramente o caminho da escola, da oficina, do trabalho, da disciplina e da sua transformação.

a casa – em detrimento do espaço público – a rua. Considerada na sociedade medieval como lugar de sociabilidades (e afetividade) e no qual a criança se misturava aos adultos (e com eles aprendia), a rua vai sendo substituída pelo espaço privado da família.[108] Com base no estudo de Áries, podemos observar que na cidade de Uberlândia a permanência da criança nas ruas vai variar de acordo com a classe social a que ela pertence. Além disso, um grupo vai ser retirado da rua para ser disciplinado em instituições.

O espaço urbano uberlandense dos anos 1940 ainda guardava formas de convívio social e ritmos da vida rural, pois boa parte de seus moradores estava envolvida em atividades rurais, e a própria economia local, em certa medida, ainda dependia dessas atividades para o seu funcionamento[109]. Assim, na cidade era possível observar experiências sociais que entrelaçavam a vida de crianças e adultos no espaço público.[110]

Na sociedade medieval, os sentimentos da infância e da família – a intimidade – estariam ligados à casa. Com a especialização dos cômodos, "separava-se melhor a vida mundana, a vida profissional e a vida privada [...] o quarto, o gabinete ou o salão". Com o conforto "nasceu [...] a intimidade, a discrição e o isolamento". (ARIÈS, 1981 conferir, p. 266). Este fato leva a pensar nas precárias condições de moradia dos pobres nas décadas pesquisadas, e na possível ausência de um sentimento de infância entre essas pessoas, pois como afirma Ariès,

> [...] é preciso haver um espaço mínimo, sem o qual a vida familiar se torna impossível e o sentimento da família [...] não pode nem se formar nem se desenvolver. Vemo-nos no direito de concluir que essas pessoas pobres e mal alojadas sentiam um amor banal por suas criancinhas – essa forma elementar do sentimento da infância – mas ignoravam as formas mais complicadas e mais modernas do sentimento da família. Eram sempre, como na Idade Média, famílias "silenciosas", silenciosas porque elementares [...] (ARIÈS, 1981, p. 258).

Obviamente, não podemos afirmar se haveria por parte dos pais de certas famílias "silenciosas" uberlandenses "um amor banal por suas criancinhas", embora saibamos, por meio da pesquisa realizada no Jornal, que muitas delas viviam em casas pouco especializadas

---

[108] Antes da instituição da escola, a criança era enviada à casa de um mestre e lá adquiria conhecimentos, experiência prática e valor humano, ao mesmo tempo que prestava serviços domésticos – uma prática que, segundo o autor, não tinha nada de humilhante (ARIÈS,1981, p. 228).

[109] A venda de lenha, leite, frutas e verduras é feita de porta em porta; nem toda carne consumida na cidade é abatida no matadouro municipal; havia um grande número de pedidos de carteiras para guiar carroças e charretes; a fiscalização da entrada e saída de gêneros alimentícios na cidade era feita em uma ponte – "do vau"; e a gasolina era controlada através de cotas etc, de acordo com a pesquisa feita no Jornal.

[110] Carrijo (2001) menciona as gincanas de lambretas e apresentações de artistas na praça, e Alves (2004), o *footing*. Acrescentamos a venda de produtos de porta em porta.

(ou em barracos) que, de acordo com Áries (data), podemos descrever como “abrigos para o repouso”. Mas, mesmo nessas habitações, sabemos que a afetividade pode estar presente e que as condições materiais não são, de todo, definidoras do sentimento de infância. Também não poderíamos atribuir às faltas materiais os diversos tipos de violência que envolvem essas famílias.

Figura 16 - Foto: Paulo Augusto, acervo pessoal: bairro São Francisco, região Leste da cidade

Entre os vários tipos de violência que permeiam os espaços público e privado, destacamos os crimes passionais e suas conseqüências para os menores. As famílias que mais aparecem no Jornal, no período de 1940 a 1980, são aquelas chefiadas por operários e empregados do comércio local, geralmente moradores das vilas e bairros[111] e que têm até doze filhos. Mas isto não quer dizer que este tipo de crime só aconteça com este perfil de família e nesses locais, conforme mencionamos no rodapé (nota 119). Em diálogo com o estudo de Soares (1988) e a partir de registros fotográficos levantados, observa-se que no período ora enfocado o policiamento era feito de forma mais efetiva na área central do que nos bairros, assim como acontece nos dias atuais. O policiamento pode ser um fator inibidor de tais crimes nas áreas centrais.

Um dos tipos de crimes observados, os passionais, submetem crianças e adolescentes à violência psicológica, além de agressões físicas e mesmo mortes ocasionadas pelos pais ou pelo terceiro participante do triângulo amoroso. Tais eventos exigem, em alguns casos, que crianças e adolescentes, de acordo com Áries (1981), ingressem prematuramente no mundo dos adultos, quer seja ao assumirem o papel de provedores da casa em substituição aos pais mortos ou de trabalhadores chefes de famílias, ou, ainda de criminosos, quando, por exemplo, cometem assassinatos para se defenderem e defenderem seus pais.

> Perdeu a mulher e ainda levou seis tiros...deixando <u>na orfandade vários filhos menores.</u> Um homem trabalhador perdeu a vida de forma estúpida, deixando na orfandade vários filhos menores. Operário, vivia maritalmente com [...] José era casado e tinha filhos. Tão logo supôs que José tivesse partido [...] [ela] foi para um parque de diversões, encontrando-se com o indivíduo [...] quando foram abordados por José. Haveria surgido qualquer altercação entre [os três] porque em poucos instantes o primeiro estava estendido no chão [...] o final dessa tragédia, é claro, um lar ficou sem seu chefe, várias crianças ficarão sem pai. (**JCU**, 18/10/1955, p. 6, grifo meu)

> Suposto crime passional: marido troca tiros com taxista [...] mata esposa em companhia de dois filhos menores e do motorista de taxi.
> (**JCU**, 18/02/1958, p. 6)

> Horrível tragédia: matou quatro filhos e a si próprio [...] [bairro] Tabocas, humilde lar do padeiro, quatro filhos menores [de 6, 5, 3 e 2 anos]
> (**JCU**, 11/02/1960, p. 6)

> Suspeitou da mulher e matou rival a tiros – crime passional, vila Operária. [Assassino: Agenor, 43 anos, casado, pai de cinco filhos] e avisou um de seus vizinhos para tomar conta da família. (**JCU**, 15/09/1961, p. 6)

---

[111] Os locais de mais ocorrência de vários tipos de crimes destacados pelo Jornal são as vilas Carneiro, Martins, Saraiva, Tubalina, Operária, bairro Tabocas. Mas outros lugares também aparecem, de forma menos repetitiva, tais como a Av. Floriano Peixoto, proximidades do Mercado e da Av. Rio Branco, bairro Lídice, Rua General Osório, bairro Maravilha, Av. Goiânia, proximidades do Rio Uberabinha, Praça Clarimundo.

> Doroteu [38 anos, barbeiro] quis matar Isabel [sua esposa, 29 anos, por ciúmes. [Assassinado] Valdivino, 35 anos, profissão não apurada, casado, oito filhos. (**JCU**, 23/03/1963, p. 6)

> Matou a mulher a facadas. Ciúme louco [...] Rua Vieira Gonçalves, próximo á Vasconcelos [Costa] , cortiço. Morta Gerônima [...], 28 anos, solteira, um filho de 12 anos, por José [...], 33 anos, solteiro, carroceiro. A criança foi testemunha. Gerônima prostituia-se para manter-se e à criança. (**JCU**, 24/08/1963, p. 6)

> Mata mulher...facadas...ciúmes...[órfãos] três filhos, entre 8 e 10 anos... (**JCU**, 05/02/1964, p. 1)

> Ciúme causa primeiro crime de morte em 65. [três filhos, mulher morta, marido preso]. Sebastião, 36 anos, pintor de automóveis, residente em pensão, à avenida Afonso Pena, 2240. (**JCU**, 07,08/02/1965, p. 1)

> Mulher mata marido...bairro Tubalina...[duas crianças órfãs] (**JCU**, 28/08/1966, p. 1)

> Menino de 13 anos mata assassino de seu pai, à rua Caxanbu, 38, [vila Martins] (**JCU**, 22/08/1967, p. 1)

À violência ocorrida em casa segue-se a violência das ruas, provocada por caminhões e automóveis, e a segregação socioespacial. No período pesquisado para este capítulo, o planejamento urbano brasileiro, de acordo com Maricato (1997), passa a contemplar a circulação de mercadorias e de automóveis (do caminhão e da lambreta). Os veículos automotores passam a ser os novos sujeitos das ruas.[112] Na análise de Carrijo (2001, p. 76),

> o que se apresenta é uma compreensão histórica da experiência e da utilização da relação tempo-espaço [...] as noções de tempo e espaço são indissociáveis e se transformam acompanhando os diferentes estágios que as sociedades humanas apresentam, que indivíduos e sociedades são elos inseparáveis. Neste sentido, infere-se que os motoristas possivelmente, não tiveram uma experiência estreita com as sensações de velocidade e, conseqüentemente, de tempo de deslocamento no espaço percorrido por caminhões. Isto porque passaram a infância, adolescência e possivelmente a juventude sob o signo de uma instituição social tempo que não comportava as experiências oferecidas pelo automóvel.

Os acidentes envolvendo caminhões denotam a falta de experiência com os novos paradigmas de tempo e espaço, surgidos com a aceleração da roda. Esses acidentes são freqüentes nas páginas do jornal e têm como vítimas principalmente as crianças. Estas vão deixar as ruas e vão se deslocar para a praça, que passa a ser seu novo espaço de lazer e sociabilidades.

---

[112] Alguns comentários do jornal evidenciam isto: “os automóveis continuam pensando que nossas avenidas são pistas de corrida” e “Motorista irresponsável atropelou lambreta” (**JCU**, 16/09/1944, ano VII, p. 1).

Ainda de acordo com Carrijo (2001, p. 159), “as fotos, referentes a acidentes e crimes, geram no espírito do observador perplexidade, horror, medo, dor, angústia, perigo, assombro e fealdade”. Porém, penso que a realidade pode ser mais dura para crianças e adolescentes, quer seja na condição de observadores *in loco*, seja na condição de vítimas ou sujeitos de tais acontecimentos. As fotos a seguir nos permitem indagar sobre os sentimentos dessas crianças – tais como, o assombro e a sublimidade, mas também a angústia e o medo – diante da morte e da violência.

Figura 17 - Imagem fotográfica, acervo Oswaldo Naghettini: acidente entre trem e caminhão, nas proximidades da E.F.Mogiana e Vila Operária, década de 1950.

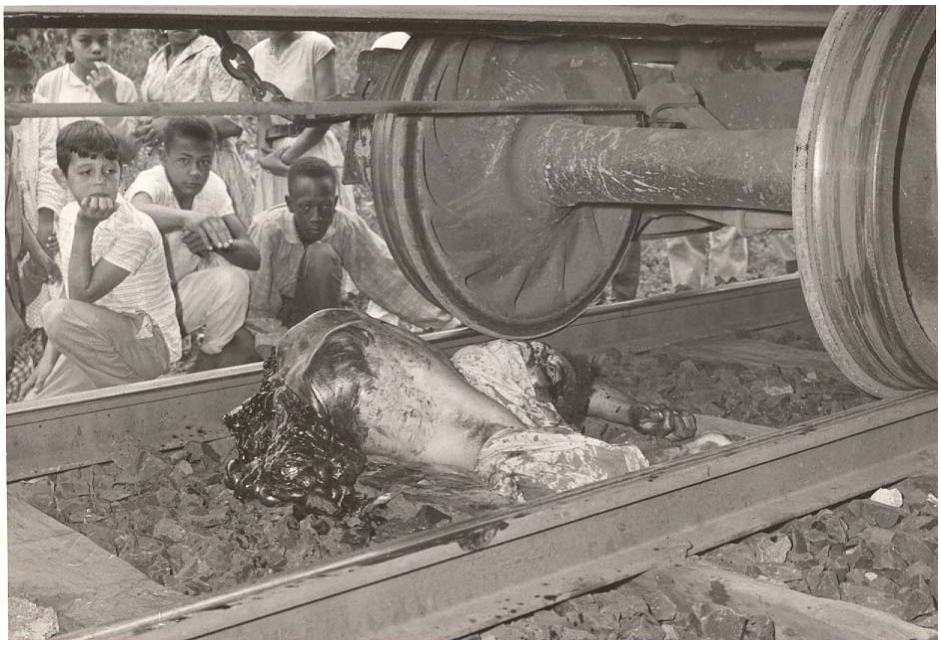

Figura 18 - Imagem fotográfica, acervo Oswaldo Naghettini: acidente ferroviário nas proximidades da E.F. Mogiana e Vila Operária, década de 1950.

Estes acidentes também possibilitam pensar no trabalho de crianças e adolescentes.

> Atropelada e morta criança de 5 anos. (**JCU**, 24/10/1957, p. 6)

> Criança [...] ajudante de caminhão [...] de 15 anos [...] esmagada sob as rodas de um caminhão [...] carregado de bananas [...] km 40 da rodovia Uberlândia Xapetuba. (**JCU**, 21/11/1958, p. 6)

> Garoto atropelado e morto por caminhão de pedra [...] de 14 anos de idade, funcionário do Transporte Harmonia Ltda, na avenida Engenheiro Diniz [era] ciclista. (**JCU**, 17/04/1958, p. 6)

> Criança esmagada na cabine de um caminhão...<u>ajudante</u>... de 15 anos... (**JCU**, 25/05/1958, p. 8 grifo meu)

> Menor [...] <u>atropela</u>, mata e foge...de 16 anos, caminhão do pai [...] (**JCU**, 04/03/1964, p. 6 grifo meu)

> Mendigos como confeti – o prefeito municipal é o responsável pela mendicância em Uberlândia, que com ele subiu a valer [...] Aquela velha...é <u>carregada para baixo e para cima</u>...ora por uma criança de 11 anos, seu filho, que às vezes se deita no chão entre os varais pregados ao caixote, e dorme, de cansaço e de fome [...]. (**JCU**, 02/03/1954, p. 1 grifo meu)

As citações, apesar de recortadas para destacar as ações desempenhadas ou sofridas pelas crianças, permitem perceber que muitas delas começam a trabalhar inda cedo, como funcionários, ajudantes, motoristas, auxiliares ou assistentes de idosos e ou inválidos, entre outras profissões. Além disso, elas são vítimas das ações de adultos. A presença delas no espaço urbano nos permite pensar na complementaridade da renda de suas famílias e no papel de amparo aos seus irmãos.

Crimes contra pessoas e o patrimônio, tais como roubo, rapto, estupro e agressões físicas compõem outro grupo de fatores que determinam a retirada de crianças e adolescentes das ruas.

> Um menor de seis anos vítima por se achar fora de casa às 10 horas...sua mãe o mandara comprar remédio [...], as casas da vila Operária são distantes umas das outras [...] constatado oficialmente o estupro [...], também a menina Maria [...] de 10 anos [...] está desaparecida...foi violentada e o criminoso confessou o crime [...]. (**JCU**, 13/01/1952, p. 1)

> Dona Maria [...] lavadeira [...] se mudou depois do atentado de que diz ter sido vítima sua filhinha [...] de 16 anos por parte do mudo Raimundo de tal [...] deixou na cozinha sua filhinha [...] ao voltar encontrou a menina desmaiada, com evidentes sinais de violação [...]. (**JCU**, 13/12/1953, p. 4)

> Roubada uma criança de 3 anos para servir como motivo de esmolas por vagabundos de fora [...] à porta da pensão Santa Maria, à avenida Afonso Pena [...] o garotinho Júlio, de 6 anos de idade apenas e neto da cozinheira dona Maria Joana, que o está criando como filho por lhe ter morrido a mãe.
> (**JCU**, 22/12/1953, p. 1)

> O monstro que violentou a própria filha menina de apenas oito anos de idade – ex-guarda municipal que acaba de cometer o mais bárbaro [...] crime ocorrido em Uberlândia. (**JCU**, 20/09/1955, p. 6)

> Cidade sem alma: Três assassinos armados invadem uma casa e matam uma criança. Cena de *farwest* – Nove horas da manhã, na avenida Floriano Peixoto [...] quando de improviso, visitado por três bandidos de revólveres na mão [...] Agrediram [o dono do estabelecimento comercial] perseguido pelos três assassinos, quando o jovem Norton [...], seu filho de 15 anos de idade, intercedeu. Não houve piedade, não houve pena da criança [...] Norton caiu morto, enquanto os bandidos fugiram. [Norton] ajudava o pai na lida comercial e estudava na parte da noite [...].
> (**JCU**, 17/10/1957, p. 6, grifo meu)

Os crimes cometidos contra crianças e adolescentes servem, em alguns casos, como justificativa para ressaltar as “qualidades” das instituições disciplinadoras e os “defeitos” dos pais, pelo “abandono” e “maus-tratos”, em prol da profilaxia social das ruas e das casas de diversões, na prevenção de males evitáveis. De acordo com Machado (1990),

> se ao saber médico cabe a receita de medidas sociais profiláticas, à polícia cabe, através de medidas disciplinares, a higienização do corpo social que, como todo organismo, tem que evitar os males que o tornam doentio. Neste caso, o termômetro que mede a saúde está diretamente relacionado ao progresso e a sua doença, à decadência moral. A polícia, instrumento nomeado pelo poder, tem o dever de exercer o controle do corpo social. Coibir os abusos, disciplinarizar para o trabalho, através de campanhas morais saneadoras, é o papel da polícia dos costumes cooperando para o progresso (STORCH, 1982 apud MACHADO, 1990, p. 62).

Em Uberlândia, os anos 40 e 50 do século XX marcam o desenvolvimento da indústria de eletrodomésticos e o advento da sociedade de consumo. Fato, de certo modo, determinante de uma vida privada, em que o indivíduo se volta para o interior de sua casa. Todavia, o conforto proporcionado pelos eletrodomésticos, mais do que um sentimento de infância, faz a atenção dos habitantes se voltar para o consumo de objetos disponíveis na televisão, outro eletrodoméstico que se faz indispensável.

Ariès (1981, p. 69) defende que, para além das classificações biológicas, as funções sociais do homem (a idade dos brinquedos, a idade da escola, a idade do amor, a idade da guerra) expandiram a adolescência “para trás e para frente”, ou seja, podemos dizer que, por exemplo, a escola retarda a entrada do homem no mundo do trabalho. Esta expansão está

relacionada à escola, mas também à melhoria das condições de vida. Na cidade de Uberlândia, dos anos que vão de 1940 a 1980, de acordo com Machado (1990), poderíamos dizer que a criança e o adolescente – os "menores" – são percebidos a partir de um discurso disciplinarizador e da necessidade de mão-de-obra para o trabalho, mais do que suas funções sociais. Estas, de um modo geral, são relegadas a segundo plano; a falta de espaços para o lazer pode ser um indício disto. O Jornal, em alguns momentos, é o porta-voz daqueles que vêem a infância como um problema. O lazer, restrito às praças, é também motivo de reclamações. As brincadeiras, em alguns casos, eram tidas como malandragem.

> Reclamam os moradores da praça do Rosário [...] e pedem providências...no sentido de coibir o abuso de um grupo de garotos que fizeram daquele lindo logradouro público praça de esportes [...] precisam de um corretivo a fim de serem desviados da vida de malandragem [...]. (**JCU**, 07/03/1942, p. 4)

Outras preocupações do Jornal eram a restrição do cinema às crianças e adolescentes desacompanhados de seus pais e a leitura de histórias em quadrinhos pelas crianças. Por considerar seus conteúdos impróprios ou estímulos à violência, o Jornal parece se preocupar com a exposição dos menores a estas formas de lazer. No entanto, as fotografias e matérias publicadas pelo próprio Jornal mostram crianças e adolescentes submetidos a todo tipo de violência. Na sociedade moderna, a violência é um produto vendido e ou consumido de forma indiscriminada e parece satisfazer as mais diversas necessidades. O Jornal desloca o discurso das condições sociais e históricas herdadas para essas formas de lazer e estímulo à leitura e à arte.

> Literatura nociva, cinema, "quadrinhos" – fatores insofismáveis e formação de delinqüentes [...] a criança problema é um caso muito mais sério do que pensam todos os responsáveis pelo seu futuro [...] quadrinhos: veneno [...] as maravilhosas e policromáticas histórias de crimes [...] a influência nefasta da pseudo-literatura importada [...] preponderante na delinqüência [...].
> (**JCU**, 13/10/1955, p. 5)

> Criança de hoje tem o que gente grande tem: cinema, rádio e tv. Onde há TV e criança que vê cinema de gente grande; lê revista de gente grande; ouve rádio de gente grande; tem de pensar e agir como gente grande.
> (**JCU,** 31/08/1956, p. 2)

É também através de notícias sobre a violência que podemos pensar sobre as famílias dessas crianças e adolescentes e constatar o desamparo quanto à falta de políticas públicas sociais, principalmente a falta de moradia e de escola, que refletem o descaso do poder instituído em relação aos mais pobres. Além disso, fica evidente o papel da estrutura urbana –

principalmente os pousios, uma prática que se tornou comum na exploração do espaço urbano uberlandense – na determinação do modo de vida de tais famílias. Para ilustrar este item, mesclamos recortes de citações já utilizadas e algumas novas.

> Um menor de seis anos vítima de um crime por se achar fora de casa... sua mãe o mandara comprar remédio [...] também a menina Maria [...] as casas da vila Operária são distantes umas das outras [...] duas vítimas da falta de amparo social, de recursos ou de educação do lar [...].
> (**JCU**, 13/10/1952, p. 1, grifo meu)

> Lavadeira de profissão, reside maritalmente com [...] João [...] morava na vila Carneiro [...] terceira casa de uma série de cinco [...] deixou na cozinha sua filhinha [...] ao voltar encontrou a menina desmaiada, com evidentes sinais de violação [...] dirigindo-se à prefeitura, onde uma funcionária lhe forneceu cartão para o pronto socorro. Alega que não recebeu assistência, tendo o médico [...] dito que a criança não tinha nada. Também na polícia não fora bem atendida: um soldado riu-se dela. O delegado marcou hora para o dia seguinte pela manhã e depois para a tarde. Para afirmar no fim, visto não ter comparecido dona Sebastiana, que nada podia fazer [...].
> (**JCU**, 13/12/1953, p. 1 grifo meu)

> Os moradores da vila Saraiva vivem momentos de angustioso temor. Não se atrevem mais a sair à noite e não mais permitem a seus filhos freqüentarem as aulas da escola noturna [...] o armazém foi invadido por quatro cavalarianos e o investigador [...] e começou a pancadaria em todo mundo, sem ninguém saber por que tal brutal agressão [...] apontaram armas para dois rapazes da casa. Um deles que estava na rua apanhou muito... no armazém de Manuel...bateram no rapazinho que tomava conta [...] ambos pertencem ao PSD [...]. (**JCU**, 10/11/1954, p. 1, grifo meu)

O Jornal permite perceber, ainda, num mesmo trecho, outras questões tais como o trabalho dessas mães fora de casa e as dificuldades para manter seus filhos.

> As pobres lavadeiras, como outras mães que trabalham fora, não teem [sic] mais a facilidade de conseguir alimento para a criançada [...] As crianças ficam em casa, quando não fogem para a rua, à espera de um problemático almoço. À mercê de indivíduos sem escrúpulos [...].
> (**JCU**, 13/12/1953, p. 1, grifo meu)

> Roubada uma criança [...] à porta da pensão [...] neto da cozinheira [...] que o está criando como filho, por lhe ter morrido a mãe [...] [a criança aparece em ouro lugar] aparecera no bar um indivíduo sujo e rasgado, levando nos braços um garotinho, para o qual pedia esmolas. Mas a criança chorava [...] e o indivíduo lhe batia [...] foi assim que apuraram ter sido roubada [...].
> (**JCU**, 22/12/1953, p. 1, grifo meu)

> Quis matar [sua mulher] por ciúmes [...] doméstica [...].
> (**JCU**, 24/03/1963, p. 1, grifo meu)

A pobreza, no discurso dominante na cidade na década de 1950, é associada ao crime. É através dos crimes e da violência que o Jornal apresenta a pobreza, e a periferia como a fonte de todas as mazelas, onde seria gerado o crime, a delinqüência, a mendicância e a criança abandonada. Machado (1990) também argumenta nesse sentido e cita o exemplo do antigo bairro Tabocas, outrora considerado pela imprensa e pela polícia um bairro violento, onde não se podia entrar. Isto nos possibilita fazer uma comparação com o discurso que se repete nos dias atuais sobre alguns bairros, tais como o Esperança, próximo ao Distrito Industrial, e o Dom Almir, próximo à Colônia Penal.

A respeito do bairro Esperança, por exemplo, o discurso ressoa um preconceito generalizado contra seus moradores pobres que nos leva a fazer indagações sobre o próprio papel da imprensa local e sobre a formação do jornalista: haveria interesse em mostrar de forma mais aprofundada o que são esses bairros, como vivem seus moradores, o que lhes falta? Além disso, o tempo (cronometrado) disponível para a produção da notícia – factual – permitiria ao jornalista "aproximar-se" desses bairros? Este tempo seria suficiente para um envolvimento com o objeto investigado? A resposta parece residir no factual, característica dos meios de comunicação. Perguntas óbvias, mas que possibilitam pensar não apenas na razão de ser da imprensa, expressa no seu código de ética, mas também nos interesses particulares que estão por trás da notícia.

A estigmatização ou preconceito contra bairros pobres e distantes da área central, de certo modo, têm alguma razão de ser, já que os crimes continuam acontecendo também por lá, mas interpretamos esses crimes como vestígios ou sintomas de uma sociedade que maquia a realidade para vender melhor seu produto: a cidade[113]. Esses crimes aparecem na imprensa e nos possibilitam pensar também sobre o preconceito em Uberlândia.

A esse discurso que ecoa na imprensa local Machado (1990) chama de técnicas de controle, que tinham como alvo "o pobre que não conseguisse, pelo trabalho próprio, sustentar-se e à sua família". Essas técnicas redundariam, no seu entendimento, em uma filantropia higienista que "substitui o Estado na disciplinarização e controle dos pobres", numa estratégia despolitizante (MACHADO, 1990, p. 111). Uma das formas de controle e moralização de crianças e adolescentes é o trabalho. E aqueles que não trabalham são tratados com violência e legislação específica. Esses "delinqüentes", "infratores", "carentes" ou "abandonados" – que deveriam estar brincando ou na escola –, na cidade de Uberlândia,

[113] Principalmente os condomínios de luxo, assunto abordado no terceiro capítulo.

devem ser submetidos ao mundo dos adultos: o do trabalho. Não é pela escola que muitos conhecem a disciplina, mas pelo trabalho.

Na cidade de Uberlândia dos anos 1950 não havia lugar para essas crianças e adolescentes. É através do trabalho e da escola que elas são bem percebidas (paparicadas) pela sociedade uberlandense. Assim, crianças e adolescentes estudantes e trabalhadores aparecem nas representações fotográficas da área central da cidade. É nesta condição que podem freqüentar esse espaço.

Por outro lado, a "delinqüência", a "mendicância" e o "menor abandonado" aparecem mais raramente nas representações fotográficas da área central da cidade e aparecem com bastante freqüência no discurso da imprensa escrita.[114] Machado (1990, p. 246) argumenta que nesta década o "menor tornou-se um fenômeno social" em toda a sociedade brasileira, como

> reflexo da injusta distribuição da terra e da renda, do êxodo forçado de famílias inteiras, da inexistência de uma política salarial adequada, da tecnificação de determinados ramos da indústria, do alto índice de desemprego, da ineficácia das políticas sociais (MACHADO, 1990, p. 246).

Todavia, explica a autora mais adiante,

> não se apresenta essa marginalidade como fruto da desigualdade da renda e da sociedade de classes. Assume-se que a pobreza, as migrações desordenadas, a desagregação familiar, as péssimas condições de habitação, alimentação e saúde, a deficiência da estrutura educacional, o desemprego, o subemprego são as forças geradoras da marginalidade (MACHADO, 1990, p. 253).

2.6 Para além de flores: outras considerações sobre a criança e o adolescente

A partir da foto do florista e das considerações de Alves (2004) e Carrijo (2001), nossa atenção se volta para outras crianças representadas em outras fotografias. Numa delas,

---

[114] A fotografia do florista possibilita pensar sobre a construção da representação fotográfica e fazer algumas considerações a partir de nossa própria experiência como fotógrafo. Ainda na década de 1980, os equipamentos fotográficos eram bastante limitados: vinham geralmente equipados com uma lente fixa, chamada pelos fotógrafos e pela literatura de "normal", já que reproduzia o ângulo de visão do olho humano, aproximadamente 45 graus. Este tipo de lente requer que nos aproximemos do objeto para recortar sua totalidade, como acontece com a fotografia do florista. Entendo que os garotos *delinqüentes, mendigos e menores abandonados* se esquivavam ou evitavam, devido à sua condição social, serem fotografados, como fazem ainda hoje. Assim, esta limitação imposta pelas lentes "normais" era uma realidade dos fotógrafos uberlandenses de décadas anteriores. No jornal pesquisado, a fotografia aparece como publicidade realista e só na década de 1980, depois da abertura política, começa a fazer parte da rotina da imprensa uberlandense. Portanto, diferentemente da fotografia, o Jornal – texto escrito – pode "dar a ver" esse grupo de garotos ausentes das fotografias. É o que ocorre antes da abertura política.

aparece um grupo de garotos que denotam diferentes classes sociais e diferentes funções desempenhadas na praça e na representação: os passantes ou passeantes – a mãe e seus filhos – e os trabalhadores – o engraxate e o(s) vendedor(es) da banca de frutas.

Figura 19 - Imagem fotográfica, acervo Osvaldo Vieira Gonçalves: freqüentadores da Praça da República, hoje Praça Tubal Vilela, 1950.

Dentro da série ou acervo de que faz parte esta fotografia, constatei que entre mais de mil fotografias somente em três delas o fotógrafo concentrou sua atenção nos sujeitos, ou seja, se aproximou deles para retratá-los, diferentemente das fotos restantes do acervo[115]. Nestas, o espaço urbano tem uma importância maior, já que é retratado de modo a colocar os sujeitos em segundo plano, ou seja, diminutos na representação. A fotografia acima é analisada em comparação com a fotografia do florista.

[115] Este acervo, do senhor Osvaldo Vieira Gonçalves, retrata os espaços privado e público (a praça, a igreja, cenas urbanas, eventos, festas, etc.). Os sujeitos aparecem dispersos na representação. Edificações e ruas são fotografados de forma a denotar-lhes maior importância. Em apenas três fotografias do espaço público podemos dizer que os sujeitos chamaram a atenção do fotógrafo: uma fotografia de um vendedor popular, em uma esquina da cidade; uma fotografia em que aparecem trabalhadores na praça; e a fotografia da banca de frutas exposta acima.

Na fotografia do florista, o segundo plano aparece como *ruído* (os garotos que brincam estão fora de foco, a igreja está recortada etc.), enquanto na fotografia do grupo acima o foco se estende ao segundo plano (os trabalhadores da banca e a mãe com seus filhos), e somente o terceiro plano da fotografia – composto por guarita, bicicleta, muro e criança ao balanço etc. – aparece como *ruído.* Isso possibilita dizer que o fotógrafo concentra sua atenção no primeiro e segundo planos, apreendidos de forma direta, e que o terceiro plano tem uma importância menor em relação aos dois primeiros.

Um dos freqüentadores da praça entrevistados por Alves (2004) relata que existiam preconceito e discriminação nas calçadas da área central da cidade e isso era visível, seja durante o *footing*, seja na ocupação dos vários espaços da praça. A fotografia denota essa diferença entre os vários sujeitos. Diferentes classes que não se misturavam, que ocupavam lugares distintos: as crianças acompanhadas de sua mãe, o garoto trabalhador formal (?) da banca de revista, o garoto trabalhador informal, engraxate, e um outro garoto que não podemos afirmar se trabalhava ou fazia compras para a família (outro tipo de trabalho, o doméstico). Todos eles usam calças compridas, diferentemente dos garotos que aparecem nas fotografias da periferia, que usam short (como se vê no trabalho de Carrijo (2001)). Sobre os diferentes trajes destes garotos, podemos dizer que eles já se vestem como adultos na aparência, mas é pelo trabalho que executam e não pelo traje que interpretamos sua entrada no mundo dos adultos. Em relação às duas crianças acompanhadas pela mãe, de modo diferente, poderíamos supor que desfrutavam a infância.

Assim, pode-se inferir que a segregação socioespacial da criança, ou seja, sua retirada da rua e depois da praça, foi seguida pela proibição (a um determinado grupo) de freqüentar este espaço. Não era a todas as crianças que se permitia perambular pela praça; ser trabalhador era uma das condições impostas para aqueles que Alves (2004) e Machado (1990) chamam de *menos favorecidos*.

Crianças de diferentes classes sociais foram registradas numa mesma representação, e nesse gesto podemos "encontrar as intenções do fotógrafo" e reconhecer o que Barthes (1984) chama de *studium.* Esses garotos existiram e estiveram na praça e foram reunidos ou não pelo fotógrafo. De acordo com Barthes, essa co-naturalidade entre foto e referente atribui singularidade à fotografia em relação a outros meios de representação, nos quais o referente é apenas uma "quimera". Barthes se apóia no fato de que perante a fotografia[116] não se poder negar que a coisa esteve lá, para afirmar seu discurso realista, segundo ele a essência da

[116] O noema: na fenomenologia, o espaço objetivo da vivência, isto é, o objeto, considerado pela reflexão em seus diferentes modos de ser dado: o percebido, o imaginado, o pensado, etc.

fotografia. Assim, comete o engano de confundir *a verdade* (da imagem) – isso foi – com a *realidade* (de sua origem, de sua produção) em uma emoção única (BARTHES, 1984, p. 116).

A partir dessas considerações, poderíamos concordar com Barthes (1984, p. 130) quando ele argumenta que "isso é isso", que "o que se vê no papel é tão seguro quanto o que se toca". Mas, por outro lado, o realismo fotográfico termina aí. Para a realização desta fotografia, o fotógrafo construiu uma pose, seja ao aguardar até que coincidissem diferentes garotos naquele local em um único fragmento de tempo e espaço, ou talvez convidar para fazer parte de uma mesma representação pessoas de diferentes classes sociais, tendo, assim, gasto um tempo e construído uma outra história, aquém da representação. Essas crianças perambulavam pela praça e sua presença aleatória foi alimentando ou construindo tal representação na imaginação do fotógrafo. Os garotos estavam dispersos e "ficavam, como esse menino, com a caixa nas costas perambulando à procura de freguês" (ALVES, 2004, p. 122), e o fotógrafo precisava reuni-los na plenitude de um único momento, que "não tem vaga" e ao qual "não se pode acrescentar nada" (BARTHES, 1984, p. 133), já que se situa dentro de um tipo diferente de fetiche. Ou seja, na foto, o "tempo" é obstruído, diferentemente da fluidez do cotidiano.

Neste ponto, a análise se volta, então, para os tempos anteriores e posteriores a esse instante único. Observando as fotos que integram o acervo Osvaldo Vieira Gonçalves, percebemos que, quando sua atenção se voltava para o espaço público, suas representações eram construídas de modo a privilegiar planos abertos, nos quais os sujeitos têm importância secundária, como diz Carrijo (2001, p. 104), um espaço dilatado, vasto, amplo, no qual as pessoas ocupam um lugar secundário e perdem importância e valor.

Assim como a fotografia da banca de frutas, outra fotografia, feita na praça Adolfo Fonseca, traz imagens de crianças, desta vez em segundo plano, fotografadas de forma indireta.[117] Trata-se de uma fotografia em que aparecem quatro sujeitos. Dois parecem ser trabalhadores – um varredor ou zelador da praça e um vendedor de picolé (?), em primeiro plano – e dois garotos supostamente *impertinentes*, já que se colocam de frente para o fotógrafo e parecem provocá-lo com sua presença e olhares. A julgar pela aparência, poderíamos supor se tratar de *garotos pedinchões*, *mendigos*, *menores abandonados* etc. Ou seriam garotos que, simplesmente, se recusavam a representar a pose proposta pelo fotógrafo

[117] Ao que chamamos de primeiro e segundo planos, Ferrara (1993), autora com a qual dialogamos no terceiro capítulo, define como "apreensão direta e indireta".

ou o papel de trabalhadores dóceis? Representariam a si próprios, sua liberdade de ir-e-vir, de não se enquadrarem numa determinada história?

Figura 20 - Imagem fotográfica, acervo Osvaldo Vieira Gonçalves: trabalhadores e garotos (pedinchões ou filhos) na praça Adolfo Fonseca.

A diferença entre os sentimentos de aceitação e recusa da ordem por parte desses garotos é de difícil constatação. Mas seus olhares podem nos fornecer algumas pistas sobre suas vidas e os lugares que ocupam na hierarquia social. Segundo Marques (2001), o olhar pode denotar situações constrangedoras, humilhação e vergonha. É através do olhar desses garotos que fotógrafo e leitores da fotografia, bem como aqueles que compõem a cena, são afetados. O olhar provoca uma tensão no ambiente. Para este autor,

> O olhar projeta desejos e sentimentos, indica regras, estabelece fronteiras nos relacionamentos cotidianos, assinala vigilância e demonstra repressão quando vê atitudes classificadas como constrangedoras à moral de quem vê e é visto. É nesse sentido que podemos dizer que o olhar que nos vigia já está interiorizado em nós mesmos fazendo de cada pessoa um instrumento de sua utilização [...] (MARQUES, 2001, p.137).

O olhar ou a sua negação pode compor a pose proposta pelo fotógrafo. Pedir que o retratado não olhe na direção do fotógrafo ou da lente pode reforçar o realismo fotográfico ou imprimir um ar de "naturalidade" à fotografia. O florista, apesar da proximidade do fotógrafo[118], olha para a frente, como se não percebesse sua presença, mas deixa transparecer, como analisa Carrijo (2001), sua fadiga, seu cansaço, sua tristeza e sua desilusão. E, de acordo com Marques (2001), seu constrangimento, humilhação e vergonha, além da tensão proporcionada pelo ambiente da praça e do fato de ter que se vergar diante do(s) outros(s).

Na representação da banca de frutas, o olhar não é direcionado ao fotógrafo. A mulher acompanhada por duas crianças pode, inclusive, não ter percebido sua presença, assim como os dois garotos que estão na banca. Já o engraxate parece ter sido colocado ali como por encomenda. Ele olha na direção das crianças e nos permite indagar se o fotógrafo não teria lhe sugerido tal gesto. Mesmo sem ver-lhe o rosto, podemos apreender seus sentimentos, assim como os sentimentos do florista.

Já na fotografia composta pelo varredor e o vendedor de picolé, os dois garotos *indesejáveis* parecem invadir a representação. Eles olham para o fotógrafo, em um gesto (ou pose) que pode ir do proibido ao desafiador e zombador. O olhar colabora na desconstrução do realismo fotográfico, uma vez que desvia ou concentra a atenção. Nas fotografias da periferia, podemos observar de forma mais evidente o olhar dos sujeitos retratados. Nas fotos de acidentes ocorridos nos trilhos da Mogiana, por exemplo, várias pessoas – adultos e crianças – olham na direção da câmera. Por um breve instante, o ato fotográfico chamou a atenção mais do que a *sublimidade* e o *assombro* do acidente. Estas imagens nos possibilitam sugerir que nas fotografias da periferia a representação ou encenação de uma pose é menos freqüente do que nas fotografias da área central da cidade[119].

---

[118] Sugerimos anteriormente que tal fotografia teria sido feita com uma lente normal, de 50 mm. Com esta lente, somente se aproximando do retratado é possível recortá-lo de forma que ele preencha toda a representação fotográfica.

[119] É com base nessa idéia, de que quanto mais ao centro maior a representação, que a política é abordada no terceiro capítulo, através dos monumentos ou de sua ausência.

2.7 A criança e o adolescente: diálogos com o presente

Figura 21 (a, b, c, d) - Fotos: Paulo Augusto, acervo pessoal: garotos fotografados na delegacia de Uberlândia.

Um passeio pela cidade, na atualidade, pode revelar “fachadas” ou facetas que remetem ao moderno e ao arcaico. Nas áreas centrais, temos a impressão de viver quase exclusivamente no mundo do trabalho e da produção: o mundo dos adultos, no qual as crianças, quando aparecem, estão geralmente acompanhadas por aqueles. Mas um outro grupo de crianças aparece em alguns cruzamentos, como vestígios de uma outra cidade. Pardas, negras, sararás, brancas, acompanhadas ou não, crianças e adolescentes “em situação de risco”. Elas nos possibilitam pensar no já antigo discurso eugênico do Estado Novo, e no “trabalho infantil de certo segmento social” e no “sofrimento decorrente das imposições da condição de classe – da pobreza e miséria”. (MARQUES, 2001, p. 19).

O estudo de Marques (2001) sobre as famílias de crianças trabalhadoras em Belo Horizonte nos permite comparar aquela realidade com a da cidade de Uberlândia. O autor diferencia o modelo de família idealizada – a patriarcal, burguesa – do modelo de família real – na qual, por exemplo, a mãe assume o papel de chefe, ou o pai está ausente por qualquer motivo ou, ainda, aquela em que o adolescente assume o lugar que deveria ser ocupado pelo pai. A dura realidade dessas famílias é vista como algo “natural”, afirma Marques (2001, p. 29), como se fosse um problema gerado pela irresponsabilidade dos pais e das mães, “sem implicações das condições sociais e históricas”. E completa: “colaborando para que essa situação venha se estendendo durante décadas na história social da criança pobre brasileira existe uma ideologia dominante que contribui para a associação pobreza/ criminalidade”.

Marques parece estar se referindo à cidade que pesquisamos e recortamos nas representações do Jornal algumas páginas atrás, quando argumenta que essas crianças, conforme relatam as famílias por ele pesquisadas, expõem-se a constantes perigos, em casa e na rua: condições de vida insalubres, perigosas e danosas, tentativas de rapto ou de estupro, assédio sexual, furto de mercadorias, assaltos, atropelamentos, humilhações e oferta de drogas (MARQUES, 2001, p. 73).

Mas se a rua oferece perigo, representa também, de acordo com o autor, um espaço lúdico e fascinante para quem vive confinado em becos ameaçados por balas perdidas ou por moradias com condições precárias (MARQUES, 2001, p. 90). No decorrer de pesquisas realizadas em áreas mais afastadas da cidade – nas periferias –, deparamos com um grande número de crianças nas ruas. Ficava evidente o contraste entre as representações da cidade: a cidade higienizada e disciplinarizada e a cidade “atrasada”. Nessas áreas, as crianças parecem ser mais livres – soltam papagaio, jogam futebol ou bolinha de gude – ou parecem simplesmente abandonadas pelos pais, que podem estar trabalhando no interior das casas ou bem longe dali. Mas aparecem também os pequenos trabalhadores. A observação de um

desses garotos suscita algumas reflexões sobre o trabalho do repórter fotográfico, sobre características da representação fotográfica e a pesquisa empreendida.

Figura 22 - Foto: Paulo Augusto, trabalho de campo: criança se diverte imitando o pai trabalhando no bairro Esperança.

A imagem dada à percepção retrata o trabalho infantil na periferia. Fato suficiente para *ilustrar* nossa pesquisa ou uma reportagem jornalística e colocar as áreas periféricas da cidade como "atrasadas". Mas é preciso, ainda, fazer referência à ética do ato fotográfico e ao uso ético da imagem fotográfica. *Fora de campo* estava um homem que – a julgar pela proximidade do garoto e pela preocupação denotada pelo olhar dirigido ao "intruso", o fotógrafo – poderíamos dizer, zelava para que o garoto tivesse seu momento de brincar de trabalhar . Dito de outro modo, a criança brincava de trabalhar vigiada pelo pai a alguns metros. Assim, a representação pode ser utilizada de modo dúbio e muitas vezes de maneiras diametralmente opostas, como nos alerta a realista Susan Sontag (2003), ao tratar das diferentes interpretações ou "dificuldades de comunicação" provocadas pela fotografia.

Esta autora argumenta que "as fotos são meios de tornar "real" (ou "mais real") um/algum assunto que as pessoas socialmente privilegiadas, ou simplesmente em segurança, talvez preferissem ignorar". Mas nos alerta para o fato de que "todas as fotos esperam sua vez de serem explicadas ou deturpadas por suas legendas", que basta "mudar as legendas para

poder utilizar e reutilizar" a fotografia, e ainda, que "em contraste, imagens que apresentam provas que contradizem devoções acalentadas são invariavelmente descartadas como encenações montadas para as câmeras". (SONTAG, 2003, p. 15). Suas considerações suscitam mais dúvidas que certezas. Assim, concordamos com Veyne (1987)– que defende que devemos olhar outras faces do objeto para fazermos uma consideração mais aprofundada sobre a realidade –, e com Marques, que defende que devemos

> penetrar nos sistemas imaginário, cultural e simbólico de cada sociedade e de cada época. Essas idéias são construídas socialmente e estão inscritas nesses sistemas. Sendo assim, o debate em relação ao campo simbólico e a ideologia que participam desse quadro deve acompanhar as discussões sobre os processos produtores das condições materiais de vida dessa população, pois apresentam mecanismos complementares que devem ser compreendidos na sua complexidade e transformados, visando a uma organização social que reconheça esses seres humanos como sujeitos com direito a ter uma proteção social e a ser percebidos como cidadãos (MARQUES, 2001, p. 83).

No momento em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completa a maioridade, 250 milhões de crianças trabalham em situação ilegal em todo o planeta. No Brasil, várias iniciativas por parte de governos, conselhos de direitos e organizações não-governamentais procuram apoiar o ingresso, a permanência e o sucesso de crianças na escola, através do apoio às famílias. Mas a maioria dos programas, ao propor retirar as crianças das ruas, parece se confundir com o discurso higienista e disciplinarizador de décadas anteriores. Além disso, mesmo cheias de boas intenções, as propostas representam uma gota num oceano de questões por resolver.

Apesar da mudança significativa provocada pelo Estatuto, em várias cidades brasileiras, crianças e adolescentes podem ser vistos guardando carros ou vendendo balas e chicletes nos cruzamentos, ou pedindo esmola. Os semáforos[120] das grandes cidades parecem ser os lugares preferidos pela imprensa para retratá-los. Mas não são os únicos, Crianças e adolescentes também podem ser vistos trabalhando em suas próprias casas, cuidando de irmãos e realizando tarefas domésticas enquanto os pais trabalham fora, ou trabalhando para outras famílias. No trabalho fora de casa, doméstico ou não, eles são expostos ao assédio sexual e a outros tipos de violência. Muitas meninas são, inclusive, invisíveis às estatísticas, como é o caso das que trabalham em troca de abrigo, alimentação e vestuário.

---

[120] A palavra semáforo, curiosamente, quer dizer portador de sentido.

Na cidade ou no campo[121], muitas crianças e adolescentes trabalham longas jornadas, com renda insignificante e ou insuficiente, mutiladas e ou desnutridas, infestadas de vermes e intoxicadas pelos agrotóxicos, em detrimento da escola (desinteressante, segundo elas mesmas) e, conseqüentemente, de seu próprio futuro. Trabalham muitas horas sem reclamar, sem direitos trabalhistas, sem documentos, com salários inferiores aos dos adultos, e não dispõem de benefícios e capacidade de organização sindical, sendo por isso, trabalhadores preferenciais, já que (mais) dóceis. Por meio do trabalho, a criança é socializada desde cedo para ocupar o seu lugar em uma sociedade estratificada, onde desempenhará funções subalternas.

Parte das crianças moradoras das cidades retira seus rendimentos de atividades ligadas à manipulação de drogas e armas. Além da melhoria de sua auto-estima, o mundo das drogas lhes dá um poder (simbólico e ou ecônomo) que não conseguiriam em outra atividade. Em contrapartida, o mundo das drogas sujeita crianças e adolescentes aos percalços da ação da polícia e da justiça ou dos grupos de extermínio. Além da exploração do trabalho e da cooptação para o mundo das drogas, crianças e adolescentes também estão sujeitos à prostituição, à pedofilia e a vários outros tipos de exploração e violência, que produzem na sociedade uma percepção distorcida de suas particularidades.

Mas no Brasil, apesar dos avanços, a escola ainda é tida por crianças e adolescentes como um espaço da "aprendizagem" repetitiva, desinteressante e castradora. Além disso, existem casos em que a educação cria um abismo entre pais e filhos. Para algumas famílias, o trabalho representa um mecanismo disciplinador capaz de afastá-los dos males das ruas, sendo por isso uma "escola". Sendo assim, a sociedade continua tratando a criança que circula pelas ruas/trabalha... como um *menor*, um problema, e se esquece de que ela é apenas um vestígio, um sintoma – assim como a fotografia – de uma sociedade doente que, para ser examinada e

[121] De acordo com Irma Rizzini (2007), uma das autoras consultadas para a pesquisa, os menores podem ser vistos trabalhando em fábricas de calçados de fundo de quintal; em atividades ligadas a empresas "idôneas" que não assinam suas carteiras e lhes pagam um salário ínfimo; nas fábricas de redes da cidade de Jardim de Piranhas, situada no sertão paraibano; nas fábricas de plástico e vidro em São Paulo; nas fábricas e ateliês familiares de calçados e bolsas no Rio Grande do Sul; em atividades ligadas à agropecuária – produções de cana-de-açúcar, de sisal e de fumo; na fruticultura, horticultura; em atividades ligadas à agricultura familiar no Sul do país, em lavouras do Vale do Rio Pardo; nas colheitas de tangerina e laranja de Montenegro; na agroindústria mineira espalhando agrotóxicos pelas plantações ou colocando veneno nos formigueiros nas fazendas de plantações de eucalipto; polinizando as plantações de maracujá no norte do estado do Rio; catando restos de minérios de cassiterita nos garimpos de Rondônia; pegando em foices na zona da mata pernambucana; nas lavouras e indústrias de sisal no sertão baiano; colheita de laranja em Sergipe; na colheita de mandioca no noroeste do Paraná; na produção de fumo no Sul; na produção de tijolos em Serra Talhada; quebrando pedra para produção de brita em Pernambuco; nas pedreiras de Santa Luz na Bahia; na extração de pedras semipreciosas no norte de Porto Alegre etc.

diagnosticada, requer um retorno a questões mais amplas, que englobam a família, a escola, o trabalho, entre outros elementos.

Para finalizar este capítulo, expomos uma fotografia de um menor trabalhador que, assim como aquele florista da década de 1950, é passível de ser encontrado trabalhando na Praça Tubal Vilela ainda nos dias de hoje.

Figura 23 - Foto: Paulo Augusto, acervo pessoal: menor trabalhador, Praça Tubal Vilela.

CAPÍTULO III

Imagens da cidade moderna

Figura 24 - Foto: Paulo Augusto, arquivo pessoal: Bairro Morada Nova, situado ao Norte da cidade, a aproximadamente 20 km da área central.[122]

Figura 25 - Foto: Paulo Augusto, acervo pessoal: Bairro Prosperidade, região Leste da cidade, a aproximadamente 7 km da área central.[123]

---

[122] Fotografia com apelo estético sobre a infância. O bairro Morada Nova mais se assemelha a um distrito ou setor de chácaras, com a maioria das ruas sem asfalto. Porém, de acordo com seus moradores, a maioria das casas possui água, luz e esgoto sendo comum encontrar cisternas. Os terrenos possuem área bem superior à média urbana. Possui escola e posto de saúde. Um monumento que se destaca diante das outras construções é uma igreja católica. A visita ao bairro foi feita numa segunda-feira, talvez por isso não houvesse muitas crianças nas ruas.

[123] Apesar do esgoto a céu aberto em várias ruas deste bairro, e da falta de asfalto etc., procurei, na ocasião desta foto, isolar a garota para ganhar em expressividade. O bairro se chama, ironicamente, Prosperidade. Foi um dos locais visitados em um sábado. Havia uma grande quantidade de crianças brincando: jogando futebol, andando

Neste capítulo, parto de considerações de alguns autores sobre a crise econômica existente no país dos anos 1980 e de publicações do Jornal Correio de Uberlândia no período de 1980 a 2000 para discutir questões relativas às periferias e à periferização da cidade. Nesse percurso até os dias atuais abordamos: a (nova) segregação social e espacial produzida pelos condomínios horizontais, a deterioração das relações sociais no espaço público, a estruturação (criação de redes urbanas) como fator de modernização, a luta dos *menos favorecidos* pela inclusão na modernidade, a espoliação urbana, e o sentido da política na atualidade como produtora das múltiplas realidades.

3.1 O texto fotográfico como fragmento da modernidade

No primeiro capítulo, apresentamos uma fotografia (p. 46) que nega a existência da periferia, em sintonia com o imaginário social que propõe ou impõe um ideal de cidade: a cidade estruturada (monumental) e bela, sinônimo de progresso e modernidade. Um recorte com enquadramento semelhante é encontrado no Jornal pesquisado, em várias datas comemorativas (tais como aniversário da cidade e de empresas), seja como material publicitário, seja como ilustração dessa modernidade. “Uberlândia é isto”, diz o texto que acompanha uma delas.

CORREIO DE UBERLÂN

Uberlândia 2000 — o desafio de um milhão de habitantes

Figura 26 - JCU, 18/07/1997, p. 1 - O imaginário e a cidade moderna

---

de bicicleta etc. Na ocasião, deparei com um grupo de pessoas vestidas de Papai Noel, distribuindo donativos para um grande grupo de crianças e fotografando suas próprias ações (assistencialismo?).

Além de fotos aéreas da área central da cidade, feitas por Oswaldo Naghettini na década de 1980, também encontramos fotos aéreas e terrestres das periferias, feitas nesse período e mesmo anterior, que coincidem com as administrações dos prefeitos Renato de Freitas e Virgílio Galassi[124]. Naghettini fotografou o espaço urbano a partir do solo e também sobrevoou e fotografou um conjunto de monumentos – a Catedral de Santa Terezinha, o Colégio Estadual (Museu), o Palácio dos Leões etc., – que representam a área central da cidade, conforme se vê no recorte do Jornal apresentado acima[125].

Em pesquisa intitulada *Uberlândia, da cidade jardim ao portal do cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro*, Soares (1995) afirma que, "apesar das críticas ao conceito de *elite* desenvolvido no âmbito da Ciência Política e da Sociologia, o mesmo apresenta-se como um instrumento válido no trato das questões envolvendo as relações entre o espaço e a sociedade", e que "as elites locais são compostas por agentes sociais de raízes heterogêneas: profissionais liberais, membros do empresariado local, das classes médias assalariadas do município, etc." (SOARES, 1995, p. 45, 46). Assim é que em Uberlândia os fotógrafos memorialistas trabalhavam próximos ao poder público municipal e empresas locais. Desse modo, o senhor Naghettini – profissional liberal e membro do empresariado local – fazia parte da elite local ou, no mínimo, construía para esta representações que ilustravam seus discursos.[126] Fato este, de certo modo, defendido também por Alves (2004, p. 44), quando diz que ele era reconhecido pela população como o fotógrafo oficial da cidade.

E se a fotografia não é um dado natural ou um testemunho inocente dos dados sociais (BORGES, 2003, p. 16), podemos dizer que o fotógrafo não domina toda a significação da imagem que produz e não está isolado em seu fazer documental (BURKE, 2004, p. 55). O campo da arte não se opõe ao da ciência, e a experiência estética não pertence a um pensamento particular, irredutível ao pensamento verbal (JOLY, 2006, p. 44). "As práticas sociais não se desvinculam das representações sociais, mas antes se interpenetram reciprocamente". Nesse sentido, o fotógrafo compartilha do "discurso de progresso e predestinação da cidade a tornar-se metrópole regional." (CARRIJO, 2001, p. 45).

---

[124] Sobre estes prefeitos, ver Soares e Machado.

[125] Uma dessas fotos que evidenciam a periferia pode ser observada no capítulo 1, e retrata um acidente nas proximidades da Estação de Ferro Mogiana, na década de 1950. Sobre esta foto, não podemos afirmar ser de autoria do senhor Oswaldo ou se de seu pai, Ângelo Naghettini, já que está identificada genericamente dentro do acervo Oswaldo Naghettini, composto por fotografias dos dois fotógrafos.

[126] De acordo com Sérgio Naghettini, filho de Oswaldo Naghettini, em entrevista concedida ao autor deste trabalho em 2005, seu pai fez vários trabalhos para os prefeitos Renato de Freitas e Virgílio Galassi entre 1970 e 1980. Além da proximidade física entre o estúdio de Naghettini e a prefeitura, nessa época, cabe ressaltar que o fotógrafo recebia em seu estúdio a visita do então prefeito, e que teve amizade com Rondon Pacheco. Político atuante na história de Uberlândia e do Brasil, Rondon Pacheco foi um dos articuladores do desenvolvimento da geopolítica durantes a ditadura, assunto discutido no primeiro capítulo.

Em outro conjunto de imagens, Naghettini aproveita a ocasião do vôo e faz o que Sérgio Naghettini descreveu como "fotografias feitas para ele [Oswaldo Naghettini[127]]", para o seu acervo pessoal. Nessas fotografias aparecem grandes espaços vazios, traçados por ruas que se deslocam para o infinito e se cruzam com trilhas feitas por peões. Essas fotografias nos chamam a atenção por negarem, de certo modo, o ideal da modernidade, uma vez que representam a cidade quase sem estrutura urbana[128].

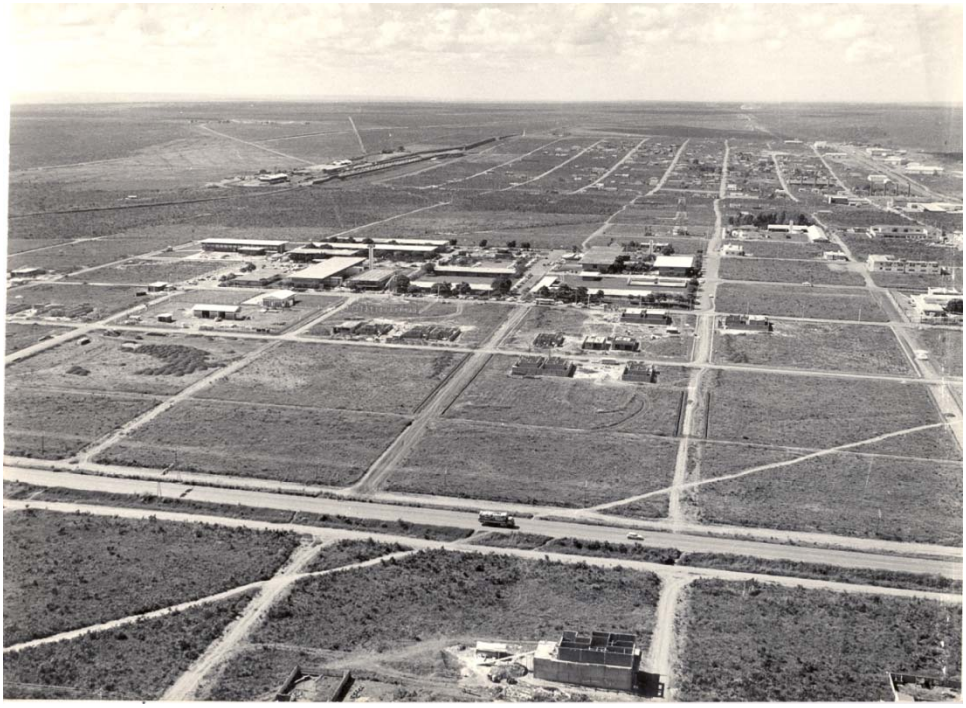

Figura 27 - Imagem fotográfica, Acervo Oswaldo Naghettini, década de 1940: Campus Umuarama, construção da Escola de Medicina.

Nessas várias fotografias aéreas[129], os extremos das ruas traçadas em xadrez se perdem no "infinito" onde são construídas algumas obras "monumentais": a implantação da

[127] O acervo Oswaldo Naghettini é composto por fotografias de sua autoria e fotografias feitas por seu pai, Ângelo Naghettini. É o acervo que tem a maior quantidade de fotografias (aproximadamente 4.500) e que contempla a maior diversidade de temas entre os espaços público e privado. O senhor Naghettini acreditava, de acordo com o relato de seu filho, que a cidade iria se transformar rapidamente. Em algumas ocasiões ele procura registrar essa transformação rápida do espaço urbano. Volta a um mesmo lugar em distintos momentos e o refotografa, de forma a reproduzir o mesmo recorte ou enquadramento – por exemplo, alguns edifícios tendo a praça Tubal Vilela em primeiro plano, e algumas fachadas e ruas. Neste caso específico, optamos por não mostrar tais fotografias, uma vez que seriam usadas apenas como ilustrações e por não serem objeto de nossa análise.

[128] As redes de esgoto não podem ser percebidas na fotografia aérea, mas compõem o que podemos chamar de modernização do espaço urbano. Sobre essa estruturação ou modernização, discorremos mais adiante.

[129] Sobre as fotografias aéreas da década 1970/1980, vale dizer que encontramos aproximadamente 100 exemplares. Destas, aproximadamente 50 fotos eram da área central, e o senhor Naghettini parece sobrevoar em torno de um eixo, composto pelos monumentos. As outras 50 fotos são imagens das áreas periféricas da cidade e mostram, além das trilhas e ruas, grandes obras em construção ou ainda alguns monumentos.

Faculdade de Medicina (1959), hoje campus Umuarama da Universidade Federal de Uberlândia, o prédio da TV Triângulo (1969), atual TV Integração, e sua torre são exemplos. Em todas as fotografias aéreas feitas pelo senhor Naghettini, seja da área central seja da periferia, não pudemos identificar sinais de pobreza, como barracos, apesar deles serem uma constante na história da cidade, conforme assinalam Soares (1988) e Machado (1990).

Essas fotos foram feitas porque aqueles para quem o senhor Naghettini trabalhava acreditavam em ou planejavam uma expansão horizontalizada, desnecessária, de acordo com Moreira (1991), ou por saberem que a cidade estava incluída em um planejamento geopolítico do Governo Federal, de acordo com Brandão (1989). Elas nos permitem também um diálogo com as várias formas de apropriação da cidade pelas imobiliárias, que vão construir ao longo de sua história a segregação social e espacial. O conjunto de imagens fotográficas das periferias – que não são ilustrativas[130] do discurso sobre a modernidade – é, por isso, aqui utilizado como "fonte de pesquisa histórica"[131], uma vez que "funcionam como mediadoras e não como reflexo de um dado universo sociocultural." (BORGES, 2003, p. 18).

A elite levou a cabo o planejamento e a execução de novos bairros periféricos, que "foram, e ainda são, estrategicamente concebidos e executados em regiões distantes dos limites da cidade". (CARRIJO, 2001, p. 50)[132]. Esses espaços, interpostos entre as áreas centrais e as periferias distantes, estão presentes nas fotos de Naghettini e fazem com que a cidade cresça através de saltos (SOARES, 1988), e "a rua ou, no caso da cidade, as grandes avenidas preferenciais asfaltadas aparecem como elos de ligação entre a cidade e as novas

---

[130] Concordamos com Burke (2004, p. 66) que argumenta que mesmo as ilustrações podem ser tomadas como vestígio a partir do qual se pode construir uma interpretação sobre determinada cultura.

[131] De acordo com Borges (2005), a imagem fotográfica foi durante muito tempo rejeitada pelos historiadores metódicos (fim do século XIX e início do século XX) como fonte de pesquisa, uma vez que a história metódica era objetiva e a fotografia era vista como "reflexo do real" e, por isso, não preenchia os requisitos necessários para ser considerada como fonte de pesquisa, e foi, assim, deixada de lado. Foi durante muito tempo (anos 1940 e 1960) usada de forma ilustrativa. No Brasil, esta influência chega até os anos 1980. As imagens tornavam mais palatável o entendimento do que estava posto nas fontes textuais, como recurso didático e em posição subalterna ou como documento de segunda categoria. Sua inclusão nesse universo (documento) dependia, pois, de uma mudança do paradigma histórico, que é proposto pelos *Annales*.

[132] Em sua pesquisa, Carrijo (2001) utiliza fotografias deste acervo que representam a cidade de "um ângulo aberto", para falar de seu *design* como "uma construção estética e política instituidora e instituinte do imaginário social e este, por sua vez, instituinte da realidade concreta vivida". Ele argumenta que, ao fotografar de forma intensa a cidade, Oswaldo Naghettini a elegeu como sua. Sua cidade é aquela representada pelo recorte de sua área central, e as fotografias que denotam "outras cidades" foram guardadas em seu acervo pessoal. Carrijo compara "dois modelos de planejamento fundantes do urbanismo enquanto ciência" – progressista e culturalista – e argumenta que em Uberlândia predomina o primeiro (do xadrez), uma vez que nele prevalecem a racionalidade, a fé no progresso e um sentimento de modernidade, além de valores práticos de higiene e produtividade. "A máxima de que a menor distância entre dois pontos é uma reta foi levada às últimas conseqüências na urbanização moderna. A direção adquire um sentido ético, estético e simbólico, criando um espaço urbano organizado como civilizatório, racionalizado e disciplinador". A linha reta predominante no tabuleiro de xadrez desta cidade estaria, em seu entendimento, ligada à monumentalidade e à beleza. Uma, produtora de "assombro, terror, reverência, magnificência, medo; ao passo que o belo está relacionado ao amor, prazer, simpatia." (CARRIJO, 2001, p.38-41).

áreas". (CARRIJO, 2001). Além disso, a distância entre as periferias e a sede do poder público funcionaria, nas palavras de Carrijo (2001, p. 50), como "estratégia de controle e domesticação da população pobre".[133]

Em 1985, algumas evidências da abertura política no país se tornam mais freqüentes nas páginas do Jornal. Este passa a apresentar a realidade de forma um pouco mais crítica: através da veiculação de charges sobre o cotidiano e a política, a publicação de longas e detalhadas crônicas sobre a realidade das periferias, com ênfase na imagem do "menor abandonado", utilizando a fotografia[134] para reforçar a retórica dessas crônicas. Com a abertura política, novas "imagens" veiculadas pelo Jornal denotam um grande abismo social, uma outra cidade é dada à percepção. Essas "novas imagens" ganham importância no Jornal e passam a ser objeto de preocupação dos políticos. Elas ilustram um discurso sobre a cidade e nos permitem fazer outras indagações sobre as transformações da periferia, as lutas de seus moradores, suas conquistas e perdas.

Figura 28 - JCU, 06/08/1989, p. 11, 12 – A periferia e o "menor abandonado" se tornam mais evidentes.

[133] Carrijo (2001) apresenta especificamente uma fotografia do bairro Luizote de Freitas, construído no final da década de 1970, mas sua observação nos serve também para falar da formação de vários bairros periféricos da cidade e da espoliação que se forma na cidade a partir da constituição desses bairros, assunto de que tratamos mais adiante.

[134] A partir de 1988, as imagens fotográficas marcam a chegada lenta da figura do fotojornalista ao jornal pesquisado e, quiçá, à imprensa de Uberlândia. Antes, porém, as fotografias eram utilizadas por este jornal de forma esporádica e em ocasiões especiais, como no caso do asfaltamento da avenida Afonso Pena, em 26 de abril de 1956. Nessa ocasião, por exemplo, a fotografia é utilizada como publicidade do serviço de clicheria inaugurado pelo Jornal. Em outras ocasiões, para registrar inauguração de empresas, como no caso das Casas Alô Brasil em 12de fevereiro de 1966, greve de estudantes nas capitais, em 26 de setembro de 1966, carnaval, em 21 de fevereiro de 1980 etc.

3.2 Fotografia e pesquisa sobre a cidade

O conjunto de fotografias de minha autoria apresentadas ao longo do trabalho foi obtido em duas etapas: a primeira, quando trabalhei para o Jornal, na condição de repórter fotográfico – entre maio de 1999 e fevereiro de 2000 e entre agosto de 2002 e maio de 2005; a segunda, durante a pesquisa de campo para esta dissertação. Assim, incluí algumas fotografias que, utilizando uma expressão cara aos historiadores, dialogam com o texto e servem aos propósitos próprios da interpretação. Boa parte desse segundo conjunto de fotografias, de certo modo, ilustra várias questões pontuadas pelos autores citados ao longo do trabalho. Já as fotografias de meu acervo podem ser lidas como um texto paralelo, um iconotexto.

De acordo com as considerações de Joly (1996?) sobre a imagem, as fotografias compõem mensagens feitas para o outro (mesmo que este outro seja nós mesmos), ao qual se deve buscar para compreender melhor a mensagem. No entendimento dessa autora, a função da mensagem visual seria determinante para a sua compreensão.

Samain (2005), por sua vez, argumenta que

> A *imagem* fotográfica foi, desde que surgiu, o ponto para onde convergiram múltiplos discursos: discurso técnico, estético, literário, filosófico, psicanalítico, semiológico, sociológico e antropológico; discursos sobre seus estilos, seus gêneros, seus possíveis usos; discursos daqueles que a faziam e debates que essa imagem suscitava nos meios artísticos (SAMAIN, 2005, p. 14).

De acordo com os vários discursos listados por Samain (2005), em *O fotográfico*, entendemos que a fotografia tem várias funções, as quais exploramos nesta pesquisa. Joly (1996) classifica essas funções da imagem fotográfica nas seguintes categorias: denotativa (ou cognitiva ou referencial), expressiva (ou emotiva), cognitiva, fática, metalingüística e poética.[135]

Concordo com Joly quando diz que "é difícil classificar certas imagens", e com Samain, em sua afirmação de que "ela é o ponto para onde convergiram múltiplos discursos". Procuro utilizar a fotografia neste trabalho de forma complementar à escrita, ou seja, como textos visuais que podem ser lidos para além do texto escrito, com funções que vão da

[135] Função denotativa, cognitiva ou referencial: que nos dá a conhecer algo sobre o que se está falando. Nenhuma mensagem [imagem] consegue ser absolutamente denotativa, mesmo se pretender isso (como a linguagem jornalística ou científica). Função expressiva ou emotiva: centra-se no emissário ou emissor – mensagem "subjetiva" com apelo emocional. Função cognitiva: implica o destinatário no discurso (interrogação, interpelação). Função fática: o contato. Função metalingüística: exame do código fotográfico. Função poética: trabalha sobre a própria mensagem, manipulando seu lado palpável e perceptível.

"simples" referencialidade[136] – em alguns casos – à função expressiva ou emotiva (JOLY, 1996, p.56), entretanto, buscando evitar o apelo emotivo ou a "espetacularização" da fotografia (MACHADO, 1990) e sem esquecer que ela compõe o discurso.

Outra justificativa para o uso da fotografia é o fato de ela ser uma mensagem apresentada em "bloco", uma "interseção entre o homem e o mundo" na função de duplo, ou seja, entre sagrado e blasfematório, e também porque "a interpretação de um texto lingüístico, imagético ou gráfico se estende para além dele, para o contexto de produção e o contexto anterior e o contexto de recepção" (JOLY, 1996, p. 62), que alcança o leitor através de sua "leitura", que entrelaça objetividade e subjetividade críticas. Além disso, a fotografia permite que várias áreas do conhecimento dela se utilizem para ampliar sua "visão" sobre o objeto em questão.

Dardon (2005, p. 95), em "O etnólogo e suas imagens", nos alerta para os perigos da banalização do uso da fotografia nas práticas de pesquisa das ciências sociais, além de defender, assim como Samain e Joly, que existem usos sociais da fotografia[137] e enfatizar a dificuldade de abordá-la – "o objeto na minha frente é um homem, um enxame de átomos, uma organização de células, um violinista, um amigo, um louco, e muitas outras coisas" –, e argumenta que o realismo fotográfico não é o único – "com o naturalismo na literatura, ou com o realismo acadêmico na pintura". Além disso, defende que "a significação de uma imagem permanece grandemente tributária da experiência e do saber que a pessoa que a contempla adquiriu anteriormente. Nesse tocante, a imagem visual não é uma simples representação da 'realidade', e sim um sistema simbólico". (DARDON, 2005, p. 101). Assim, às colocações feitas neste trabalho serão acrescidas outras, feitas por pesquisadores de outras especificidades que poderão ampliar o conhecimento sobre o objeto em questão, uma vez que, de acordo com este autor, "abrem a uma multiplicidade de sentidos, tornam possíveis numerosas interpretações." (DARDON, 2005, p. 103).

A contribuição de Novaes (2005, p. 107), através de seu texto "O uso da imagem na Antropologia", reside no fato de essa autora criticar "a pretensão" das ciências humanas de eliminar a subjetividade da pesquisa antropológica da imagem". Pretensão que, segundo ela, se deve à herança positivista e racionalista destas ciências. Novaes (2005, p.109) entende que "a imagem permite acessar conhecimento que não pode ser dado a ver através da narração

---

[136] A autora cita um caso em que uma fotografia de família, com função referencial (fulano quando tinha tantos anos), se mostrou também na função fática (a coesão do grupo familiar).
[137] Amador, profissional, publicitário, etc.

textual" literária, uma vez que ela torna "inteligível aquilo que é, antes de mais nada, do domínio do sensível". A autora prossegue dizendo que

> A consolidação da racionalidade e da possibilidade de um conhecimento positivo implicava, necessariamente, o abandono das paixões, da visão e da imaginação. A busca da ordem, de uma ordem que levasse a conseqüências e resultados, deveria impor-se sobre o acaso, a impermanência, as mutações. Daí a separação que seguirá entre o sensível e o racional, já que apenas o intelecto permitirá garantir se percebemos as coisas, se estamos dormindo, imaginando ou alucinando (NOVAES, 2005, p. 108).

As considerações de Novaes (2005) são bastante pertinentes para nossa análise, uma vez que partimos de duas fotografias que tão-somente ilustram um discurso que passa despercebido aos leitores de jornal.Em nossa pesquisa, elas são consideradas pontos de partida: a foto do florista e a foto aérea da área central da cidade. Essa autora considera que mesmo a imagem utilizada como ilustração nos permite estudar a realidade ou o contexto no qual ela foi produzida.

> [...] filmes de ficção podem ser utilizados para sondar "nossa realidade, estilos de vida, capacidade de moldar o comportamento, etc." [e que] "[...] tais como os rituais, condensam valores de uma dada sociedade, os conflitos típicos de determinadas relações sociais, estereótipos e práticas sociais do nosso cotidiano." [e] revelam não apenas aspecto de uma realidade retratada nas imagens, mas igualmente o olhar daquele que produziu aquelas imagens (NOVAES, 2005, p. 110).

> Imagens, tais como os textos, são artefatos culturais. É nesse sentido que a produção e análise de registros fotográficos, fílmicos e videográficos podem permitir a reconstituição da história cultural de grupos sociais, bem como um melhor entendimento de processos de mudança social, do impacto das frentes econômicas e da dinâmica das relações interétnicas [...] o uso da imagem acrescenta novas dimensões à interpretação da história cultural, permitindo aprofundar a compreensão do universo simbólico, que se exprime em sistemas de atitudes por meio dos quais grupos sociais se definem, constroem identidades e apresentam mentalidades. Não é mais aceitável a idéia de relegar a imagem a segundo plano nas análises dos fenômenos sociais e culturais (NOVAES, 2005, p. 110).

3.3 "A cidade sem crise"[138]

O contexto socioeconômico brasileiro que se configurou com a mudança de regime, de governo militar a democrático, nos anos 1980[139] é assunto abordado por Rolnik (1997) em *A*

---

[138] "Imagem da 'cidade sem crise' atrai novas favelas" (JCU, 02041989, p.5)

cidade e a lei. A autora afirma que havia uma crise internacional com repercussões para toda a sociedade brasileira, além de problemas internos que contribuíram para a intensificação das dificuldades enfrentadas pela sociedade brasileira nesse contexto:

> No final dos anos 70, o "milagre brasileiro" entrou em crise, ao mesmo tempo em que se intensificou a luta pela redemocratização do país [e] despontaram os primeiros sinais do aumento da taxa de desemprego e índices de inflação. A partir da crise econômica internacional e da política recessiva adotada pelo governo, os salários perderam cada vez mais seu poder de compra [...] (ROLNIK, 1997, p. 207).

Kowarick (2000), em *Escritos urbanos*, argumenta que o modelo de desenvolvimento brasileiro anterior à década de 1980 foi alicerçado no aumento da produtividade do trabalho com deterioração salarial. As conseqüências desta contradição foram funestas para a maioria dos trabalhadores, agravando seu histórico de pauperização. Entre as conseqüências sociais estão a desorganização familiar e a violência, num quadro que compõe o que ele chama de espoliação urbana. Esta, seria composta, também, pela "somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores" (KOWARICK, 2000, p. 20-21). Tal contexto de crise econômica deixa transparecer uma grande quantidade de pessoas empobrecidas nas grandes cidades brasileiras.

Na esteira de uma pesquisa feita pelo CEPES – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos Sociais, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia – em 1996[140], Leme (2001) realizou outra, sobre as "Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia"[141], que através de amostras abrangeu toda a cidade, desde a sua área mais central até as áreas distritais, com a finalidade de cadastramento das famílias, de modo a quantificar e identificar aquelas de baixa renda e suas reais condições de vida: composição familiar, origem das pessoas, sexo, idade, escolaridade, condições de atividade, de renda, de moradia e de saúde, entre outras. A partir dos dados coletados, Leme (2001)

---

[139] Em outubro de 1985, com a morte do presidente eleito, Tancredo Neves, que seria o primeiro presidente civil após anos de ditadura, assume o governo José Sarney.

[140] O relator cita a pesquisa feita pelo CEPES, em 1996, ponto de partida que, de acordo com ele, mostrou a realidade social de Uberlândia pela primeira vez: a da existência de um número alarmante de pobres e indigentes. E argumenta que passados seis anos desse trabalho, constata-se que a realidade não se alterou substancialmente e que a desigualdade e a exclusão social persistem e, em alguns segmentos populacionais, aprofundaram-se.

[141] Produzido sob a responsabilidade conjunta do NEDRU – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano, do NEST – Núcleo de Estudos de Economia Social e do Trabalho e do CEPES – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos Sociais, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

argumenta que a pesquisa põe em relevo o alto grau de heterogeneidade da cidade e sua condição de

> pólo regional importante, altamente urbanizado, ostentando um terciário moderno, que compreende ramos de ponta, a exemplo das comunicações, educação e transportes. Além disso, é reconhecidamente bem provida de infra-estrutura básica, que atende à quase totalidade dos domicílios – o que a coloca acima da média brasileira (LEME, 2001, p. 2).

Por outro lado, o pesquisador destaca que a urbanização acelerada e as políticas concentradoras de renda acentuaram a exclusão social, a degradação ambiental, a insegurança e a violência, reduzindo a qualidade de vida da população. Uma cidade de fortes contrastes, que "convive com marcas profundas de pobreza e indigência, fruto de uma estrutura social injusta, na qual cerca de 10,7% da população (aproximadamente 53,8 mil pessoas) sobrevive com renda *per capita* abaixo da linha de indigência". (LEME, 2001, p. 2).

Ao longo de sua história, a cidade passou a receber investimentos internos e externos, infra-estrutura urbana e, conseqüentemente, migrantes[142]. "Em 1991 [...], mais de 50% da população residente não era nascida em Uberlândia, e dos quase 360 mil migrantes [...], perto de dois terços eram nascidos em outros municípios mineiros". (LEME, 2001, p. 25). A pesquisa aponta também que os motivos mais alegados para mudança foram trabalho (64,6%), parentes (21,5%) e educação (7,4%).

A condição de ser migrante não se diz respeito somente a pessoas pobres ou abaixo da linha de indigência, fugindo de sua dura realidade. O crescimento da cidade diversificou suas demandas por mão-de-obra: da mais "desqualificada" à mais "qualificada". Apesar disso, uma parcela desses migrantes se confunde com a população local ou natural, pobre, empobrecida ou abaixo da linha de indigência. Essa parcela migrante parece disputar com os uberlandenses um espaço que não lhes pertence, e é objeto de discursos políticos, como o argumento de um prefeito[143]de que administrava a cidade para os uberlandenses e não para os migrantes. Este argumento pode ser ponderado através da pesquisa em questão, uma vez que

---

[142]De acordo com informações disponibilizadas pelo IBGE (disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2007), no Censo de 1996, a população residente em Uberlândia era de 438.000 habitantes; em 2007, de acordo a tabela demonstrativa da população residente, a cidade possuía 608.369 habitantes. Trata-se de um crescimento notável entre as cidades do interior de Minas Gerais e do Brasil, pois se constata um ganho populacional de aproximadamente 39% em pouco mais de dez anos. Esse número se torna ainda mais expressivo quando se considera que muitas cidades das regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Sudoeste Goiano tiveram redução do índice populacional, segundo os dados censitários.

[143] "Virgílio [Galassi] reafirma que não dará apoio a invasores sem-teto". Ele declara para o Jornal: "eu quero quero deixar claro – e que não fique nenhuma dúvida – que invasores, na minha administração não terão nenhum apoio. Eu recomendo que voltem para casa; voltem para o local de onde vieram, por que essas pessoas saíram de algum lugar e vieram para cá para pesar em cima da sociedade uberlandense." (**JCU**, 21/01/1992, p.10).

> é muito difícil para o poder público acompanhar o crescimento das demandas geradas por essa multiplicação do número de moradores: educação, saúde, transportes, habitação, lazer, segurança, etc. Sobretudo com o grau de exclusão social que os resultados da pesquisa de campo confirmam, pois são as pessoas e famílias excluídas que mais dependem das políticas públicas para sua inserção e garantia de um mínimo de qualidade de vida (LEME, 2001, p. 25).

Essas dificuldades devem ser analisadas dentro do contexto que se forma nas décadas de 1980 e 1990, que deixa transparecer o grande empobrecimento da sociedade brasileira, observado de forma efetiva através do aumento das periferias brasileiras e da deterioração do modo de vida nos diversos espaços urbanos. Leme (2001) oferece uma síntese do panorama econômico brasileiro nesse período:

> No início da década de 80 o Brasil foi submetido a um choque provocado pela alta da taxa de juros internacional e dos preços do petróleo e pela queda do preço das *commodities*, seguida pelo afastamento do País do sistema financeiro internacional. As autoridades econômicas priorizaram o controle das contas externas e internas, abandonando qualquer projeto de desenvolvimento econômico. [...] O Governo Collor, no começo dos anos 90, implementou uma política econômica nos moldes do receituário neoliberal e essa política foi mantida pelos demais governantes, ao longo da década. Dentre as principais medidas adotadas estão a desregulação financeira, o programa de privatização e a reforma comercial. O resultado da subordinação da política econômica ao projeto neoliberal foi a ausência de um crescimento auto-sustentado (LEME, 2001, p. 87).

Assim, de acordo com os autores mencionados acima, estaríamos diante de uma crise econômica que diz respeito a todas as cidades brasileiras. E o seu resultado pode ser observado contraditoriamente em Uberlândia, pólo regional que oferece mais oportunidades de inserção profissional e social.

O controle da entrada de migrantes pobres na cidade e sua devolução, seja para sua cidade de origem, seja para outra cidade de "sua" preferência, pode ser ponderado através da pesquisa de Soares (1995), *Uberlândia, da cidade jardim ao portal do cerrado.* Reportando sobre a década de 1980, ela cita dados do Núcleo de Atendimento ao Migrante (que funciona na Rodoviária) segundo os quais o número de migrantes teria aumentado em pelo menos 50% "nos últimos três anos"[144]. O migrante pobre podia permanecer na cidade por apenas três dias até que conseguisse uma ocupação, e quando isso não ocorria, a Secretaria de Ação Social o

[144] A informação deixa margens a dúvidas. A pesquisa de Soares, concluída em 1995, traz informações fornecidas pelo Núcleo de Atendimento ao Migrante em 1991. A autora anexa uma tabela fornecida pelo Núcleo, que permite constatar que entre 1983 e 1990 o número de migrantes atendidos por esse Núcleo cresceu 93%. Porém, esses dados não traduzem o número de migrantes existentes na cidade.

fazia retornar ao seu local de origem, pagando sua passagem. Já os migrantes pedintes eram recolhidos em uma Kombi[145] e, depois de alimentados, eram escoltados até o embarque para sua cidade de origem.

Mas o migrante em questão é aquele que podia ser quantificado (e controlado) devido às condições de sua chegada à cidade, via rodoviária, e que, provavelmente, era reconhecido (discriminado) por sua aparência. Já o migrante que chega à cidade com melhores condições sociais, como aqueles vindos de automóvel ou avião, não aparece nas estatísticas deste Núcleo, o que nos permite questionar sua eficiência e finalidade.

Figura 29 - Foto: Paulo Augusto, acervo pessoal: sem tetos despejados em desocupação de área invadida próximo ao bairro Taiaman.[146]

No caso específico da cidade de Uberlândia, o Jornal pesquisado mostra algumas famílias de trabalhadores desempregados mudando de suas moradias alugadas para lotes, em alguns casos irregulares, situados nas periferias, para sair do aluguel e continuar sobrevivendo. A estas famílias outras vêm se juntar. Provenientes de cidades da região e de

[145] Esta informação de Soares (1995) foi retirada da Revista Veja (18/11/87, p. 69). A Kombi, segundo a reportagem, pertencia à ICASU, Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia.

[146] O acesso à casa sempre foi seletivo e excludente, muitas vezes proibido para o operariado de baixa renda e trabalhadores desempregados, resultando nas muitas ocupações irregulares e formação de favelas, que ocorreram especialmente a partir dos anos 1980.

outros estados, elas compõem uma parcela dos moradores que foram chegando a Uberlândia no decorrer de sua história para tentar uma vida melhor. Assim, a crise brasileira – discutida por Rolnik (1999), Kowarick (2000) e Leme (2001) – e seu impacto no intenso processo de urbanização recente no Brasil impõe a necessidade de refletir acerca desses indivíduos e sua luta (por trabalho, casa, infra-estrutura urbana etc.) para sobreviver.

3.4 Diferentes "cidades"

Figura 30 - Imagem fotográfica, acervo Naghettini: Estádio João Havelange, década de 1980.

Figura 31 - Foto: Paulo Augusto, acervo pessoal: Poliesportivo do bairro Dona Zulmira: a cidade social.

Figura 32 - Foto: Paulo Augusto, trabalho de campo: bairro Celebridade, a cidade aguarda a modernidade.

No período pesquisado no Jornal para este capítulo, de 1980 a 2000, duas propostas políticas de administração estão presentes. Para diferenciá-las, chamo a primeira de "monumental" – que vai de 1977 a 1982 –, e à segunda, "participativa" – que vai de 1983 a 1988. Elas são abordadas na condição de "instrumento e representante de uma classe". Os encartes (cadernos publicitários) da primeira proposta e os *releases* (notícias oficiais: texto e fotografia fornecidos pela assessoria de comunicação, também com caráter publicitário), da segunda.

Da primeira proposta de administração, recortamos o período que compreende de fevereiro de 1980 a novembro de 1982; e da segunda, o período compreendido entre maio e dezembro de 1983. As diferenças temporais entre os recortes – 34 meses da primeira proposta e 8 meses da segunda – são justificáveis, uma vez que a proposta monumental é percebida na longa duração, e a proposta participativa é percebida em períodos mais curtos.

Uma afirmação de Caldeira (2003), em *A cidade de muros*, sobre a redemocratização do país, nos anos 1980, é bastante pertinente para a análise dessas propostas. Segundo a autora,

> Fazia parte do projeto de democratização a criação de uma esfera pública mais igualitária e, de fato, ele expandiu a cidadania política das camadas trabalhadoras que, através de seus movimentos sociais, pela primeira vez participaram realmente da vida política brasileira. Assim, é possível interpretar a retirada da elite para enclaves privados como uma forma de resistência à democratização (CALDEIRA, 2003, p. 283).

Na administração 1977 a 1982, observa-se no Jornal que fotografias de monumentos e textos alusivos a eles são destacados, tanto por meio de notícias factuais de cunho jornalístico quanto através de publicidades (encartes): Matriz de Santa Terezinha, Palácio dos Leões, Câmara Municipal, Palácio da Justiça ou Fórum Abelardo Penna. Nas áreas mais afastadas do centro, a cidade dá saltos em sua expansão (CARRIJO, 2001; SOARES, 1995), e a implantação de monumentos nesses espaços valoriza o seu entorno e dá lucro aos proprietários de imóveis[147] (SOARES, 1988).

Os encartes publicitários trazem, por exemplo, o Estádio João Havelange, com um enorme vazio ao seu redor (JCU, 15/05/1982, p. 1), em uma chamada publicitária para sua inauguração, que ocorreria dias depois, quando as fotos se repetem. O arruamento permite indagar sobre o loteamento do espaço daquele entorno. Alguns dias depois (JCU, 26/08/1982, p. 1), outro encarte exibe uma fotografia aérea colorida, chamando para a inauguração do Parque de Exposições Camaru e, mais adiante, para um evento na Praça Sérgio Pacheco[148]; uma foto aérea colorida do Parque do Sabiá convida para a inauguração do "clube de lazer dos trabalhadores" (JCU, 31/10/1982, p. 1).

O que está por trás desses monumentos é uma proposta política que, ao mesmo tempo, causa assombro e submissão perante a imponência das edificações. Além dos monumentos, as notícias factuais do Jornal nesse período reportam também as condições dos bairros, suas reivindicações e reclamações. O que mais se destaca são as notícias sobre as favelas e os programas supostamente desenvolvidos pela Secretaria da Ação Social (Pró-morar e Pró-casa) que, de acordo com o jornalista, pretendiam assentar favelados locais.

> Moradores do [bairro] Aclimação estão sem água há mais de quinze dias...uma comissão do chamado bairro Aclimação esteve em nossa cidade [...] o caminhão do Dmae não está mais fazendo as visitas [...] algumas casas conseguiram construir uma cisterna [...]. (**JCU**, 16/07/1980, p. 1)

---

[147] Vários beneficiados pela especulação imobiliária e valorização do entorno destes empreendimentos são apontados por Soares (1988; 1995).

[148] A praça Sérgio Pacheco está localizada na área central da cidade, ao lado do Terminal Central, e tem dimensões monumentais e grife do paisagista Burle Marx para valorização da área central. Ela foi construída no local de onde foram retiradas as residências de vários operários que, segundo Soares (1988), foram transferidos para as áreas periféricas.

> Moradores do [bairro] Luizote de Freitas vão ter associação para defender o seu patrimônio... atendendo às reclamações de alguns moradores, o vice-prefeito [...]. (**JCU**, 02/08/1980, p. 1)

> Em Uberlândia existem cinco favelas...a do rio Uberabinha [...] nas mediações do Jardim Maravilha [...] os favelados de Uberlândia não são marginais. O índice de desocupados é muito pequeno. A pesquisa mostrou também, que cerca de 90% desses [...] não vieram de fora, e sim, são residentes de Uberlândia, alguns egressos de nossa própria zona rural [...] [bairro] Saraiva, [bairro] Santa Rosa, ao longo da avenida Rondon Pacheco. (**JCU**, 05/10/1990, p. 1)

> Erradicação das favelas av. Rondon Pacheco, junto à Calu [...] av. João Naves de Ávila [...]. (**JCU**, 13/03/1982, p. 6)

> Promorar vai acabar com a favela [...] as moradias anti-higiênicas e em locais privativos, serão destruídas por máquinas [...] embora, a gente já esteja observando a formação de novos grupos à margem da estrada de Ferro [...] invadida por novos favelados, que começam a se deslocarem de cidades vizinhas [...]. (**JCU**, 27/11/1982, p. 1)

Essas notícias evidenciam um grande contingente de pessoas oriundas dos mais diferentes espaços e realidades: alguns, provenientes de áreas mais centrais, fogem do aluguel, outros chegam da zona rural, além daqueles que vêm de outras cidades e de outros estados. O Jornal passa a dar visibilidade a essas favelas e seus moradores, de forma mais efetiva, às vezes.

Na administração de 1983 a 1988, "participativa"[149], a publicidade é feita através de *releases*: informações – texto e fotografia – produzidas pela assessoria de comunicação e distribuídas à imprensa. A existência de um acordo entre prefeitura e jornal, para a veiculação destes *releases*, me foi confirmada por uma pessoa que trabalhou junto à assessoria de comunicação desta administração, mas pediu para não ser identificada.

Os trechos transcritos abaixo foram extraídos de edições referentes ao período entre 17 de maio e 16 de dezembro de 1983 e evidenciam as lutas dos moradores. As reportagens das quais foram retirados estes recortes são uma constante durante todo esse período. Estas "notícias" têm caráter oficial, mais do que jornalístico. Portanto, é como matéria publicitária que investigamos esses *releases*.

> Prefeito recebeu reivindicações de moradores de conjunto habitacional [...] Minas Gerais. (**JCU**, 17/05/1983, p. 4)

> Administração anuncia concessão de projetos populares. (**JCU**, 25/05/1983, p. 6)

> Moradores do Jardim Metrópole pediram asfalto ou bloquete. (**JCU**, 07/06/1983, p. 6)

---

[149] As publicidades desta gestão usavam o slogan "Democracia participativa."

Moradores querem rede de esgoto para o Jardim Umuarama.
(**JCU**, 08/06/1983, p. 6)

Prefeito confirma postos policiais para os bairros. (**JCU**, 10/06/1983, p. 6)

Visita [de secretários municipais] a escolas municipais. (**JCU**, 11/06/1983, p. 2)

[Bairro] Pampulha [...] prefeito interino ouviu moradores.
(**JCU**, 07/07/1983, p. 12)

Cerca de 60 líderes comunitários representando 19 associações de bairros de Uberlândia decidiram apoiar o projeto de reforma administrativa do executivo municipal [...] enviaram representantes à reunião os seguintes bairros: Lagoinha, Leão XXIII, Jardim das Palmeiras, Luizote de Freitas, Residencial Gramado, Pampulha, N. S. Graças, Tubalina, Industrial, Segismundo Pereira, Satélite, Oliveira, Cruzeiro do Sul, Progresso, Finotti, Presidente Roosevelt, Conjunto Bandeirantes, Marta Helena, Martins e Jardim Brasília. (**JCU**, 23/08/1983, p. 12)

[Prefeito] entrega praça e promete calçamento ao Bairro Alvorada.
(**JCU**, 02/09/1983, p. 1)

No [bairro] Marta Helena prefeito anuncia obras ao entregar asfalto.
(**JCU**, 02/09/1983, p. 6)

Luizote de Freitas terá sua área de lazer. (**JCU**, 02/09/1983, p. 6)

[Prefeito] entregou asfalto e meios fios a três [...] bairros – Tibery, Custódio Pereira e Santa Mônica. (**JCU**, 10/09/1993, p. 1)

Prefeito recebe teatro [Rondon Pacheco] (**JCU**, 09/09/1983, p. 1)

Prefeito inaugura praça em [distrito de] Martinésia. (**JCU**, 09/09/1983, p. 6)

[prefeito] entrega quadra no [bairro] Santa Luzia. (**JCU**,13/09/1983, p. 1)

Proposta [do prefeito] é ouvir o conjunto da sociedade. (**JCU**, 15/09/1983, p. 1)

[Prefeito] recebe [...] reivindicações do bairro Cidade Industrial.
(**JCU**, 15/09/1983, p. 6)

[Prefeito] reúne-se com moradores do N. S. das Graças e recebe reivindicações. (**JCU**, 15/09/1983, p. 12)

[Prefeito] duplica atendimento do programa municipal de creches.
(**JCU**, 15/09/1983, p. 5)

[Vice-prefeito] reuniu-se com [...] [distrito] Cruzeiro dos Peixotos.
(**JCU**, 07/10/1983, p. 6)

Em Tapuirama, [vice-prefeito] falou dos planos para 1984.
(**JCU**, 15/10/1983, p. 12)

Prefeitura abre ruas no distrito de Tapuirama. (**JCU**, 20/10/1983, p.12)

> Prefeito esteve reunido com trabalhadores ligados à igreja católica [bairro Bom Jesus]. (**JCU**, 09/11/1983, p. 12)
>
> Comunidade rural é consultada sobre o projeto. (**JCU**, 11/11/1983, p. 12)
>
> Prefeito reúne-se com moradores do Ipanema. (**JCU**, 15/11/1983, p. 6)
>
> Comunidade administrará centro social do [bairro] Tibery. (**JCU**,18/11/1983, p. 6)
>
> Moradores do Aclimação reivindicam melhorias. (**JCU**, 18/11/1983, p. 12)
>
> [Bairro] Tubalina terá pré-escola, posto de saúde e creche. (**JCU**, 01/12/1983, p. 1)
>
> [Prefeito e vice] levam energia a [distrito de] Miraporanga. (**JCU**,02/12/1983, p. 1)
>
> Parque do Sabiá [...] continuidade às obras iniciadas [por prefeito anterior]. (**JCU**, 02/12/1983, p. 6)
>
> Moradores do [bairro] Custódio Pereira opinam sobre o posto de saúde. (**JCU**, 13/12/1983, p. 6)
>
> Moradores do [bairro] Tibery vão [...] ganhar o seu centro social urbano. (**JCU**, 16/12/1983, p. 6)

Estas "reportagens" nos informam que o prefeito e seu secretariado iam ao encontro das associações de moradores, reuniam-se com elas, ouviam seus líderes e procuravam atender a suas reivindicações realizando obras de caráter social pelos bairros e distritos, obras voltadas para a micro-realidade dos sujeitos.[150] Através dessas notícias, os bairros são representados no cotidiano das páginas do Jornal com postura ativa e atuante[151].

As "imagens" desses bairros – "voz" e fotografia – parecem apontar um caminho de luta também para outro grupo que se encontra ainda mais à margem da cidade, para aqueles que não se reúnem em associações e nem possuem um teto. Além disso, os *releases* parecem apontar um caminho para o desenvolvimento de uma "história" um pouco diferente daquela escrita até então no Jornal. Nessa "nova história social", os moradores das periferias são apresentados fazendo reivindicações por melhorias urbanas – esgoto, água, luz etc. –, além de

---

[150] Sobre estas obras, cabe frisar que seria necessário outro tipo de investigação para saber de sua eficácia, o que não nos foi possível desenvolver aqui, devido ao curto tempo. Elencamos algumas palavras que aparecem vinculadas a essas reportagens e que destacamos, uma vez que denotam a modernização da cidade: saneamento básico (rede de esgoto), água encanada, abertura e melhoramento de vias públicas (asfalto, meios-fios), projetos populares, postos policiais, iluminação elétrica, policiamento noturno, escola e ampliação de escola, poda de mato, área de lazer, praças, quadras, creches, transporte escolar gratuito na zona rural, nucleação de escolas na zona rural, centros de saúde, farmácias escolares, aterro sanitário, estação de bombeamento de esgoto, poço artesiano, educação ambiental, lavanderia comunitária, reunião com ambulantes e artesãos etc.

[151] Kowarick (2000) aborda a questão dos movimentos sociais, e Moreira (1991) aborda a especificidade desses movimentos e lutas na cidade de Uberlândia.

lutarem para adquirir uma moradia, ou seja, para serem incluídos na modernidade proposta pela cidade.

Outras questões são passíveis de análise, mediante um levantamento mais minucioso. Por exemplo, se quantificarmos as pessoas assentadas em terrenos pela prefeitura ou que "recebem" casa própria, chegaremos a outras conclusões sobre o caráter das propostas políticas e o público a que se destinam.[152] Pudemos observar, por exemplo, que a posse de um terreno não resolve a questão da moradia e outros problemas sociais de muitos moradores instalados em barracos, que, devido à renda insuficiente, não conseguem construir suas casas. Sem falar nas implicações de tal situação no seio das famílias.

3.5 A vida privatizada:

Moreira (1991), em estudo sobre a *Formação e desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia*, de certo modo, concorda com Rolnik (1997) e Kowarick (2000) sobre a realidade atravessada pelo país e o processo de marginalização de uma parcela da população que não usufrui dos benefícios sociais gerados com o crescimento econômico entre os anos que vão de 1970 a 1990. Citando Kowarick, o autor defende que "essa deterioração não se refere apenas às populações marginalizadas (desempregados, subempregados, etc.), mas o próprio trabalhador assalariado tem visto seu padrão de vida despencar assustadoramente a cada ano". (KOWARICK, 1983 apud MOREIRA, 1991, p. 129).

Moreira define a periferia uberlandense a partir da "expansão horizontalizada desnecessária", nos termos da geografia[153] – composta pelo espaço "que está na parte mais externa de um corpo" ou "nas franjas da cidade", e na qual ocorreria uma proletarização do espaço, que tende a uniformizar as populações em termos de baixo *status* socioeconômico e baixo nível de urbanização – e da sociologia – "locais onde as classes trabalhadoras se reproduzem em péssimas condições habitacionais" ou locais em que a população apresenta "baixa renda diferencial" –, e conclui que "não existe uma periferia uniforme, um 'cinturão

[152] Análise que não pudemos empreender devido ao tempo curto e à profundidade desta questão, que poderia envolver, inclusive, o assistencialismo e o clientelismo existente entre a prefeitura e seus funcionários, além de funcionários de outras empresas. Soares (1988) aborda esse clientelismo na formação dos bairros Luizote de Freitas e Segismundo Pereira.

[153] Soares (1988 e 1995) discute o assunto da expansão horizontal desnecessária.

periférico' em torno da cidade, mas várias periferias com características e localizações diferenciadas no espaço urbano". (MOREIRA, 1991, p. 13)[154].

Na atualidade, a paisagem urbana periférica sofre alterações com a chegada de outras formas de ocupação, especialmente os condomínios horizontais que, instalados visando a classes sociais abastadas, assumem características de verdadeiros monumentos arquitetônicos, que celebram o consumo notável e socialmente distinto de moradia. Eles provocam um rearranjo na estrutura dos espaços periféricos e a conseqüente necessidade de redefinição de periferia. Em *Condomínios horizontais/loteamentos fechados e a vizinhança (in)desejada*, Moura (2008) aborda a especificidade e as transformações por que vem passando essa paisagem. São transformações que, de acordo com a autora, exigem que a periferia seja redefinida teoricamente, pois

> não pode ser mais caracterizada só pela falta de infra-estrutura, por casas inacabadas em função do processo de autoconstrução, pelos conjuntos habitacionais, pela população pobre e marginalizada. A periferia, atualmente, é também o local de moradia dos grupos elitizados, que impõem à paisagem periférica os seus "enclaves fortificados" [...] representados pelos condomínios horizontais. Eles são considerados como novas formas de *habitat* urbano, que exigem a (re)definição da forma e dos conteúdos da periferia urbana (MOURA, 2008, p. 2).

[154] Outro autor consultado, Octávio Rodrigues (1981), em *Teorias do subdesenvolvimento da Cepal*, parte da economia como mediadora para diferenciar periferia e centro, e países de economia periférica e de economia central.

Figura 33 - Foto: Paulo Augusto, trabalho de campo: Condomínio horizontal de um lado e pousios de outro, nas proximidades do Bairro Lagoinha.[155]

Para serem comercializados, esses produtos imobiliários exploram o imaginário da violência e o medo, são embalados sob a publicidade da segurança, de melhor padrão de vida, com valorização das áreas naturais e da distinção de seus moradores com relação aos demais habitantes da cidade. Os condomínios horizontais são determinantes do novo modo de vida no espaço urbano, já que produzem novas relações entre o espaço público e o privado e a deterioração das relações sociais no primeiro. Não são um produto acessível somente às classes abastadas, mas acentuam a segmentação do espaço e a separação dos moradores de acordo com as possibilidades econômicas e hábitos de consumo. Ademais, esses condomínios têm seu entorno "amplamente reestruturado" e "(re)valorizado em função de sua instalação" (MOURA, 2008, p. 24). Com a sua chegada, não é apenas a periferia que é ressignificada.

Ocorre uma inversão no modo de ocupação dos espaços da cidade pelas diferentes classes: os condomínios horizontais[156] acentuam o "crescimento horizontal desnecessário"

[155] O condomínio horizontal fica ao lado do bairro Lagoinha. Este bairro era estigmatizado no passado por abrigar portadores de hanseníase; hoje, é objeto de desejo das classes médias. Fica situado a aproximadamente 1 km do Campus Santa Mônica e do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal.

[156] O surgimento e a multiplicação dos condomínios fechados são assuntos abordados mais detalhadamente por Moura (2008) e Caldeira (2003). De acordo com Moura (2008, p. 53), os primeiros condomínios horizontais construídos na periferia de Uberlândia eram compostos por casas de campo ou segunda residência, utilizadas

(MOREIRA, 1991) e acirram a "segregação sócio-espacial, resultado do crescimento acelerado e desordenado do espaço urbano" (MOURA, 2008, p. 55). A periferia passa a ser um local dividido entre fora e dentro dos muros, sendo que grande parte da área externa é ainda carente de serviços sociais e de infra-estrutura adequada. E a área central – deteriorada pela poluição visual e sonora, pelo trânsito congestionado e pelo comércio intenso – deixa de abrigar boa parte das elites, refugiadas agora nos condomínios. A área central deixa de ser espaço exclusivo dos mais abastados, sendo ocupada também por pessoas de menor poder aquisitivo.

Relacionando os desdobramentos da abertura política e a chegada da periferia às páginas do Jornal uberlandense, podemos dizer que a década de 1980 marcou também o momento de ruptura na paisagem urbana periférica da cidade, ou seja, o início da implantação dos condomínios horizontais fechados. Os agentes imobiliários estavam sintonizados nas oportunidades da ocasião, como escreve Moura (2008, p. 83):

> Foi a partir da década de 1980 que as periferias "explodiram", em função da atuação dos agentes produtores e modeladores do espaço urbano, que contribuíram significativamente para a expansão do perímetro urbano e as mudanças na paisagem urbana periférica. A periferia era representada por uma paisagem inacabada, que se encontrava sempre em transformação, uma vez que era formada por conjuntos habitacionais, casas auto-construídas e favelas. Vários bairros, como por exemplo o Jardim Ipanema, Granada, Tocantins, Taiaman, Minas Gerais [...], surgiram na área periférica com muitos problemas de infra-estrutura. Contraditoriamente, outros, mais próximos à área central, e ela própria, recebiam toda a infra-estrutura necessária para manter o desenvolvimento da cidade. Essa dinâmica proporcionou uma grande diversificação do uso do solo da cidade e da própria territorialidade da periferia urbana.

Ainda sobre a realidade dos condomínios horizontais, destacamos o estudo de Caldeira (2003), *Cidade de muros*. Essa autora aborda questões referentes à estruturação urbana de algumas cidades paulistas[157], inclusive a capital, que consideramos relevantes na medida em que nos permitem uma comparação com a realidade de Uberlândia. Por exemplo, as cidades pesquisadas guardam semelhanças no seu processo de desenvolvimento, que indicam como os

---

apenas nos fins de semana. Ela cita os primeiros: Condomínio Morada do Sol e Mansões Aeroporto, na região Leste da cidade.

[157] De acordo com Caldeira (2003, p. 211), ao longo do século XX, a segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no espaço urbano de São Paulo. A primeira estendeu-se do final do século XIX até os anos 1940 e produziu uma cidade concentrada, em que os diferentes grupos se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, os grupos sociais estão separados mas com boa infra-estrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. E a terceira, a dos condomínios horizontais.

grupos sociais se inter-relacionam e se apropriam do espaço. Caldeira defende, por exemplo, que a cidade de São Paulo estaria passando por transformações que têm produzido espaços nos quais os diferentes grupos sociais, apesar de em muitos casos estarem próximos, “estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns”, ou seja, estariam restritos ao que ela chama de “enclaves fortificados” ou condomínios horizontais (CALDEIRA, 2003, p. 211).

Esse tipo de empreendimento imobiliário começou a se tornar comum na paisagem das periferias de Uberlândia e, assim como em São Paulo, a publicidade para sua venda articula “segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços”. (CALDEIRA, 2003, p. 265). Os moradores desses espaços viveriam “longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas e desenvolveriam um sentimento de negação com relação ao espaço público da cidade.” (CALDEIRA, 2003, p. 259).

Caldeira afirma que os condomínios horizontais são responsáveis não só pelas transformações da paisagem urbana, mas principalmente pelas transformações das sociabilidades urbanas. Eles impõem um modo de vida em que as relações públicas – heterogêneas – são substituídas por relações privadas – homogêneas –, relações “entre-muros” e “entre iguais”. A passagem de um modo de vida a outro teria como conseqüência, em seu entendimento, a degradação das relações sociais no espaço público, já que os moradores dos condomínios levariam para o espaço público seus hábitos de propriedade desenvolvidos nos condomínios.

A leitura de Caldeira (2003) possibilitou pensar que, por trás do *glamour* desses produtos imobiliários, eles despertam no seu consumidor um sentimento de desprezo pelo espaço público e pelas pessoas que nele circulam, ao mesmo tempo que, contraditoriamente, aumentam sua dependência dos moradores de fora para manter seus luxos, seja como empregado particular, seja como serviçal contratado pelas administradoras dos condomínios. Caldeira, de certo modo, corrobora esta idéia ao afirmar que as crianças criadas nos condomínios horizontais paulistas tendem a tratar os empregados do condomínio como se fossem empregados pessoais de seus pais. Essas crianças tendem a transferir seus hábitos de propriedade para o espaço público. Os moradores dos condomínios horizontais trazem seus hábitos privados para o espaço público e vivem nesse espaço uma vida artificial. Privados do contato real com a cidade, desenvolvem medo exacerbado da violência e passam a ser, dentro de seus automóveis, meros observadores do espaço urbano, vivendo um simulacro de realidade.

> Membros das classes altas temem o contato e a contaminação pelos pobres, mas continuam a depender de seus empregados pobres. Eles só podem estar angustiados para encontrar a maneira certa de controlar essas pessoas com as quais mantém tais relações ambíguas de dependência e evitação, intimidade e desconfiança. (CALDEIRA, 2003, p.272)

Medo e desconfiança traduzidos em muros altos, cercas elétricas, guardas armados e o vazio das ruas, compondo a "estética do medo", e permeando e deteriorando as relações sociais.

3.6 Fora dos muros: a questão da espoliação urbana

Moreira (1991) aborda uma questão levantada por Kowarick (1983): a da espoliação urbana. Esse autor faz um inventário de algumas destas espoliações, que ocorreriam toda vez que interesses privados, políticos e ou econômicos, prevalecessem sobre os interesses da coletividade dos cidadãos.[158] Alguns desses tipos de espoliação são destacados abaixo e brevemente comentados.

1 - O entrelaçamento entre interesses públicos e privados (econômicos);

2 - A externalização e sociabilização de custos sociais;

3 - O silenciamento da memória coletiva através da eliminação de "complicadores" dos movimentos sociais;

4 - A má qualidade de estrutura e serviços urbanos disponibilizados para a população;

5 - O comércio informal dos bairros e do centro como sinônimo de desemprego e subemprego;

6 - A autoconstrução como fator de super exploração da mão-de-obra do trabalhador e meio de barateamento de seus salários.

O entrelaçamento entre interesses públicos e privados pode ser percebido na apropriação privada do solo urbano pelos grandes proprietários imobiliários da cidade.[159] O poder público se confunde com o poder econômico e produz a segregação social e espacial, que deteriora o modo de vida das classes trabalhadoras. Além disso, os moradores de bairros

---

[158] Ainda de acordo com Moreira (1991), no caso específico da cidade de Uberlândia, a espoliação urbana seria feita, através de uma urbanização excludente, segregativa e concentradora, marcada pela displicência e omissão do Estado e dos poderes públicos em geral em relação aos processos de controle do uso, parcelamento e apropriação do solo urbano, deixando a construção e constituição das cidades ao "livre" jogo de mercado imobiliário que ocorreu no país, assim como em Uberlândia nas décadas que vão de 1970 a 1990. Nesta cidade, o "livre" jogo do mercado imobiliário inclui a vinculação orgânica entre gestores do município e o capital imobiliário, como é o caso do ex-prefeito Virgílio Galassi, que controlava o mercado de terra em vários locais da cidade, inclusive no bairro Patrimônio.

[159] Alguns autores, como Soares (1988), Silva Júnior (2008), Carrijo (2001) etc., enumeram alguns dos políticos proprietários imobiliários da cidade.

distantes socializam o custo da estrutura urbana – água, esgoto, luz etc. – que passa por esses grandes terrenos vazios até chegar a suas casas[160]. Apresentamos abaixo uma imagem aérea que permite visualizar a segregação social e espacial recorrente em todo o tecido urbano uberlandense (Figura 34). E em seguida, uma fotografia feita durante a pesquisa de campo, quando percorremos alguns bairros periféricos (Figura 35). Em ambas as fotografias dá para perceber os grandes vazios ociosos que aguardam valorização.

Figura 34 - Imagem fotográfica, Secretaria de Planejamento Urbano[161]: região Leste, área entre os bairros Aclimação e Alto Umurama, próximo ao aeroporto.

A imagem apresentada é da região Leste da cidade. No canto inferior direito aparece a ponta da pista do aeroporto da cidade. No canto inferior esquerdo, aparece o bairro Alto

[160] Assunto discutido por Soares (1988) e destacado no primeiro capítulo de nosso trabalho.
[161]Disponíveis em http://bastion.uberlandia.mg.gov.br/sedur/bairros/index.htm

Umuarama. Entre 1980 e 1990, esse bairro praticamente não existia, e nessa fotografia, de 2004, aparece “avançando” em direção ao topo da imagem. No topo da imagem, aparece o bairro Aclimação. Na parte inferior deste bairro, um grande descampado, uma área que na década de 1980 era bastante degradada, com voçorocas (grandes crateras que se formam no terreno devido a ausência de vegetação). Este vazio era ocupado por favelados que buscavam água naquela voçoroca e que foram retirados depois. Nos dias atuais, esse vazio está bastante valorizado, por situar-se entre dois bairros e por já ter recebido estrutura urbana; é um espaço que recebe condomínios horizontais.

Sobre o bairro Aclimação, poderíamos argumentar que, ao longo de sua história, os seus moradores vão sendo incluídos na modernidade, ao receberem água, luz, asfalto, etc. Mas a história deve abordar o passado, mais do que o presente. Através do passado podemos relativizar a formação da cidade e o imaginário dominante, e criticar o ufanismo de certos grupos produtores de segregação social e espacial, bem como abordar os vários tipos de espoliação urbana que contribuem para a deterioração do modo de vida na cidade do presente. Assim, é bastante pertinente lembrar que este bairro foi vendido sem infra-estrutura elementar, ficando durante muito tempo esquecido; que desde sua fundação, em 1977, até 1981, não existia linha de ônibus e as crianças tinham que andar 6 km, por uma estrada cheia de buracos, para ir à escola que ficava em outro bairro. Além disso, as ruas eram todas em declive e a erosão fazia estragos e ameaçava os moradores. Não havia esgoto, asfalto ou luz, e velas e lamparinas iluminavam as casas, conforme se lê em recorte de jornal destacado por Soares (1988, p. 114).

Hoje, a situação melhorou bastante, o bairro está valorizado, como foi dito acima; mas, se não volvermos o olhar para trás, a conquista de estrutura alcançada pelos moradores pode encobrir o passado de lutas e o longo processo de espoliação urbana, a estigmatização e o preconceito por que passaram aqueles moradores. Também não se pode esquecer que a “inclusão” desses bairros na atualidade serve a interesses outros, tais como a valorização de outras áreas, intermediárias, que vão ficar longe do mato, em espaço já estruturado, em condomínios horizontais. Mas este é apenas um dos casos de vazios urbanos em Uberlândia. Um acesso ao *site* de onde extraímos essa imagem, e onde se encontram vários mapas como este, pode dar uma dimensão melhor dessa questão.

Embora acredite que as lutas travadas pela população contra os poderes econômico e público são suficientes para desconstruir o mito do progresso para todos, concordo em parte com Moreira (1991, p. 169) quando afirma que o que predomina é um modelo no qual o Poder Público Municipal continua valorizando seus monumentos e privilegiando uma

representatividade “que se afirma capaz, mas não consegue responder às demandas populares”.

À medida que se faz necessário aos grupos proprietários, a classe trabalhadora vai sendo incluída na modernidade. Kowarick argumenta que

> as classes trabalhadoras não permanecem totalmente excluídas de melhorias em relação aos bens de consumo coletivo. De um lado, por que em certa medida é preciso que a força de trabalho se reproduza para o capital, o que supõe o acesso, mesmo que precário e residual, a certos serviços que são criados pelos vários escalões do governo. Por outro lado, por que o Estado precisa aparecer como “agente ecumênico”, que zela pelo interesse de todos. (KOWARICK, 1983 apud MOREIRA, 1991, p.62).

Assim, os moradores de bairros como o Aclimação continuarão sendo incluídos na modernidade como produtos políticos que atendem, primeiramente, ao mercado específico da política atrelado ao mercado econômico. Ou ainda de acordo com Kowarick (1983 apud MOREIRA, 1991, p. 62) certos benefícios urbanos podem e, de fato, são levados a cabo de maneira a proporcionar rendimentos políticos que freqüentemente se situam numa escala muito superior ao realmente realizado.

Figura 35 - Foto: Paulo Augusto, trabalho de campo: Vazios urbanos valorizados pela infra-estrutura na região Sul da cidade.

Uma reportagem do Jornal Correio, de 1995, sobre os vazios urbanos, permite pensar também em outros fatores que compõem a espoliação urbana:

> Duas Uberlândias – Uberlândia tem hoje 96.823 residências cadastradas, que pagam IPTU, e para se construir mais de cem mil casas não é preciso mais nenhum gasto com infra-estrutura básica. É que as 92.077 lotes cadastrados representam mais do dobro da área com residências. Para se construir novos conjuntos habitacionais, o município não precisaria construir nem um metro de rede de água e esgoto, nem instalar um poste para energia elétrica. A quantidade de lotes vagos, espalhados por toda a cidade, encarecem a vida da população que paga pelos serviços que passa pelos terrenos vazios. O transporte coletivo é um dos exemplos. O preço da tarifa tem é [sic] medido pela média de quilômetros percorridos. Os ônibus poderiam diminuir esse percurso, se não tivessem de passar por tantos lotes vazios (**JC**, 08/01/1995, p. 1).
>
> [...] um espaço impressionante que fica ocioso no espaço urbano à espera de uma melhor e constante valorização [...], o custo final [do transporte, p. ex.] acaba no bolso da camada social menos favorecida. É ela que utiliza o transporte e poderia pagar menos por ele [...], em termos percentuais, são 45, 69% dos imóveis cadastrados na prefeitura que estão sendo especulados, contra 54,30% que foram construídos [...], cada área cadastrada pode abrigar 50 ou 100 terrenos... Para [o secretário municipal de finanças] "o problema é econômico e deve ser tratado como tal. É preciso equacioná-lo sem agredir as pessoas", enfatizou [...] "há o problema da maioria dos cidadãos que pagam mais caro pelos serviços, em detrimento dos especuladores, o que acaba socializando o problema" (**JC**, 08/01/1995, p. 6).

Nesses trechos percebemos que o poder público estava consciente deste tipo de espoliação[162], através da entrevista do secretário municipal de finanças, que o considera um problema "econômico" e admite que "acaba socializando o problema" com toda a população.

A espoliação ou repasse de despesas é próprio do modo de produção do espaço urbano capitalista e pode ser observado, ainda, em outro exemplo citado por Moreira (1991, p. 154-167): a luta dos moradores do bairro Tibery, representados por sua Associação de Moradores, contra a poluição provocada pelas cerealistas, em 1991. O autor evidencia o jogo de interesses no entrelaçamento entre o político e o econômico, a tentativa de silenciar a memória coletiva através da eliminação de "complicadores" dos movimentos sociais (inclusive com a omissão da imprensa), a omissão do poder público e as pressões do poder econômico das cerealistas – ameaças anônimas, amedrontamento da população, pressões psicológicas e agressões físicas. Os problemas respiratórios causados pela poluição do pó de arroz se arrastaram por muito tempo, e só foram resolvidos graças à persistência dos moradores.

---

[162] A espoliação produzida pelos grandes vazios urbanos é ampliada pela "industrialização a qualquer preço", ou seja, o privilégio, instituído na cidade pelo poder público, de implantar infra-estrutura e oferecer vantagens às empresas para se instalarem no município, conforme explanamos no primeiro capítulo.

Outro aspecto da espoliação urbana, abordado por Kowarick (2000), é a superexploração do trabalhador através da autoconstrução da casa própria. Este aspecto pode ser observado na cidade de Uberlândia através da desfavelização de alguns bairros, ao longo de sua história e no presente. A autoconstrução e ou desfavelização[163] tem a característica de transformar "ex"-favelados em proprietários e, com isso, inverter a lógica da propriedade privada, transformando o trabalhador em proprietário. Ao auxiliá-lo, através da venda de lotes subsidiados ou não e na (auto)construção de sua casa através de mutirão, o poder público rebaixa níveis salariais e, "direcionando e apropriando-se dos investimentos públicos, repassa para o trabalhador e sua família o ônus da sua própria reprodução." (KOWARICK, 2000).

Figura 36 - Foto: Paulo Augusto, trabalho de campo: Autoconstrução no bairro Celebridade, região Leste da cidade.

A espoliação ocorre também com a omissão do poder público, verificada na venda irregular de loteamentos sem infra-estrutura. Moreira (1991) cita o caso do bairro Shopping Park[164], lançado em 1987, como "um exemplo que demonstra a 'incerteza do jogo de mercado' e o oportunismo do capital imobiliário especulativo":

---

[163] Na página XX, nas citações sobre a proposta participativa de governo, dentre outros momentos, podemos observar algumas questões sobre a autoconstrução.

[164] Soares (1988) cita vários outros bairros onde ocorre este e outros tipos de espoliação, por exemplo, a subprodução da casa com materiais de qualidade inferior. Entre eles, o Luizote, o Morumbi, o Aclimação etc.

> O loteamento foi anunciado e todo vendido a preços bem acessíveis, porém antes de sua aprovação pela Secretaria Municipal de Obras. Após estudar as diretrizes de implantação, a Secretaria concluiu não ser possível a construção no local de uma rede de esgoto adequada, pois os dejetos teriam de ser lançados no Rio Uberabinha [...] decidindo então pela não aprovação [...] Os condôminos, que ouviram da imobiliária, à época da venda dos terrenos, a promessa que estes seriam entregues com toda a infra-estrutura [...] mesmo com os pagamentos quitados, não receberam (maio/91) sequer a escritura [...] Os compradores, que também são contribuintes, portanto pagaram a conta duplamente: pelos terrenos que não possuem e pela displicência e omissão do poder público municipal [...] (MOREIRA, 1991, p. 148).

A espoliação pode ser percebida também na ausência ou insuficiência de infra-estrutura e oferta de serviços urbanos para os bairros periféricos, tais como o transporte coletivo. Um exemplo de espoliação que não se restringe apenas às áreas periféricas, mas que permeia toda a cidade, pode ser visualizado na superlotação do transporte coletivo.

Figura 37 - Foto: Paulo Augusto, trabalho de campo: Ônibus lotado no trajeto entre os terminais Santa Luzia e Central[165]

[165] A cidade experimenta um desequilíbrio notável que se reflete em suas redes urbanas, saturadas de veículos, cargas e passageiros, assim como em seus serviços mais essenciais, como a segurança pública – a cidade se torna incapaz de dar conta da violência visível e detectada na prosa mais corriqueira, na imprensa e reproduzida sistematicamente tanto nas ruas do centro como nos bairros periféricos. Além de tornar passageiros alvos fáceis para punguistas, a lotação compõe a deterioração do modo de vida na cidade.

Uma análise quantitativa e qualitativa do conjunto de violências cometidas contra as populações *menos favorecidas*, através das espoliações urbanas, pode nos levar ao argumento de que a reação política contra tais violências é aparentemente pequena, se levarmos em consideração a repressão, nas mais variadas formas, que o abuso do poder gera. Práticas herdadas de um passado próximo, de um imaginário social autoritário, que associa miséria e cor de pele a violência e delinqüência. Cotejando-se os estudos de Moreira (1991) e Kowarick (2000), observa-se que as espoliações ocorridas em São Paulo se repetem por aqui com algumas semelhanças também na repressão à violência e à condição de subcidadãos[166].

> A condição de subcidadão como morador das cidades constitui forte matriz que serve para construir o diagnóstico da periculosidade. Pessoas com as características aqui assinaladas [jovem, de tez morena ou escura, mal-vestido, de aparência subnutrida] formam o majoritário resíduo que mais freqüentemente é humilhado, maltratado, espancado, torturado ou assassinado pela polícia. Vale citar [o Cel. Erasmo Dias, Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo,] : distinguir marginais de cidadãos comuns [...] pode ser feito com uso de bom senso. Mesmo porque o bandido tupiniquim, o nosso bandidão [...] tem tipologia definida, está sempre abaixo da média. É subnutrido, malvestido, subempregado, enfim tem psicossomática definida. A aparência geral dos bandidos é idêntica (KOWARICK, 2000, p. 55).

Esse perfil discriminatório descrito pela polícia parece ser também o de alguns trabalhadores/ moradores da periferia descritos por Kowarick, submetidos a longas jornadas de trabalho, ao desemprego e subemprego, à dilapidação da energia física e mental, “subnutridos, moram em habitações precárias e desprovidas de infra-estrutura, não têm acesso a serviços médicos adequados ou ao sistema educacional, elementos entre outros, fundamentais para a reprodução da força de trabalho”. (KOWARICK, 2000, p. 22).

---

[166] Kowarick se refere em seu texto a uma declaração do Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Coronel Erasmo Dias, ao Jornal Última Hora, de 22/05/1976, p. 8.

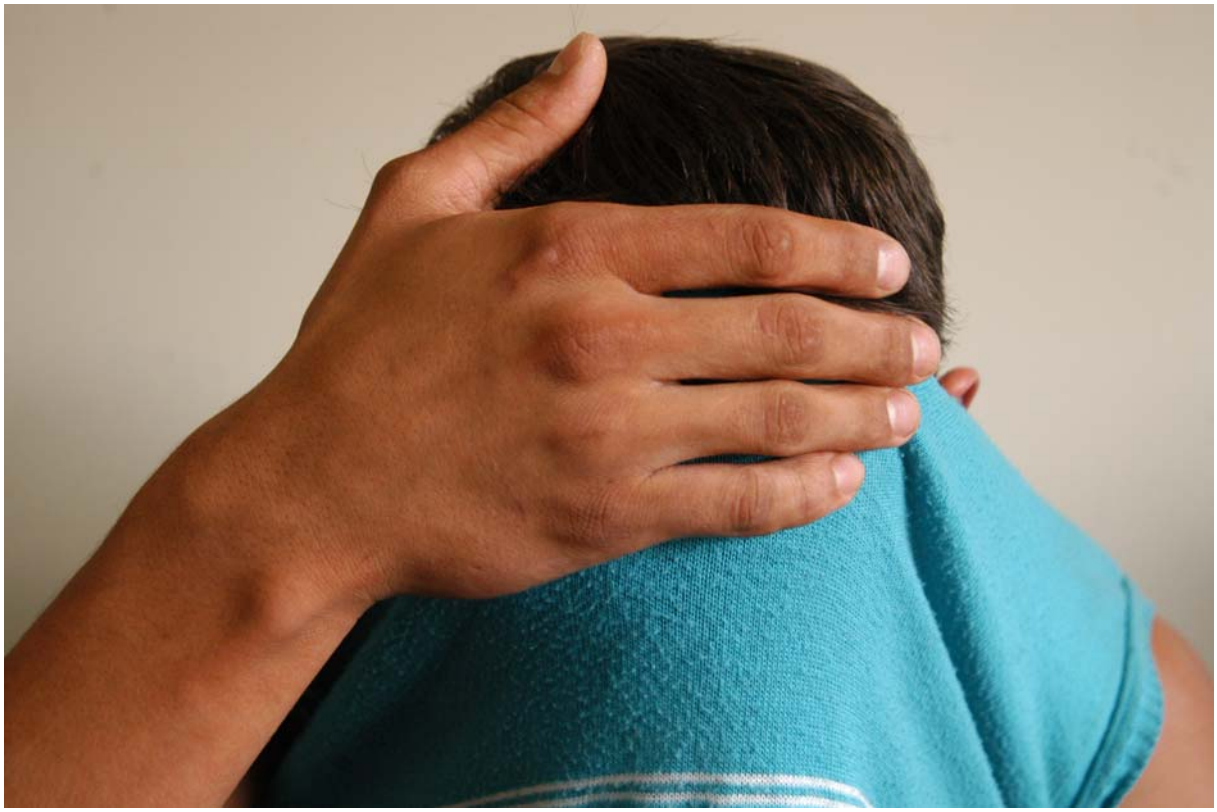

Figura 38 - Foto Paulo Augusto, acervo pessoal: Brancos, bem nutridos e bem vestidos compõem um perfil do qual a polícia não suspeita.

Uma cena bastante comum nas áreas centrais da cidade de Uberlândia é o “baculejo”, palavra que não encontrei nos dicionários, mas que faz parte do jargão dos policiais, usada para descrever o gesto de revista a “suspeitos”, que são geralmente colocados de frente para a parede e imobilizados com as mãos na cabeça. Um procedimento que envolve repressão e, em alguns casos, humilhação e que tem como alvo pessoas com o perfil mencionado acima. O imaginário social que define um perfil para os bandidos, na prática, não se confirma. Em várias ocasiões, quadrilhas e bandidos que agiam sozinhos eram brancos, bem nutridos e muito bem aparentados. Além disso, o “baculejo” serve para inibir ou desencorajar “certas” pessoas de freqüentar as áreas centrais da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida improvisada: um pequeno “retrato” da periferia

Figura 39 - Foto: Paulo Augusto, trabalho de campo: bairro Celebridade, região Leste da cidade.

Figura 40 - Foto: Paulo Augusto, trabalho de campo: bairro Celebridade, região Leste da cidade.

Depois de algumas leituras, diálogos com professores, com o orientador, considerações da banca de qualificação e várias questões suscitadas, chegou o momento de parar. Nesse momento, restou um vazio sobre o qual eu já havia sido advertido, em uma das aulas do professor Wenceslau, ao dizer que o historiador deve deixar seu gabinete e ir ao encontro de seu objeto, lá fora. Foi também ao final da pesquisa que pude perceber que minha interpretação se estendia para uma micro-história, uma etnologia precária e uma antropologia visual mal iniciada. Essa incerteza me causou certa angústia, já que agora sei que sei menos sobre história. É, ao mesmo tempo, um sentimento gratificante, já que descobri um pouco mais sobre minha própria história (de criança trabalhadora e de migrante). História que, de certo modo, compartilho com algumas pessoas com as quais dialoguei em alguns bairros da cidade, quando de meu trabalho na imprensa, na década de 1980, e no trabalho de campo para o mestrado. As leituras sobre a história da cidade e sobre o fazer histórico me permitiram observar com um pouco mais de acuidade a história de Chico, um rapaz com quem mantive diálogos durante a pesquisa de campo. Chico é um apelido que damos àquelas pessoas amigas que se chamam Francisco. Também significa em espanhol, rapaz jovem, menino. Aqui será usado para preservar seu nome. (São) Francisco é também o nome do bairro onde ele mora. Esse relato final é feito, portanto, a partir da pretensão de entrelaçar minhas memórias de campo às deste rapaz, durante nossas andanças por alguns bairros da cidade.

Conheci Chico no bairro Santa Mônica, próximo de onde moro, quando recolhia materiais recicláveis. Convidei-o para participar de um vídeo, na condição de personagem principal, representante e representado, que sairia de seu bairro e percorreria a cidade até chegar àqueles locais nos quais ele buscava recicláveis. Recicláveis é um eufemismo para lixo. Combinamos um cachê, uma vez que ele teria que abandonar temporariamente seu trabalho como “catador”, e passamos a nos encontrar para a produção do vídeo, ocasião em que convidei também outro amigo morador do bairro Bom Jesus, o *camera-man* Tony Dias, para ajudar.

Chico é um rapaz negro, de 19 anos, casado com uma jovem de 18 anos, com quem tem uma filha de um ano e sete meses. Eles moram na rua Ternura, daquele bairro, que faz parte da região Leste de Uberlândia, uma das regiões mais pobres da cidade, composta também pelos bairros Joana D´arc, Prosperidade, Celebridade, Dom Almir, Morumbi, próximos à Colônia Penal. Moram no fundo da casa do sogro, em um “barraco” improvisado. Na casa da frente, de alvenaria, moram os pais da esposa de Chico e dois cunhados. Na frente da casa do sogro, existe uma pequena igreja improvisada, com bancos de madeira e coberta com telhas de amianto, que me levou a impressão de que aquelas seriam famílias de pessoas

brandas e afáveis, fato que pude confirmar pelo modo cordial como fui recebido durante as várias ocasiões em que telefonei para Chico ou fui à sua casa. A rua não tem asfalto, mas tem água, luz e esgoto. Além disso, a casa de seu sogro conta com telefone.

Chico contou que passou sua infância e parte da adolescência em Uberaba, até os 16 anos, e chegou a Uberlândia em 2003. Naquela cidade, estudava, fazia cursos no SENAI e pedia esmola nas ruas. Mas diz que trabalhou formalmente também e que não tinha dificuldade para arranjar emprego, porque naquela cidade haveria menos preconceito com relação à sua condição social e econômica. Filho de uma família de oito irmãos, diz ter passado vários tipos de "dificuldades", inclusive fome, além de apanhar do pai, alcoólatra. Com a vinda da mãe para Uberlândia, Chico veio depois, e pertence àquele grupo que se enquadra nas estatísticas do CEPES sobre migrantes – trabalho (64,6%), parentes (21,5%) e educação (7,4%) –, e não faz parte de pesquisas como a desenvolvida pelo Núcleo de Cadastramento de Migrantes, uma vez que desembarcou próximo ao Ceasa, na rodovia BR 050, na região onde mora atualmente, com seis outros irmãos e sua mãe.

Chico é um representante daqueles que tiveram a formação prejudicada, seja pela fragilidade dos laços familiares, seja pela necessidade de sobrevivência, ao substituir a escola pelas ruas. É representante daqueles que ingressaram precocemente no mundo adulto, seja o do trabalho, em Uberaba, seja o da família, em Uberlândia. É representante de um grupo que poderíamos chamar "grupo de risco". Segundo filho de uma família que tem mais quatro homens e três mulheres, ele conta que, na cidade de Uberlândia, morou com a mãe e o padrasto, com o qual não se entendia. Conheceu a atual esposa e seguiu o exemplo de vários acampados do bairro Dom Almir[167], ao invadir um lote do qual desistiu devido ao isolamento daquele local. Passou a morar com a namorada, de aluguel e, depois, foi morar com a namorada nos fundos da casa do sogro. É um misto de pai de família e filho adotivo.

Pude perceber que ele se enquadra também em um grupo de pessoas que não fazem uso do transporte coletivo, quando foi algumas vezes caminhando até a casa onde moro, a aproximadamente sete quilômetros da sua. Para isso, atravessava algumas áreas vazias. Ele disse que atravessava aqueles vazios diariamente para trabalhar e retornava ao final do dia, com um carrinho cheio de recicláveis. Quando vai à área central da cidade para resolver alguma questão, o faz a pé. Percebi, então, que ele não tinha dinheiro para pagar a passagem,

[167] De acordo com Soares (1995, p. 56), o crescimento horizontal da cidade, direcionado, obedecendo a critérios socioeconômicos segregacionistas, resultou em uma fragmentação do espaço que se expressa no seu arranjo territorial. A área Sul da cidade, às margens do Rio Uberabinha e Córrego São Pedro, ficou reservada aos loteamentos de luxo, aos clubes campestres, e as áreas Leste/Oeste, para loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais, onde se concentra uma parcela significativa da população assalariada uberlandense. Ao Norte, fica o Distrito Industrial,o futuro Porto Seco, as distribuidoras de petróleo, as cerealistas.

e quando tinha, economizava para comprar remédios e alimentos. Percebi que ele apresentava uma coriza constante e, sem eu perguntar, contou alguns dias depois que a poeira e a chuva causavam muitos transtornos à sua saúde e à de sua filha.

Iniciei, então, a pesquisa de campo pela região Leste, por conhecer Chico. coincidentemente, esta foi a região que eu tinha mais viva em minha memória quando trabalhei na imprensa, na década de 1980.

Para se ter acesso a esta região, um dos caminhos é sair da cidade passando sob um viaduto que fica no final da avenida Segismundo Pereira, no cruzamento com a BR 050. Viaduto que parece um "portão" de entrada e saída da área central da cidade. Apesar da grande transformação ocorrida entre as minhas primeiras idas ao local, na década de 1980, e o retorno, na atualidade, a caminhada por algumas ruas desses bairros foi suficiente para concluir que seria impossível entender e ou descrever a complexidade do que seria o *fora de campo*, a periferia, ou mesmo a particularidade de um único bairro, o São Francisco. Tarefa mais difícil seria traduzi-la em fotografias. Percebi que, além das diferenças entre bairros de uma mesma região, também havia várias diferenças com relação a outros bairros da cidade, que eu me limitaria a descrever como estruturais. Mesmo bairros mais distantes, como é o caso do Morada Nova[168], são abastecidos por água, esgoto e energia elétrica.

Nas ruas, as crianças eram as que mais chamavam a atenção. Entre esgoto a céu a céu aberto e "gatos"[169], elas jogavam bola, passeavam de bicicleta, caminhavam pelas ruas, acompanhadas ou não. Era comum as pessoas se aproximarem para perguntar o que eu estava fotografando ou fazendo. À resposta de se tratar de uma pesquisa, elas logo argumentavam sobre o reduzido número de ônibus e a falta de estrutura urbana, em alguns casos. Certo dia, um pai de família que passava de bicicleta no bairro Celebridade parou para conversar e se dispôs a posar para uma fotografia com esposa e filha. Outro morador fazia questão que eu entrasse em sua casa para conhecer seu estúdio fotográfico improvisado – e a forma como manipulava algumas ferramentas: câmera digital, computador, impressora – , com o qual sustenta a família. Mais adiante, um senhor pediu que eu acessasse a internet em minha casa e pesquisasse a multimistura, um composto alimentar que, depois fiquei sabendo, seria utilizado na alimentação de algumas crianças do bairro.

Outras pessoas, ainda, me olhavam como se eu fosse lhes prejudicar com a captura de suas imagens, como foi ocaso de uma senhora que perguntou por que eu fotografava seu

---

[168] Este bairro fica a aproximadamente 15 km da área central da cidade. Conversei com alguns moradores que me deram algumas informações: para ir até lá, o tempo estimado de ônibus é de entre uma hora e uma hora e meia. Conversei com alguns moradores do local, entre eles, donos de comércio.

[169] Redes clandestinas de água e energia elétrica.

comércio (clandestinidade, irregularidade?). Depois de algumas explicações, ela se desculpou e ofereceu ajuda. O fato de ser estranho no local parecia ameaçar algumas pessoas, que também (re)agiam de forma ameaçadora. Por exemplo, durante a caminhada pelo bairro São Francisco, Chico pediu que eu abaixasse a câmera quando passávamos por um grupo de moradores composto, segundo ele, por usuários e vendedores de drogas. Em outra ocasião, um rapaz que mais parecia um ator, dada sua capacidade expressiva (expressionista), disse, acompanhado de gestos enfáticos e voz alterada, que só iria permitir meu trabalho porque eu estava acompanhado por um morador daquele local. Depois de algumas explicações, ele resolveu, mediante o compromisso de eu enviar uma foto, posar juntamente com a família e algumas crianças do bairro.

Outras pessoas me lançavam olhares que, eu interpretava, iam da ameaça e da desconfiança à demarcação de território. Comecei a perceber que o que estava colocado nas conversas era, de um lado, o medo (meu também) do estranho: um estranho que pode lhes prejudicar, espoliar, denunciar (?), e, por outro lado, uma disposição para falar do cotidiano, dos problemas enfrentados, uma disposição para entrar em contato com o outro, o fotógrafo.

O medo do outro foi uma questão percebida também através da conversa que tive com uma funcionária do Centro de Bairros Lagoinha[170]. Ela argumentou que atualmente o bairro é objeto de desejo de algumas classes que possuem maior poder aquisitivo. É comum, segundo ela, alguém oferecer quantias bastante significativas por seus imóveis, alguns vendem e se mudam para áreas mais distantes, enquanto outros resistem. Ainda de acordo com ela, é comum os novos moradores, supostamente de classe média que adquirem imóvel e constroem no bairro, demonstrarem medo dos moradores antigos e evitarem cumprimentar ou olhar nos seus olhos ou reconhecê-los. Esta atitude pode, segundo essa moradora, causar revolta nos moradores antigos, que interpretam o não-olhar como desprezo. Assim, a socialização entre novos e antigos moradores seria substituída por tensão e medo. Tensão e medo que, de acordo com os autores consultados para esta pesquisa, não se limitam a um determinado bairro, mas permeiam a cidade moderna, desde sua área mais central à periferia mais distante.

No terceiro capítulo apresentamos, no item 3.4, um conjunto de três fotografias que podem denotar/conotar três tipos de cidade. A cidade “monumental”, a cidade “social” e a cidade “ilegal”. Durante as conversas com moradores, pude perceber que a irregularidade na posse da terra é um fator que colabora para a discriminação e estigmatização dos moradores daqueles bairros “ilegais” ou irregulares, uma vez que o poder público ainda não resolveu

[170] Esta funcionária também preferiu não se identificar.

aquela questão. De acordo com Kowarick (2000) e Moreira (1991), a posse da propriedade, da casa, transforma o homem em defensor da cidade capitalista, uma vez que ele se torna “dono” da propriedade. Com isso, diminui a pressão sobre seu empregador, uma vez que diminui sua demanda por melhores salários, porque não precisa mais pagar aluguel. Por outro lado, a posse da propriedade pode ajudar o trabalhador a não se submeter a qualquer trabalho e pode ajudá-lo a decidir se quer vender sua mão-de-obra e como: por exemplo, através de pequenos comércios e prestação de serviços os mais variados no seu bairro, que também permitem o desenvolvimento de sociabilidades locais. Essa é uma questão que afeta diretamente os moradores “vizinhos” dos condomínios horizontais, uma vez que, quanto maior o luxo “intra-muros”, maior a dependência daqueles que vivem no espaço “extra-muros”.

De volta a Chico, ele argumenta que pretende ter um emprego formal, com o qual possa ganhar dinheiro suficiente para ir de ônibus ao trabalho, construir uma pequena casa para abrigar esposa e filha e, um dia, suponho, tirar férias. Uma vez que as necessidades são prementes, ele até tem se esforçado trabalhando informalmente. E apontou sua necessidade de aprimorar seus conhecimentos quando contou que em uma das empresas em que trabalhou precisou de conhecimentos de informática, uma vez que a máquina com a qual ele trabalhava era acionada digitalmente.

Em pesquisa publicada sobre o ano de 2000, o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil aponta que em 1991 14,13% da população de Uberlândia era pobre, e que em 2000 houve um decréscimo desse percentual, passando para 12,77%. Das crianças uberlandenses, 19,90 eram pobres em 1991, passando para 19,79% em 2000. Além disso, em 1991, 4,82% das crianças uberlandenses eram indigentes, e em 2000 esse número caiu para 6,19%. Esses números devem ser relativizados, uma vez que de lá para cá, os programas de distribuição de renda do Governo podem ter contribuído para seu decréscimo. Mas esses números nos permitem pensar na realidade de Chico e sua família na atualidade, entre pobreza e indigência.

Apesar de Novaes (2005, p. 111) defender que “podem ser igualmente eloqüentes os silêncios e ausências de determinadas imagens”, preferi guardar a imagem da casa de Chico apenas na memória. Sobre suas necessidades básicas, surrealismo seria a palavra mais apropriada para defini-las, e estetização da miséria poderia ser fotografar o interior de sua casa para mostrar as condições em que ele vive com sua família. A propósito, na última vez que o encontrei, pude perceber que ele tinha uma carteira de trabalho no bolso e, mais uma vez, caminhava até a “cidade” para procurar emprego. Fiquei torcendo para que ele não passasse por um “baculejo”, o que poderia, talvez, desencorajá-lo.

REFERÊNCIAS

ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, UFU - Programa de pós-graduação e cursos de graduação em História, n. 4, p. 37-77, jan./jun. 1991.

ALVES, J.A. **Sociabilidades urbanas**: o olhar, a voz e a memória da praça Tubal Vilela – 1930-1962. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

ARANTES, Jerônimo. A alta Mogiana. **Uberlândia Ilustrada**, Uberlândia, n. 14, p. 10-13, 1947.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 238 p.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna.** São Paulo: Cia das Letras, 1992.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981. 279 p.

AUMONT, Jacques. **A imagem.** Campinas, SP: Papirus, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 213 p.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. **Espaço & debates: revista de estudos regionais e urbanos.** São Paulo, n. 34, p.39-53, 1991.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 1997.

BLOCH, Marc. **Apologia da história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, M. E. L. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand/DIFEL, 1989. 314 p.

BRANDÃO, C. A. **Triângulo**: capital comercial, geopolítica e agroindústria. 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

BRITO, D. S.; WARPECHOWSKI, E. M. (Org.). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: EDUFU, 2008. 472 p.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros.** São Paulo: Editora 34, 2003.

CARRIJO, G. G. **Fotografia e a invenção do espaço urbano**: considerações sobre a relação entre estética e política. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II**: os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 466 p.

LEME, Heládio. **Condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia. Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1996.**

CERTEAU, Michael de. A operação histórica. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). **História novos problemas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CERTEAU, Michel de. Primeira parte: as produções do lugar. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 31-119.

CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cézar de (Org). **História Social da Infância no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 1997. p. 81-99.

DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do progresso em tons altissonantes – Uberlândia, 1900-1950.** Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em História/UFU, 2001.

DARDON, Sébastien. O etnólogo e suas imagens. In: SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico.** São Paulo: Editora Hucitec; Editora Senac São Paulo, 2005. p. 95-105.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2007. 436 p.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios.** Campinas, SP: Papirus, 1993.

FERRARA, Lucrécia D´Alessio. **Olhar periférico.** São Paulo: EDUSP, 1993.

FIORI, José L. Para um diagnóstico da modernização brasileira. In: FIORI, José L. **Polarização mundial e crescimento.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P.269-289

FLUSSER, Vilém. **A filosofia da caixa preta**: ensaio para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Mercitec, 2002.

FREITAS, Marcos Cézar de (Org.). **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora. 1997. 334 p.

GOMES FILHO, João. **Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma.** São Paulo: Escrituras, 2003. 127 p.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. **Revista Projeto História**, São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Departamento de História da PUC-SP, n. 24, p. 9-26, jun. 2002.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil.** Campinas: Editora Alínea, 2003. 141 p.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos.** São Paulo: Editora 34, 2000. 144 p.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994. p. 11-41.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidade**s. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

LEITE, M. M. **Retratos de família.** São Paulo: EDUSP, 1993.

LEME, Heládio José de Campos. **Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia.** Relatório de pesquisa. Instituto de Economia - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001. 161 p.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.196 p.

MACHADO, M. C. Tomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês**: assistência social institucionalizada – Uberlândia 1965 a 1980. Tese Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade.** São Paulo: Atual, 1997.

MARQUES, Walter Ernesto Ude. **Infâncias (pre)ocupadas**: trabalho infantil, família e identidade. Brasília: Plano Editora, 2001. 279 p.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. 369 p.

MOREIRA, Helvécio Domingos. **Formação e desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia.** Dissertação Aperfeiçoamento em História - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1991.

MOURA, Gerusa Gonçalves. **Condomínios horizontais/loteamentos fechados e a vizinhança (in)desejada**: um estudo em Uberlândia/MG. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história.** Enciclopédia. Região. V.08. Einaudi. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. p. 177-266.

NOVAES, Sylvia Caiuby. O uso da imagem na antropologia visual. In: SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico.** São Paulo: Editora Hucitec; Editora SENAC São Paulo, 2005. p. 107-113.

REDUCINO, Marileuza O. **Uma praça e seu entorno**: plasticidades efêmeras do urbano. Uberlândia – século XX. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

RÉMOND, René (org**.). Por uma história política.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores no Brasil. In.: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2007. p. 377-406.

RODRIGUES, Octávio. **Teorias do subdesenvolvimento da Cepal.** Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1981. 345 p.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei.** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

RONCAYOLO, Marcel. **Cidade.** Enciclopédia. Região. V. 8. Einaudi. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SAMAIN, Etienne. Apresentação: um espelho surpreendente. SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico.** São Paulo: Editora Hucitec; Editora SENAC São Paulo, 2005. p. 13-16

SILVA JÚNIOR, 2008. Viveres urbanos em Uberlândia. In: BRITO, D. S.; WARPECHOWSKI, E. M. (Org.). **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 293-327.

SOARES, Beatriz R. **Habitação e produção do espaço em Uberlândia.** 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SOARES, Beatriz R. **Uberlândia, da cidade jardim ao portal do cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro – 1995.** Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 107 p.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História.** Lisboa: Edições 70, 1987.